



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA E PosLA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

MARIA EDINEUDA TEIXEIRA PINTO

ESTUDO DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS
EM ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS
DO SÉCULO XIX NO CEARÁ



FORTALEZA - CEARÁ

2015

MARIA EDINEUDA TEIXEIRA PINTO

**ESTUDO DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS
EM ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS
DO SÉCULO XIX NO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará (UECE-CH), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

FORTALEZA - CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Pinto, Maria Edineuda Teixeira.

Estudo das unidade fraseológicas em escrituras públicas de compra e venda de escravos do século XIX no Ceará. [recurso eletrônico] / Maria Edineuda Teixeira Pinto. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ½ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 146 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

1. Filologia. 2. Fraseologia. 3. Escritura Pública. I. Título.

MARIA EDINEUDA TEIXEIRA PINTO

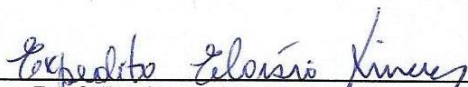
ESTUDO DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS EM ESCRITURAS PÚBLICAS
DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS NO SÉCULO XIX NO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguagem e Interação

Aprovada em: 26 / 02 / 2015.

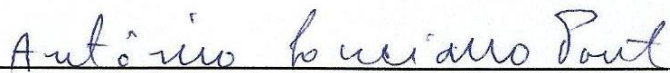
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Áurea Suely Zavan (1º Membro)
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes (2º Membro)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

A minha mãe Vicência Teixeira Chagas e ao meu pai Franciné Rodrigues Pinto por todo o seu carinho e auxílio que me deram em todos os momentos de realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Expedito Eloíso Ximenes, com quem muito aprendi. Obrigada pelo apoio, pelos conselhos e por toda a paciência na orientação deste trabalho.

À minha mãe Vicência, por sempre me colocar em suas orações, me acompanhando com muito carinho em todos os momentos de meus estudos.

Ao meu pai Franciné, por quem tenho grande saudade. Em sua memória, agradeço pelos os momentos que passamos juntos e que estão guardados no meu coração.

Ao meu noivo Hitalo Nascimento, pelo seu amor, pelo seu apoio e, sobre tudo, pela compreensão que teve em relação aos vários momentos em que dele precisei me distanciar para me dedicar ao projeto.

A toda minha família pelo estímulo e, especialmente, aos meus irmãos Luis Carlos e Regina Lúcia, pelo apoio emocional.

Aos meus professores e aos meus colegas do mestrado, em especial à Adriana Sampaio, cuja colaboração e incentivo foram essenciais ajudando-me nos momentos mais difíceis, e a minha amiga Handrezza pelo carinho e colaboração nos momentos que precisei durante o meu trabalho.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP-CE), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados do estudo e análise do fenômeno das unidades fraseológicas (UFs) presentes nas *Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos*, do *Livro de Notas de Escravos*, de 26 de julho de 1861 a 1º de julho de 1865, do período imperial cearense. Este trabalho foi realizado no âmbito do grupo PRAETECE e apresenta a descrição dos aspectos linguísticos, sociais e históricos expressos por esse fenômeno no contexto de uso das escrituras, os quais dão fundamento ao discurso empregado e registrado pela linguagem escrita. De posse desse dados, este trabalho se propôs a promover um estudo reflexivo sobre as funções discursivas das UFs na produção e no uso desses textos oficiais conforme suas ocorrências e organização nesses textos. Para o tratamento filológico, este trabalho tomou como base as considerações teóricas de Melo (1975) e Lamas (2009). Sobre os conceitos das ciências auxiliares da Filologia, como a Paleografia, a Codicologia e a Diplomática seguiram os fundamentos de Acioli (2003), Cambraia (2005), Belloto (2008) e Mendes (1953). Os estudos do léxico seguiram a égide teórica de Biderman (2001), Pontes (2009) e Krieger e Finatto (2004). As considerações sobre a edição semidiplomática dos textos fundamentou-se nos trabalhos de Spina (1977) e Cambraia (2005). Finalmente, a análise linguística das unidades fraseológicas (UFs) considerou a fundamentação de três autores: Pastor (1996), Bevilacqua (2004) e Rodriguez (2004). Os resultados demonstram que as UFs caracterizam a organização dos textos, definindo as estruturas morfossintáticas, lexicais e discursivas que compõem as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, tão relevantes à história social do Ceará e do Brasil imperial. Por meio do trabalho filológico realizado, esta pesquisa pode resgatar o conteúdo informacional desses manuscritos, resguardando da ação do tempo aspectos relevantes sobre a história do Ceará no que diz respeito aos costumes, à economia e ao modo de viver da população do período imperial. Finalmente, esta pesquisa buscou contribuir com os demais estudos da Linguística Histórica ao se propor editar o material para o desenvolvimento de outros trabalhos que buscam desvendar a história de uma época e de um povo com todas suas manifestações.

Palavras-chave: Filologia. Fraseologia. Escritura Pública.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of the study and analysis of the phenomenon of phraseological units (PUs) present in the *Public Deeds of Purchase and Sale of Slave*, of the *Slave Notes Book* of July 26, 1861 to July 1, 1865, of the period Imperial Ceará. This work was conducted under the PRAETECE group and presents the description of the linguistic, social and historical aspects expressed by this phenomenon in the context of use of the scriptures, which give foundation to address employee and recorded by the written language. Armed with this data, this study aimed to promote a reflective study of the discursive functions of the Federative Units in the production and use of these official texts as they occur and organization in these texts. For the philological treatment, this study was based on theoretical considerations of Melo (1975) and Lamas (2009). On the concepts of the auxiliary sciences Philology, as Paleografia the Codicology and the Diplomatic followed the foundations of Acioli (2003), Cambraia (2005), Belloto (2008) and Mendes (1953). Studies Lexicon followed the theoretical aegis of Biderman (2001), Bridges (2009) and Krieger and Finatto (2004). Considerations for semidiplomatic edition of the texts was based on the work of Spina (1977) and Cambraia (2005). Finally, the linguistic analysis of phraseological units (PUs) considered the foundation of three authors: Pastor (1996), Bevilacqua (2004) and Rodriguez (2004). The results demonstrate that the UFs characterize the organization of texts, setting the morphosyntactic, lexical and discursive structures that make up the *Public Deeds of Purchase and Sale of Slave*, as relevant to the social history of Ceará and imperial Brazil. Through the philological work, this research can rescue the informational content of these manuscripts, weathering of protecting important aspects of the history of Ceará with regard to customs, the economy and the way of living of the population of the imperial period. Finally, this research sought to contribute with other studies of Historical Linguistics when proposing edit the material for the development of other works that seek to unravel the story of an era and a people with all its manifestations.

Keywords: Philology. Phraseology. Public Deed.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 SOBRE A FILOLOGIA	21
2.2 SOBRE O LABOR FILOLÓGICO: A EDIÇÃO DE TEXTOS.....	26
2.3 SOBRE AS CIÊNCIAS AUXILIARES DA FILOLOGIA.....	30
2.4 SOBRE O ESTUDO DO LÉXICO	34
2.5 SOBRE FRASEOLOGIA	36
2.5.1 Sobre fraseologia da língua comum e língua de especialidade	41
2.5.2 Sobre os critérios de classificação das Unidades Fraseológicas	45
2.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	49
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 O ACERVO DO APEC: RESGATE DA MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CEARENSE	50
3.1.1 Índices do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)	51
3.1.2 Conhecendo o arquivo público: fundação, atividades e a localização ..	53
3.2 SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i> : PASSOS INICIAIS DA COLETA.....	54
3.2.1 Descrição codicológica do documento	54
3.2.2 Normas de edição	65
3.2.3 A organização diplomática das escrituras	68
3.3 O ESTUDO FILOLÓGICO E LINGUÍSTICO: ANÁLISE DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS (UFS).....	75
3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	79
4 ANÁLISE LINGUÍSTICA DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS	80
4.1 OCORRÊNCIAS DAS UFS EM CADA SEGMENTO TEXTUAL DAS ESCRITURAS	80
4.1.1 Termo de abertura ou preâmbulo	85
4.1.2 Notificação	92
4.1.3 Exposição	97
4.1.4 Registro de procuração	105
4.1.5 Validação ou fechamento	107
4.2. ASPECTOS GERAIS DAS UFS APRESENTADAS.....	111
4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	113

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	123
ANEXO A - Exemplo de escritura pública datada de 26 de Julho de 1861 - fl.1r.....	124
ANEXO B - Exemplo de escritura pública datada de 26 de Julho de 1861 - fl.1v.....	126
ANEXO C - Exemplo de escritura pública datada de 26 de Julho de 1861 - fl.2r.....	128
ANEXO D - Exemplo de escritura pública datada de 03 de janeiro de 1862 - fl.17v....	129
ANEXO E - Exemplo de escritura pública datada de 03 de janeiro de 1862 - fl.18r.....	130
ANEXO F - Exemplo de escritura pública datada de 07 de outubro de 1863 - fl.44r ...	133
ANEXO G - Exemplo de escritura pública datada de 07 de outubro de 1863 - fl.44v.....	134
ANEXO H - Exemplo de escritura pública datada de 01 de março de 1864 - fl.68r.....	136
ANEXO I - Exemplo de escritura pública datada de 01 de março de 1864 - fl.68v.	137
ANEXO J - Exemplo de escritura pública datada de 01 de março de 1864 - fl.69r.	138
ANEXO L - Exemplo de escritura pública datada de 08 de fevereiro de 1865 - fl.127v	141
ANEXO K - Exemplo de escritura pública datada de 08 de fevereiro de 1865 - fl.128r.	142
ANEXO M - Exemplo de escritura pública datada de 08 de fevereiro de 1865 - fl.128v	143

1 INTRODUÇÃO

A língua é um dos maiores bens de um povo, pois nela convergem fatores de ordem social, cultural e até mesmo política que podem marcar a fala e a escrita de uma sociedade ao longo do tempo. Em outras palavras, a escrita teve um papel primordial na história humana, pois, por meio do registro escrito, o homem resguardou da fugacidade oral suas crenças e tradições, estabelecendo, dessa forma, a ordem social e as leis que regem uma nação.

Na verdade, como podemos perceber, por meio da História, a consciência sobre a importância da manutenção da memória social através do registro escrito foi, desde as primeiras civilizações, uma preocupação humana que motivou a execução dos primeiros estudos sobre a língua e história social. Esses estudos surgiram com o intuito de preservar as informações dos documentos remanescentes, confirmando a relevância inquestionável do resgate de manuscritos antigos, pois, através desses textos, podemos conhecer a trajetória da escrita de uma nação e, conseqüentemente, a memória cultural de um povo, já que os textos fornecem subsídios valiosos para pesquisas em áreas do conhecimento como: a História, a Linguística, a Filologia, entre outras ciências que tomam como objeto de análise a língua humana e sua trajetória social, como a Sociologia e o Direito, por exemplo.

No entanto, é importante destacar que os estudos que investigam a língua a partir de manuscritos precisam de cuidados especializados, pois a proposta de uma análise cautelosa sobre a escrita e a ortografia de uma dada época demanda cuidados na edição das informações e na manutenção dos registros remanescentes. No nosso caso, ao tratarmos de textos do século XIX, por exemplo, precisamos ainda asseverar que tais cuidados são essenciais uma vez que a normatização oficial dos documentos da época apresentava muitas variações do tipo de letra e de ortografia. Esses aspectos muitas vezes podem oferecer dificuldades de leitura ou, até mesmo, podem ocasionar distorções quanto à interpretação das informações contidas nos documentos. É nesse ponto que se tornam essenciais as pesquisas de cunho filológico e o trabalho do filólogo como profissional especializado no estudo linguístico e paleográfico.

Paulatinamente, o árduo trabalho deste profissional, embasado nos conceitos da Filologia, propiciou o acesso a considerável número de textos abrigados em arquivos públicos, bibliotecas e outros órgãos governamentais. Tais

contribuições afluíram em diversos países, fomentadas pelo interesse de se registrar a história das línguas, o que motivou seguidamente o surgimento de novas pesquisas e ações de preservação documental, com base nas teorias filológicas, as quais, mesmo após o longo período de ostracismo pela qual passou a Filologia, devido à expansão das pesquisas linguísticas, mostram-se indispensáveis para o estudo de textos antigos, pois por meio delas o leitor-pesquisador passa a ganhar uma base teórica consistente para avaliar e garantir a autenticidade de um texto, principalmente se a essa avaliação forem agregados fundamentos da Paleografia, da Codicologia e da Diplomática no tratamento dos registros observados.

Considerando o contexto brasileiro, as pesquisas de cunho filológico também apresentaram várias contribuições na conservação de textos resguardados nos Arquivos Públicos, no Museu Nacional, na Biblioteca Nacional e nos órgãos governamentais em todo o País. Contudo, mesmo com as ações de preservação já realizadas, devemos ressaltar que ainda há um grande número de manuscritos que estão à espera de seu resgate documental.

O Ceará, por exemplo, guarda, em seu Arquivo Público, um dos mais ricos acervos de documentos notariais da administração colonial e imperial brasileira; na verdade, o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) "é um dos mais importantes e ricos do Nordeste, à exceção dos arquivos da Bahia e de Pernambuco" (XIMENES, 2004, p. 22), contudo, de acordo com Ximenes (2004), apesar do contínuo trabalho feito por pesquisadores e colaboradores daquele órgão, grande parte do acervo ainda não está sequer catalogado, permanecendo no aguardo da preservação da sua história social e linguística. Além disso, esse problema intensifica-se pela carência de pesquisas que buscam a descrição e edição, na íntegra, das informações contidas nesses documentos, pois a necessidade de se resguardar esses dados torna-se paulatinamente mais urgente visto que esses registros físicos são vulneráveis às ações do tempo, ao manuseio descuidado ou a acidentes que podem destruí-los.

Sendo assim, com o intuito de colaborar com o trabalho de preservação da história linguística da sociedade cearense, esta pesquisa objetivou analisar um *corpus* de 50 *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, oriundas dos setores administrativos do período imperial cearense, e que se encontram abrigadas no Arquivo Público do Estado do Ceará.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa PRAETECE-UECE, e o interesse em estudar esses documentos, partiu da concepção de que a história das línguas está ligada à história dos seus falantes, pois, para compreender como se organiza a vida de uma sociedade faz-se necessário considerar tanto os fatores históricos, quanto os linguísticos, já que a língua é inseparável das práticas sociais e discursivas que constroem, sustentam ou modificam as capacidades produtivas, cognitivas e desejantes dos atores sociais.+ (FABRÍCIO 2006, p. 46). Essa concepção adota uma visão macro sobre o estudo das línguas e reforça a ideia de língua como um fenômeno sociocultural, essencialmente heterogêneo e em constante transformação, ou seja, "a língua não é sequer uma estrutura; ela é estruturada simultaneamente em vários planos, tais como o fonológico, o sintático, o semântico e o cognitivo, que se organizam no processo de enunciação" (MARCUSCHI, 1996, p. 71), pois por seus aspectos históricos, culturais, sociais e cognitivos, que se modificam ao longo do tempo e conforme os interesses comunicativos dos falantes, podemos entender que a língua é sensível ao contexto.

Tal concepção abre diferentes possibilidades de análise das línguas e dos textos em situações específicas (como nas pesquisas lexicográficas de natureza interpretativa) que delimitam as variadas realidades linguísticas, pois o que é específico no mundo social é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo ser humano, que interpreta e re-interpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades.+ (MOITA LOPES 1994, p. 331) intrínsecas, tanto na estrutura da língua em diferentes períodos da história, quanto nos textos, produtos dessa faculdade humana. Nesse sentido, vale se considerar a interação teórica entre a Linguística, a História, a Filologia e outras áreas do conhecimento humano que buscam descrever e dar subsídios à prática reflexiva sobre as diversas ocorrências linguísticas que compõem a história do homem e que se encontram manifestadas nos escritos de uma época.

No caso das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, temos informações pertinentes que aproximam em nossa pesquisa bases teóricas da Linguística, da Filologia, da História e também do Direito, uma vez que as escrituras do século XIX eram documentos oficiais, lavrados em cartório, e de declaração pública que registravam as transações de compra e venda de escravos entre os seus senhores.

Segundo Clóvis Beviláqua (1958), a escritura pública pode ser concebida como um ato notarial, ou seja, se define como um contrato formal que tem por finalidade regulamentar a compra e venda de bens, assim como adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos conforme a vontade das partes ou dos interessados, e lavrado por um escrivão público (tabelião), à vista de declarações das partes e dos documento exigidos por lei.

Mesmo após o fim da escravidão no Brasil, o conceito e uso da escritura pública ainda são válidos na sociedade atual, visto que, conforme esclarece Gomes (1983), esse contrato ainda tem a função social de validar a compra e venda de objetos e imóveis, harmonizando os interesses das partes da negociação perante à lei e à sociedade.

Gomes (1983) ainda explica que, para manter o bom convívio social, a lei exige que os contratos obedeçam as regras de formatação e redação oficial, às quais são essenciais para manter a unidade e validade documental. Com base nessas regras, podemos perceber que, ao longo da história, certas estruturas e expressões linguísticas se cristalizaram na organização dos discursos oficiais, determinando as entradas, progressões e fechamentos que configuram o padrão textual e discursivo das escrituras públicas, e demais textos jurídico-administrativos, conferindo assim o caráter legislativo desse contrato. Com base nesse padrão, e sob uma perspectiva linguístico-histórica, podemos verificar que as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* se caracterizam como documentos que apresentam uma estrutura textual rigidamente organizada por um conjunto de unidades fraseológicas (UFs) que marcam a linearidade do discurso de cada parte constituída desses documentos, ou seja, marcam a progressividade narrativa, as funções pragmáticas do discurso jurídico-administrativo e a fixidez da estrutura textual que rege a organização e o uso desses documentos, conforme as ideologias dominantes que promovem a íntima relação entre língua, história e sociedade.

Outro fator que motivou a realização desta pesquisa foi o fato de existir um número muito reduzido de estudos linguísticos que têm como *corpus* as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* registradas no Ceará, pois, em sua maioria, os que existem ou não contemplam os documentos produzidos no Ceará, pois têm como foco outras regiões do Brasil, ou se concentram na área da História como, por exemplo, os trabalhos de Sampaio (2002) sobre a presença do escravo na Amazônia; Pires (2003) com o livro *"O crime na cor: escravos e forros no Alto*

Sertão da Bahia (1830-1888)"; Caratti (2008) e sua análise sobre as escrituras públicas de compra e venda de 1860 a 1880 do Jaguarão; Freire (2011) que tratou do tráfico interno de escravos em Juiz de Fora (MG) no século XIX; Russo (2012) que tratou das atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus (ES), na segunda metade do século XIX; Ferrer (2014) em seu estudo sobre o trânsito de escravos entre o Brasil e o Uruguai no século XIX; entre outros.

À vista disso, por acreditarmos que o todo conhecimento sobre a história do homem e das línguas pode ser resgatado a partir da leitura dos manuscritos remanescentes de dado contexto social, optamos apresentar neste trabalho um estudo dos aspectos filológicos e linguísticos dos documentos em questão, com foco nas funções discursivas das UFs usadas pela linguagem jurídico-administrativa do Ceará e do Brasil do período escravista. Em outras palavras, tomados pelo interesse em promover um estudo reflexivo sobre as relações linguísticas e sociais que se expressam nos textos e demais dispositivos jurídico-administrativos da história cearense, optamos por realizar o resgate dos fatos narrados nesses documentos, enfocando tanto a compreensão dos aspectos de pertinência linguística e pragmática que determinam o teor narrativo das escrituras, quanto o estudo integral das estruturas linguísticas que dão base ao discurso empregado na organizar e na progressão temática desses textos, conforme a função discursiva que cada estrutura apresenta nas partes textuais desses documentos.

Diante do que foi dito, e com base nos estudos sobre o léxico realizados por pesquisas filológicas, como as ambientadas na Terminologia e na Fraseologia, optamos por tomar como foco de nosso trabalho o estudo das unidades linguísticas que constroem os atos de fala por meio da repetição de estruturas lexicais relacionadas à pertinência pragmática dos contextos discursivos nos quais se inserem, determinando assim as normas do processo de registro da memória coletiva e particular. Em outras palavras, com base na importância da leitura de ampla do conteúdo informacional resgatados dos textos antigos, decidimos analisar as estruturas linguístico-históricas constituintes das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* recorrentes na sociedade cearense do século XIX, pois acreditamos que esses documentos fornecem uma importante fonte de informações sobre a realidade social que circundava esses textos e esclarecem os fatos corriqueiros que definem a história da língua da comunidade discursiva que usava tal documento. Além disso, a escolha dos textos em questão também se justifica por

esses ressaltarem vários aspectos linguísticos e discursivos que determinavam a forma de "dizer as coisas" nos registros oficiais do período imperial, expressando aspectos como: o modo de pensar dos interlocutores diante dos fatos vividos, a moral reinante na época, os instrumentos legais usados nas práticas jurídicas que denunciavam tanto as funções, os cargos da administração pública e as leis vigentes no período imperial, assim como os costumes e as cresças religiosas que se relacionavam com o trabalho e com as formas de ganhar a vida das pessoas. Em suma, podemos dizer que, ao realizarmos o estudo integral das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravo* do século XIX, podemos analisar diversos aspectos do cotidiano do Ceará Imperial resguardados nas linhas desses documentos e que expressam uma rede de combinações sintático-semântico-pragmáticas e discursivas que envolvem o contexto social e as relações comerciais que justificam a produção desses textos.

Com base nessa concepção, fica claro entendermos que as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* são registros importantes da nossa memória social, pois relatam informações importantes acerca das ideologias e das relações sociais entre os comerciantes e os senhores de escravos, expondo aspectos corriqueiros dos atos de negociação que marcaram o período escravista do Brasil e do Ceará. Esses documentos representavam não só o tratado comercial que legalizava a vontade das partes correlatas do ato, mas também determinavam os preceitos da fé pública que legalizam as práticas de comercialização de escravos realizadas por seus senhores, sendo essas ações lavradas e registradas em cartório públicos.

Sendo assim, podemos também perceber que as escrituras públicas são reconhecidas principalmente pelo seu propósito comunicativo de descrever em detalhes a negociação executada entre o(s) vendedor(es) e comprador(es) perante a justiça, ou seja, esses documentos são dispositivos essenciais para o registro das vontades proferidas pelas partes negociantes que se apresentam perante o Tabelião ou Escrivão, os quais tinham como dever dar validade aos títulos de propriedade e de posse por eles lavrados.

Sob uma perspectiva filológica e linguística, podemos também perceber que esses documentos são uma importante fonte de pesquisa, pois fornecem vários subsídios e informações sobre os valores das transações, sobre as pessoas e as entidades que representam a justiça no período e outras características históricas

que definem o contexto social de uso da língua portuguesa no século XIX. Além disso, devido ao seu valor documental, esses textos também expõem dados relevantes sobre um setor social que era a escravatura, e as relações entre os envolvidos e questões específicas da época de sua redação.

Com base nessa potencialidade informacional das escrituras, podemos concluir que, ao realizarmos o seu estudo filológico-linguístico, podemos não só conhecer os elementos linguísticos que regiam a sintaxe, a ortografia (com suas variações), o léxico, e, especificamente, a função pragmática das unidades fraseológicas que formam a tradição linguística dos textos da esfera jurídico-administrativa, mas também podemos conhecer todo o entorno histórico que envolve esses documentos oficiais.

Portanto, à vista do que foi exposto, optamos tomar como objetivos desta pesquisa o resgate e a edição semidiplomática de 50 *Escrituras Pública de Compra e Venda de Escravos*, bem como o estudo, qualitativo-interpretativo, das funções discursivas e textuais das unidades fraseologias recorrentes nestes documentos. Diante disso, nosso trabalho tem como intuito realizar uma descrição e análise reflexiva sobre a função discursiva de cada UF recorrente na estrutura textual desses documentos oficiais para, a partir disso, esclarecer como essas unidades se articulam na construção dos atos de fala que dão sentido e progressividade ao discurso expresso nas escrituras analisadas, determinando, conforme a posição onde cada UF se encontra, os padrões textuais e linguísticos que regem os segmentos de entrada, exposição ou fechamento que constituem a estrutura textual desses documentos oficiais do contexto escravista cearense.

Dessa forma, podemos afirmar que a relevância de nossa pesquisa se justifica, em primeiro lugar, pelo resgate histórico, linguístico e filológico de uma produção textual que expressa as relações de venda e compra de homens, mulheres e crianças escravizadas, comuns recorrente no Ceará do século XIX, e em segundo lugar pelo estudo da pertinência pragmática que define a função discursiva e textual das UFs que articulam o discurso jurídico-administrativo que padroniza o ato legal de compra e venda de escravos. Assim, a realização dos propósitos aqui descritos permitem compreender que a análise de aspectos linguísticos, filológicos, diplomáticos e discursivos podem promover um diálogo interdisciplinar favorável ao estudo e compreensão integral dos vários textos que expressam a nossa história social e linguística.

Em síntese, a importância de recuperar informações contidas em manuscritos antigos, como as *Escrituras Pública de Compra e Venda de Escravos*, estudadas aqui, permite não só descrever determinados termos e fraseologias que podem facilitar a compreensão do conteúdo dos textos investigados, mas também delinear como esses documentos eram usados na organização de cada esfera social, conforme os aspectos linguísticos da sociedade imperial. Em outras palavras, regatar informações de documentos antigos tem imenso valor linguístico, antropológico e sócio-histórico, pois a não compreensão de determinadas fraseologias e termos constitutivos desses documentos pode comprometer o entendimento do conteúdo dos manuscritos analisados e, conseqüentemente, levar a conclusões equivocadas acerca do contínuo processo de mudanças e manutenção dos elementos constitutivos de uma língua e dos textos que nela são produzidos.

Devido a essa preocupação em registrar a história linguística e social, estudos voltados para a compreensão fraseológica e lexical de manuscritos antigos promovem uma maior compreensão das informações recolhidas e das teorias relacionadas ao seu estudo, uma vez que encontramos nesses documentos uma rica fonte para diversas pesquisas.

Para tanto, tendo o objetivo de contribuir com o resgate de informações acerca do contexto linguísticos de manuscritos antigos, como as *Escrituras Pública de Compra e Venda de Escravos* (principal objeto desta pesquisa) e com o propósito de nortear este estudo, levantou-se a seguinte questão: Como estão estruturadas as unidades fraseológicas presentes nas *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* ao longo do período colonial cearense?

Com base nessa questão e na necessidade de se fazer uma leitura de amplas dimensões do texto, tanto dos aspectos linguísticos como dos extralinguísticos, esta pesquisa se valerá do conceito de Filologia apresentado por Lamas (2009), para mim o sentido de texto é compreendido mais amplamente, pois se propõe a abordar todas as suas dimensões linguísticas, de conhecimento idiomático e cultural, tanto no nível diacrônico quanto sincrônico. Esse conceito reforça nossa concepção de que realizar o resgate das estruturas constituintes desses documentos fornece uma valiosa fonte de informações sobre a realidade social e cultural que circundava esses textos, bem como fornece registros sobre as combinações sintático-semântico-pragmáticas e discursivas que englobavam os manuscritos antigos, exatamente como sugere Lamas (2009, p. 25-6) ao defender

que o estudo filológicos devem busca mais amplamente o sentido e a função discursiva dos textos exatamente por a sua importância em salvaguardar a uma parte de nossa memória linguística e documental.

Além disso, por entendemos a importância do resgate desses dados, outros pontos também são levantados para nortear esta pesquisa, como: 1) Quais critérios devem ser considerados para se reconhecer e classificar as Unidades Fraseológicas (UFs) nos textos estudados? 2) Como devem ser selecionadas as UFs? 3) Quais são as funções discursivas que as UFs expressam em cada parte do texto das escrituras públicas? Essas são algumas das questões apanhadas no decorrer da elaboração desta pesquisa, no entanto, é necessário destacar que os dois maiores propósitos desta dissertação são: 1) registrar e analisar as funções discursivas das unidades fraseológicas (UFs) selecionadas nas escrituras, e 2) fazer a edição semidiplomática dos documentos que compõem o *corpus* de análise a fim garantir a preservação de informações que podem servir de subsídios para outras pesquisas que tenham como propósito o estudo integral das línguas e dos textos.

A escolha do *corpus* foi motivada pelo interesse em resguardar as informações presentes nas *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, da Capitania do Ceará Grande, e também de conhecer as unidades fraseológicas que constituíam esses textos. Além disso, a escolha desses documentos também foi motivada pelo interesse em descrever alguns aspectos do contexto histórico e social da sociedade cearense do século XIX, com base nas informações administrativas, políticas e comerciais desse período.

O resultado desse processo de identificação e categorização de unidades fraseológicas é explicitado pormenorizadamente neste trabalho, que apresenta cinco capítulos.

O primeiro deles se refere a este capítulo de introdução no qual justificamos os motivos que nos levaram a realizar este trabalho, como qual o propósito de sua conclusão.

No segundo capítulo, os postulados teóricos que fundamentaram a pesquisa são expostos, deferindo-se com ênfase a importância do trabalho filológico e da edição diplomática para a recuperação e para o estudo integral dos manuscritos antigos, bem como para o fomento de subsídios de diversas pesquisas históricas, sociais e linguísticas, como os estudos do léxico e de suas ciências auxiliares, como

a Fraseologia, foco de nosso trabalho, bem como algumas das pesquisas que tratam das UFs (estado da arte) que serviram de base para a nossa análise.

No terceiro capítulo, nos voltamos à apresentação dos passos metodológicos que delinearão nosso estudo, permitiram a edição e o resgate das informações dos documentos aqui trabalhados e a metodologia que orientou o processo de reconhecimento e coleta das estruturas fraseológicas identificadas nas *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, utilizadas na nossa pesquisa.

No quarto capítulo, finalmente apresentamos a análise linguística das unidades fraseológicas presentes na estrutura textual das escrituras públicas utilizadas na nossa pesquisa, para discorrermos sobre os fatores que compõem o discurso recorrente das linguagens administrativa e jurídica da sociedade cearense do século XIX.

Por fim, o último capítulo expõe as considerações finais acerca da pesquisa e dos objetivos determinados, bem como menciona os resultados do trabalho de reconhecimento das unidades fraseológicas nos modelos de organização padrão textual e discursiva da linguagem jurídico-administrativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao logo da história, a humanidade deixou indícios de sua cultura através de diferentes expressões da linguagem, no entanto, entre todas elas, certamente a escrita é a mais significativa, pois, por resistir mais ao tempo, é a forma que melhor preserva informações sobre a língua e a cultura de diferentes períodos da história da humanidade.

Por meio dos produtos culturais . os textos . a escrita expressa, mesmo que nas entrelinhas, dados subjacentes que nos permitem adentrar na história social de uma nação e ter acesso a informações e à descrição de acontecimentos que constituem a nossa história. Além disso, por meio do estudo linguístico, histórico, e social dos registros escritos remanescentes, podemos compreender aspectos intrínsecos aos seus propósitos comunicativos que, muitas vezes, eram regidos pelas ideologias que circulavam em uma época.

Em verdade, a história da escrita e dos textos sempre foi um assunto do interesse humano, sendo um dos mais férteis campos de pesquisas que focam o estudo dos textos. Essas pesquisas tinham em comum a preocupação de instituir conceitos e métodos que padronizassem a edição de textos para, assim, se evitar possíveis modificações *exógenas* e *endógenas*¹ que comprometessem a autenticidade das informações originais dos manuscritos. Nesse contexto, por exemplo, ciências como a Crítica Textual e a Filologia dão base às várias pesquisas que têm como objeto a edição dos textos e o estudo das línguas, além de colaborarem com outras ciências humanas no processo empírico de descrição dos fenômenos linguísticos, discursivos e sociais.

À vista disso, optamos orientar nosso estudo dos textos antigos pelos conceitos e métodos da Filologia, pois acreditamos que a edição fidedigna dos registros escritos, justamente com as informações sobre a história social dos documentos, formam dados essenciais tanto para o estudo filológico-linguístico de nosso trabalho, quanto para facilitar a análise das influências extralinguísticas que, muitas vezes, determinam a estrutura textual e o contexto de produção dos documentos que servem de objeto para o nosso estudo. Considerando tal quesito, faz-se também necessário estendermos nosso olhar sobre a função social desses textos, pois, ao determinarmos a natureza desses documentos . se são públicos,

¹ Ver Cambraia (2005, p. 2)

privados ou particulares . podemos definir com maior propriedade os elementos linguísticos e textuais, próprios dessas esferas sociais, e assim descrever os aspectos que regem e justificam as produções escritas de determinado período histórico.

Em síntese, acreditamos que para se estabelecer um estudo pleno dos textos e das línguas é necessário associarmos o estudo crítico filológico a um diálogo interdisciplinar com outras ciências, como a Codicologia, a Paleografia, a Diplomática, a Linguística, especialmente a Fraseologia, que podem auxiliar significativamente a análise dos aspectos linguísticos e estruturais relativos ao *corpus* de nosso estudo.

De acordo com o nosso propósito neste capítulo, são apresentados os conceitos básicos das ciências que servem de base para fundamentarmos nossa análise e a construção de nosso estudo sobre o texto, a língua e suas práticas sociais.

2.1 SOBRE A FILOLOGIA

Desde o surgimento dos primeiros textos escritos, organizados para atenderem às diferentes situações da comunicação humana, gradativamente, tornou-se necessário instituir uma ciência que colaborasse com a transcrição e com a preservação documental das varias esferas sociais. Nesse contexto, a Filologia surge como a ciência que detém o propósito de preservar o teor dos manuscritos remanescentes, resgatando através desses registros informações linguísticas e discursivas essenciais ao estudo integral das línguas e dos textos.

Além disso, outro aspecto dos estudos filológicos advém de sua proposta em salvaguardar aspectos semânticos e morfológicos dos manuscritos, garantindo-lhes sua autenticidade, ao evitar possíveis modificações internas que deturpam o teor original dos textos, como reduções ou acréscimos dos vocábulos devido à ação indevida dos editores; quanto às mudanças externas, causadas pela deterioração dos suportes textuais devido à ação do tempo ou de outros agentes externos.

À vista disso, podemos perceber que a Filologia atua como uma importante benfeitora na tarefa de edição fidedigna dos textos, salvando-os assim da destruição material.

A Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A *explicação do texto*, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto. Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da Filologia. Aliás, como já vimos, nasceu assim a filologia alexandrina. A *restauração do texto*, numa tentativa de restituir-lhe a genuinidade, envolve um conjunto de operações muito complexas, mas hoje estabelecidas com relativa precisão: é a *crítica textual* ou *Edótica*, que também foi conhecida e praticada pelos filólogos alexandrinos; a *preparação do texto*, para editá-lo na sua forma canônica, definitiva, também apela para um conjunto de normas técnicas, hoje também sistematizadas e mais ou menos universalmente respeitadas. (SPINA, 1977, p.75-76)

Diante desse conceito, torna-se evidente compreendermos que a realização de um estudo amplo dos textos deve considerar em sua reflexão todos os aspectos que cercam a gênese e uso comunicativo desses escritos. Considerando tal assertiva, fica claro percebermos que para realizarmos um estudo integral das línguas e dos manuscritos escritos devemos, necessariamente, estabelecer um diálogo teórico entre a Filologia e as demais ciências humanas, pois para contemplarmos as diversas questões lexicais, morfossintáticas, linguísticas e sociais que emergem em meio a esse estudo é imprescindível recorreremos a outras perspectivas que contribuam com a reflexão inteligível dos aspectos constitutivos da história das línguas e dos textos.

À vista disso, ciências como a História, a Paleografia, a Codicologia, a Sociologia, e, especialmente, a Linguística, colaboram com o labor filológico no que confere ao desenvolvimento de uma análise mais consistente de seu objeto de estudo, pois, segundo Ximenes (2009, p. 37) «a compreensão ampla de um texto, seja qual for o seu suporte e o tempo de sua produção, envolve conhecimentos linguísticos, literários, históricos, geográficos e socioculturais da sociedade que produziu tais textos».

Apesar disso, mesmo considerando o benefício teórico que o diálogo interdisciplinar fornece aos estudos dos textos, as relações entre Filologia e as demais ciências humanas sempre serviram de palco para diversos debates sobre a sua autonomia conceitual e metodológica diante desses enlaces, principalmente no que diz respeito à Linguística pelo fato de ambas tratarem da análise das línguas. Contudo, é possível estabelecer os limites de cada uma e reconhecer que a Filologia trata das manifestações da língua humana, específica e unicamente, em

sua forma escrita.+ (XIMENES, 2009). Além disso, ao consultarmos a literatura disponível podemos averiguar que as pesquisas linguísticas têm como interesse todas as manifestações orais ou escritas das línguas, voltando-se principalmente para os fenômenos que ocorrem nas línguas naturais; recorrendo aos textos, basicamente, como suporte de consulta de onde obtém seus objetos de estudo. No entanto, a Filologia, diferentemente da Linguística, não se concentra apenas no estudo dos fenômenos linguísticos, pois busca, concomitantemente, o resgate sincrônico e diacrônico da história social, o entendimento amplo das línguas e a preservação da memória cultural da humanidade.

Em síntese, de acordo com Swiggers (1998, p. 5) a filologia engloba a linguística, na medida em que é necessário fazer também uma filologia da linguística: a filologia toma, então, como objeto o discurso dos linguistas e, de modo bem particular, a sua terminologia descritiva; ou seja, com o auxílio da Linguística o trabalho filológico pode explorar mais especificamente fenômenos peculiares dos sistemas linguísticos e assim reconstruir com maior clareza a história das línguas e de seus produtos culturais, os textos.

À vista do que foi descrito, podemos entender que definir o termo filologia e seu objeto de estudo, não é simples, pois, devido ao seu perfil interdisciplinar, diversos pensadores propõem concepções distintas acerca da ação da Filologia nos campos teóricos e pragmáticos de estudos dos textos.

Entre os conceitos existentes, Vasconcellos (1959, p. 8), apresenta uma definição significativa acerca da relação Filologia e edição de textos. Nas palavras do autor, a filologia abrange, pois: história da língua (glotologia, glótica, linguística e seus ramos) com a estilística e a métrica; história literária. Faz-se aplicação prática da filologia quando se edita criticamente um texto; ou seja, segundo o autor, a ação filológica abrange precisamente os domínios da edição de textos.

Sobre esse aspecto, Melo (1975) também afirma que a Filologia se concentra amplamente na edição e no resguardo dos textos, se diferenciando assim da ação da Linguística. Segundo o autor,

[...] a Filologia *strictu sensu* é o estudo científico de uma língua ou famílias de línguas atestadas por documentos. [...] Além disso, cumpre ressaltar que a Filologia é uma ciência aplicada, dado que o seu escopo, a sua finalidade específica é fixar, interpretar e comentar os textos. De modo que o conhecimento científico da língua funciona como meio, como instrumento para que a ciência atinja seu fim próprio.

[...] A Lingüística, porém, ou Glotologia, ao invés de ciência aplicada, é uma ciência puramente especulativa. O seu objeto formal é a língua em si mesma, a língua como fato social da linguagem. Não a Língua A ou B, mas o fenômeno língua, sua estrutura, seu conteúdo, sua essência, seus processos, suas relações com o pensamento, com o sentimento, com a vontade, com a sociedade, com a cultura, sua evolução, estabilidade, desagregação, causas de estabilidade e fatores de diferenciação, interação lingüística, etc. (MELO, 1975, p. 25-26, grifo do autor)

Segundo esses conceitos, o autor vincula a ação da Filologia à Gramática Histórico-Comparativa, entendendo-a como uma ciência aplicada ao estudo das documentações escritas, não sendo diferente das concepções adotadas pelos manuais de filologia existentes. Contudo, o autor apresenta uma inovação em seu conceito ao conceber como objeto de estudo mais expressivo da Filologia a língua escrita enquanto fenômeno. Nas palavras do autor, a Filologia

é uma ciência, perfeitamente caracterizada, com seu objeto formal nitidamente estabelecido, com seus métodos próprios, seguros e apurados, com suas conclusões definitivas. O objeto da Filologia é a forma de língua atestada por documentos escritos. (MELO, 1975, p. 22)

Em conceitos mais atuais, a Filologia é entendida de forma mais ampla. Por exemplo, no dicionário eletrônico Houaiss (2001), versão 3.0, ampliam a concepção de Filologia ao defini-la como sendo: (1) o estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos; (2) o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, baseado em documentos escritos nessas línguas; e (3) o estudo científico de textos e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições.

Dessa forma, em vista das concepções apresentadas, podemos entender que definir Filologia demanda um extenso debate de ideias que, certamente, levará a nossa discussão a uma longa apresentação de conceitos. No entanto, para o nosso trabalho de edição das *Escrituras Públicas de compra e Venda de Escravos*, é necessário nos focarmos ao conceito de Filologia como a ciência que estuda amplamente as línguas escritas expressas não só nos textos literários, mas também em todos os textos que circularam e circulam na sociedade, nas suas mais diversas realizações discursivas.

À vista disso, a fim de contemplarmos o estudo amplo de nosso objeto científico, optamos assumir como nossa principal base teórica o trabalho de Lamas (2009) que tem como objetivo ampliar a concepção de Filologia e integrar os estudos das línguas a um amplo universo denominado de Linguística do Texto Integral.

Segundo Lamas (2009), tal proposta tem sido efetiva à recuperação do conceito de Filologia, pois, ao ampliar o conceito de ~~texto~~ considerando-o como sinônimo de: 1) ~~o~~ que é dito oralmente ou por escrito; 2) uma atividade e um produto; 3) e, por fim, como todo tipo de discurso, com fins literários ou não; tende, conseqüentemente, a adaptar a concepção de Filologia ao contexto e objetivos dos estudos contemporâneos.

[...] Por sua parte, se há logrado que transcenda definitivamente ao âmbito do literário para ocupar-se de todos os textos; se há intentado eliminar velhos resquícios de subjetividade e impressionismo, prolongados, por exemplo, na Estilística e na Crítica Textual; e se tem outorgado o papel de nível último e mais concreto de uma Linguística integral que dê sentido a qualquer estudo sobre a linguagem, quer seja teórico ou seja aplicado. Dito de outro modo, se integra esta Filologia embasada nos estudos do texto (para o caso ~~de~~ discurso) como unidade superior e básica dos estudos [...]. (LAMAS, 2009, p.24).²

A proposta de Lamas (2009) destaca ainda que um estudo completo dos aspectos e fenômenos que circundam os textos escritos não deve se prender apenas ao âmbito literário, pois precisa também explicar e resguardar, por meio da edição diplomática, os aspectos linguísticos subjacentes aos diferentes tipos de textos, evidenciando assim as propriedades multifacetadas do discurso social, conforme seu objetivo e suas particularidades.

[...] A meu juízo, a atitude filológica corresponde plenamente ao estudo da Linguística do Texto, em qualquer de suas modalidades ou manifestações particulares, atuais e pretéritas, enquanto ciência que se ocupa da técnica para a explicação do sentido de cada discurso particular, ou o que é o mesmo, enquanto hermenêutica do dito. Ocupa-se neste sentido de desenvolver uma técnica para a interpretação sistemática e fundada, isto é, de uma heurística ou registro de feitos do texto que permitem alcançar determinados sentidos: por exemplo, se ocupa de nos ensinar a ver o

² [...] Por uma parte, se ha logrado que trascienda definitivamente el ámbito de lo literario para ocuparse de todos los textos; se ha intentado eliminar viejos rescoldos de subjetividad e impresionismo, prolongados, por ejemplo, en la Estilística y en la Crítica Textual; y se le ha otorgado el papel de nivel último y más concreto de una Lingüística integral que dé sentido a cualquier estudio sobre el lenguaje, ya sea teórico o ya sea aplicado. Dicho de otro modo, si se integra esta Filología basada en los estudios acerca del texto (para el caso, ~~de~~ discurso) como unidad superior y básica de los estudios [...] (LAMAS, 2009, p.24).

sentido de passagens literárias, mas também em textos cotidianos, publicitários, coloquiais, históricos, bíblicos ou jornalísticos, e inclusive os %descarte+(LAMAS, 2009, p. 25-26, grifos do autor)³

Logo, com base na proposta de Lamas (2009), acreditamos que o estudo interdisciplinar dos registros escritos é essencial para qualquer pesquisa que priorize a descrição e análise dos diferentes aspectos linguísticos, semânticos, discursivos e históricos expressos através das linhas dos textos. Em outras palavras, diante do que foi discutido, torna-se evidente compreendermos que o perfil interdisciplinar da Filologia favorece o estudo dos textos ao permitir que o filólogo e demais pesquisadores possam olhar para o seu objeto de estudo por diferentes perspectivas, explorando com maior lucidez os vários fenômenos linguísticos e textuais expressos pela escrita.

Dessa forma, para o nosso trabalho de edição das *Escrituras Públicas de compra e Venda de Escravos*, optamos por assumir um caráter interdisciplinar em favor de uma reflexão mais ampla sobre os diferentes aspectos linguísticos, semânticos, discursivos e históricos que poderiam acabar sendo deixados à margem caso o estudo desenvolvido tomasse uma única perspectiva de análise.

2.2 SOBRE O LABOR FILOLÓGICO: A EDIÇÃO DE TEXTOS

Realizar um trabalho de edição textual é um processo que requer um refinamento teórico sobre a leitura e interpretação dos textos, principalmente de manuscritos mais antigos. Tal cuidado justifica-se pela dificuldade apresentada no ato da leitura desses registros, pois, fatores *exógenos* como rasgos, corrosão da tinta ou a ação de traças, levam à degradação material dos textos, comprometendo, conseqüentemente, a leitura da mensagem registrada. Em casos mais extremos, esses fatores simplesmente tornam inviável a recuperação das informações presentes nos manuscritos, o que torna mais urgente a realização do trabalho de edição para salvaguardar o teor textual que ainda não foi corrompido.

³ A mi juicio, la actitud filológica corresponde plenamente al estudio de la Lingüística del Texto, en cualquiera de sus modalidades o manifestaciones particulares, actuales y pretéritas, en tanto que ciencia que se ocupa de la técnica para la explicitación del sentido de cada discurso particular, o lo que es lo mismo, en tanto que hermenéutica de lo dicho. Se ocupa en este sentido de desarrollar una técnica para la interpretación sistemática y fundada, esto es, de una heurística o registro de hechos del texto que permiten alcanzar determinados sentidos: por ejemplo, se ocupa de enseñarnos a ver el sentido de pasajes literarios, pero también en los textos cotidianos, publicitarios, coloquiales, históricos, bíblicos o periodísticos, e incluso de los %descarte+ (LAMAS, 2009, p. 25-26, grifos do autor).

Além dos fatores exógenos, outros problemas de natureza *endógena* podem também afetar o trabalho de edição documental. Em alguns casos, aspectos como a caligrafia difícil utilizada pelos autores dos textos, ou as mudanças gráficas de alguns vocábulos, podem conferir uma baixa legibilidade aos manuscritos, prejudicando o resgate de suas informações e, conseqüentemente, gerando interpretações errôneas que acarretam distorções na edição textual. Diante desses fatores, podemos entender que a edição de textos demanda extrema atenção tanto no trato dos registros, quanto na análise das informações expressas em suas linhas, exigindo do pesquisado uma reflexão minuciosa sobre qual método de edição é mais adequada tanto para o tratamento dos textos, quanto para a descrição de aspectos sobre os fenômenos linguísticos, o processo de produção dos manuscritos, a função comunicativa dos registros, as características visuais e estruturais dos grafemas expressos na língua escrita, enfim todos os aspectos que corroboram para o estudo integral dos textos.

Considerando a importância a edição de textos para a preservação de subsídios linguísticos, semânticos e pragmáticos, convém destacarmos o papel essencial do filólogo na edição de textos, pois, como profissional especializado no estudo linguístico e paleográfico, cabe a ele escolher tanto o modelo de edição mais conveniente para cada trabalho, segundo sua finalidade, quanto gerir meios que possibilitem a leitura dos textos independente dos leitores que venham a acessar a edição, pois, segundo Ximenes (2009, p. 48),

Cada área do conhecimento interpreta um texto conforme finalidades específicas, pois os textos oferecem muitas informações e possibilidades de leituras. Assim, um historiador direciona suas leituras para os fatos históricos, um linguista, para manifestações da língua, um sociólogo ou um antropólogo, para dados relativos ao comportamento humano e social. Outros profissionais também poderão encontrar seu objeto de pesquisa nos textos editados.

Conforme essa afirmação, podemos perceber que é necessário ao trabalho do filólogo assumir uma perspectiva interdisciplinar que favoreça o estudo dos textos. Sendo assim, fica claro entendermos que o trabalho do filólogo se faz mais efetivo quando agrega ao seu processo intelectual concepções e terminologias oriundas de ciências como a Codicologia, a Paleografia, a História e a Linguística, que colaboram com o refino da edição e fornecem maiores esclarecimento acerca dos processos de produção material dos textos, da análise dos fenômenos

linguísticos e do contexto social que justifica o propósito comunicativo dos manuscritos e documentos remanescentes.

À vista disso, percebemos que o filólogo deve optar por análise ampla de todos os aspectos que envolvem a gênese dos textos, ponderando atentamente qual modelo de edição se mostra mais favorável à construção e à compreensão do produto final do seu trabalho. Por exemplo, se a recuperação de manuscritos antigos tem como objetivo o estudo das línguas, considerando todos os seus aspectos linguísticos, discursivos e pragmáticos registrados nos textos, é certo que deveremos optar por uma edição conservadora⁴. No entanto, se o propósito da edição for promover uma descrição mais clara para um público leitor diversificado; o modelo adotado pode ser menos conservador.

Considerando que, após se ter restituído à forma genuína de um texto escrito, ele é, via de regra, publicado novamente, contribui-se também, assim, para a transmissão e preservação desse patrimônio: colabora-se para a transmissão dos textos, porque, ao se publicar um texto, este se torna novamente acessível ao público leitor; e contribui-se para a sua preservação, porque se assegura sua subsistência através de registros em novos e modernos suportes materiais, que aumentarão sua longevidade. (CAMBRAIA, 2005, p. 19 e 20)

Em verdade, ao escolher o tipo de edição o filólogo precisa fazer uma reflexão minuciosa sobre qual forma de tratamento é mais adequada a cada trabalho, considerando, para isso, os métodos utilizados por cada modelo de edição disponível. Entre os postulados existentes, Spina (1977, p.77-80), por exemplo, em seu manual de crítica textual, diferencia quatro tipos de edição:

- a) a reprodução mecânica, que faz a reprodução do manuscrito por procedimentos mecânicos, ou seja, usa fotografia, xerografia, etc. para reproduzir o documento. Nesse tipo de edição a fotografia do texto chama-se fac-símile e tende a reproduzir fielmente as características do original;
- b) a reprodução diplomática, que consiste na reprodução tipográfica do texto original manuscrito, mantendo todas as características do original (os

⁴ Tipo de edição que objetiva a transcrição de todos os elementos linguísticos, textuais e tipográficos presentes nos documentos, tais como sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação vocabular, etc.

grafemas, as abreviaturas e seus sinais, a separação vocabular, etc.) como se fosse uma cópia perfeita e completa;

- c) a transcrição diplomático-interpretativa (ou semidiplomática), que consiste na transcrição do original, fazendo-se uma série de melhoramentos do ponto de vista da leitura, tais como a doção dos critérios atuais de separação vocabular, desdobramento das abreviaturas, pontuação do texto, entre outras; e
- d) o texto crítico, que consiste no estabelecimento da forma genuína de um texto a partir das cópias existentes, segundo as leis e normas da crítica textual, facilitando-se a sua leitura e tornando-o inteligível.

Outro elemento que também confere uma maior ou menor legitimidade do teor original dos manuscritos é o *grau de mediação do editor*⁵. No modelo proposto por Spina (1977), por exemplo, a reprodução mecânica (ou fac-símile) pode ser considerada como o *grau zero de mediação*, pois como o seu processo de edição utiliza fotografias, xerografias ou fotocópias para reproduzir fielmente os textos, podemos perceber que não há nenhum tipo de intervenção do editor na transcrição. Já as edições diplomáticas, semidiplomáticas e texto crítico enquadram-se, respectivamente, nos graus *baixo*, *médio* e *máximo* de mediação do editor. No entanto, independente do tipo de edição escolhida, é necessário que o pesquisador tenha em mente a importância da imparcialidade à edição de textos, pois essa determinará a confiabilidade do seu trabalho e garantirá a preservação dos aspectos linguísticos, discursivos e visuais presentes nos textos originais. Em síntese, se nos voltarmos, principalmente, à recuperação de manuscritos antigos, torna-se evidente adotarmos edições como a semidiplomática, por essa facilitar a leitura dos textos, tornando-os mais acessíveis a pesquisadores de diferentes áreas e ao público em geral.

Dessa forma, considerando o nosso estudo das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, e com base em Spina (1977), optamos por utilizar dois modelos de edição de textos: a semidiplomática ou diplomático-interpretativa, pois através desse modelo podemos, por exemplo, recorrer ao desenvolvimento das abreviaturas e de demais elementos para facilitar a leitura dos textos; e a reprodução mecânica ou fac-símile, pois, por meio dela, podemos expor aspectos

⁵ Ver Spina (1977)

visuais e tipográficos que são impossíveis de serem reproduzidos pela edição semidiplomática.

Em síntese, acreditamos que o uso desses dois modelos de edição é adequado ao nosso propósito de estudo das escrituras públicas, pois ambos complementam a tarefa de preservação das informações e características originais dos textos, possibilitando, dessa forma, o resguardo de seus aspectos codicológicos, paleográficos e linguísticos; essenciais para o estudo filológico desses documentos.

2.3 SOBRE AS CIÊNCIAS AUXILIARES DA FILOLOGIA

Com base nos posicionamentos consensuais entre as ciências que estudam os textos, podemos perceber que ao longo do processo filológico, múltiplas concepções convergem em favor da construção do arcabouço histórico e linguístico da nossa memória cultural.

Em verdade, partindo da ideia de que a linguagem e seus produtos culturais, os textos, são uma herança social, é inegável a importância da descrição integral de aspectos sobre a semântica e até a ortografia do nosso sistema linguístico, seja em um dado contexto, seja ao longo da história. Sendo assim, fica claro considerarmos a importância do diálogo teórico-interdisciplinar entre a Filologia e as outras ciências auxiliares como a Linguística, por exemplo, pois por meio dos estudos morfossintáticos, fonético-grafemáticos e dos estudos do léxico, podemos compreender de forma ampla os fenômenos peculiares das línguas em suas diversas realizações no contexto social.

Considerando esse argumento, é imprescindível destacar a contribuição significativa da Paleografia, da Codicologia, da Diplomática, da História dentre outras, no resgate de informações sobre as formas de escritas expressas nos textos (letras, abreviações, etc.) e sobre as técnicas de produção dos livros e manuscritos, os fenômenos histórico-culturais destacados nos textos.

Com base nesse contexto, torna-se necessário pontuarmos algumas concepções de Paleografia, Codicologia e Diplomática para entendermos melhor como a relação entre essas ciências e o labor filológico é postulada nos campos de estudos da linguagem e dos textos. Por exemplo, ao elucidar a finalidade do estudo das escritas antigas, Acioli (2003, p. 5) define a Paleografia como

a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi escrito o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Entendendo a extensão que os estudos da escrita conferem à análise dos documentos antigos, Acioli (2003, p. 5) ainda afirma que

A paleografia é, assim, antes de tudo, um instrumento de análise do documento histórico. Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto à sua autenticidade, levando em consideração o aspecto gráfico dos mesmos.

Outra definição de Paleografia advém da proposta de Cambraia (2005, p.23). Para o autor, a Paleografia é um campo de conhecimento sistematizado, de finalidade teórica e pragmática, que deve, necessariamente, abordar em sua análise aspectos como:

- a) datação, localização e a classificação da escrita;
- b) descrição de características da escrita como a forma, o peso, o ângulo, a sucessão do traçado e a dimensão das letras ao longo das pautas;
- c) descrição do sistema de sinais abreviativos empregados na escrita;
- d) descrição dos outros elementos não-alfabéticos existentes, como sinais de pontuação, números, diacríticos, paragrafação etc; e, finalmente,
- e) a descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas.

Esses aspectos contribuem para a leitura e compreensão efetiva do teor dos textos, permitindo assim a tradução da sua escrita para uma forma atualizada e o resgate da história social expressa por meios dos manuscritos antigos.

Ainda nesse contexto, e compreendendo a relevância do estudo integral dos textos, é igualmente válido destacarmos a contribuição dos estudos codicológicos para o trabalho filológico, pois a descrição das características materiais dos documentos e livros antigos é essencial para o esclarecimento de aspectos sobre os processos de produção textual e sobre os elementos que caracterizam a estrutura física do livro manuscrito, ou seja, nas palavras de Spina (1977, p. 18), a Codicologia é atinente exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito (*Scriptoria*) e das condições materiais em que esse trabalho se verificou.

Ampliando essa concepção, Cambraia (2005) define Codicologia como o estudo da técnica do livro manuscrito e de aspectos que promovem a investigação da história dos códices como: a datação e localização dos textos, o material do suporte (se é pergaminho, papiro ou papel), as dimensões do objeto, os problemas de catalogação etc.

Além da descrição material dos textos, Cambraia (2005) também afirma que os conhecimentos codicológicos nos norteiam a uma concepção mais profunda acerca dos processos de comunicação dos textos e dos elementos que constituem sua estrutura. No seu *Guia Básico de Descrição Codicológica*, Cambraia (2005) assevera que a análise física dos manuscritos deve apresentar tanto informações sobre seu suporte material, sua composição textual e a organização da página, quanto sobre as particularidades de cada fólio que compõem o documento propriamente dito, com exceção dos fólhos de abertura, que foram criados posteriormente e não fazem parte do documento original.

Sendo assim, segundo Cambraia (2005, p. 28), uma descrição codicológica de manuscritos deve considerar as seguintes categorias:

1. Cota: cidade onde se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte e número ou sigla de identificação.
2. Datação;
3. Lugar de origem;
4. Folha de rosto;
5. Colofão;
6. Suporte material: papiro (papiroáceo), pergaminho (membranáceo) ou papel (cartáceo);
7. Composição;
8. Organização de páginas;
9. Particularidades;
10. Encadernação;
11. Conteúdo;
12. Descrições prévias;

Quadro 01 É Elementos para descrição codicológica de manuscritos. Cambraia (2005)

No entanto, vale asseverar que algumas das categorias descritas acima podem não se encontrar presentes na estrutura de alguns tipos de documentos oficiais, pois a presença, ou ausência, de algumas categorias em determinados tipos de documentos jurídicos evidencia que não há uma única fórmula diplomática que classifica a estrutura dos textos oficiais, pois, antes de tudo, a classificação tipológica deve priorizar a organização dos documentos de acordo com o assunto e com a função que esses desempenham no contexto social.

Sobre esse ponto, Belloto (2008, p. 73) atesta que o levantamento dos tipos depende do conhecimento das atividades desenvolvidas pela entidade produtora/acumuladora do arquivo e das relações orgânicas entre aquelas atividades entre si, entre elas e os documentos por ela produzidos. Além disso, ainda segundo a autora, é válido considerarmos a tipologia documental como um método de análise intrínseca dos documentos que adentra à Diplomática Contemporânea, pois ao inverter a perspectiva metodológica que fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside a contextualização e a chave para compreender o tipo documental. (RODRIGUES, 2002, p. 47). Essa perspectiva assemelha-se ao antigo conceito de Diplomática quanto à constatação de documentos precedentes que confirmam a autenticidade dos textos, segundo os critérios estabelecidos pelas entidades administrativas.

Diante de tal semelhança, fica evidente que, apesar da literatura separar nitidamente seus campos de ação, a Diplomática costuma atuar paralelamente à Paleografia. Sobre isso, Mendes (1953) argumenta em favor do trabalho conjunto dessas ciências, pois, segundo o autor, tentar instituir uma divisão abrupta no campo de estudo dos textos antigos, inevitavelmente, limita a recuperação de suas informações, uma vez que é impossível, na leitura de qualquer texto, separarmos a ideia da sua representação escrita.

Dizem eles que a Paleografia estuda apenas os caracteres extrínsecos dos documentos: as letras com que são escritos. A Diplomática estuda o conteúdo. A Paleografia lê, decifra o documento; a Diplomática interpreta-o e julga sobre a sua autenticidade e veracidade. Chega-se a dizer que "a paleografia estuda o corpo do documento; a diplomática, a alma". Entendemos que isso não passa de exagero de especialização. Não é possível, lendo um documento, separar-se a sua parte extrínseca, as letras com que foi escrito, do seu teor intrínseco: a ideia. Grande número de vezes o paleógrafo, para poder decifrar o documento, se vale de textos semelhantes, para comparação; do sentido provável da frase; da sequência natural de um trecho; de fórmulas comuns a determinadas

épocas. As letras, e o pensamento por elas transmitido, são, pois inseparáveis. (MENDES, 1953, p.13)

Tomando como base o comentário de Mendes (1953), entendemos que a Diplomática também pode contribuir significativamente com o estudo filológico das *Escrituras Públicas de Compra de Venda de Escravos*, pois, mesmo não apresentando todos os segmentos que compõem um diploma, é possível classificarmos na estrutura das escrituras partes imprescindíveis ao padrão solene dos documentos oficiais do período imperial brasileiro.

Dessa forma, com base nas concepções apresentadas ao longo deste tópico, elencamos para a análise de nosso objeto de estudo as categorias codicológicas e diplomáticas que melhor contemplam a descrição dos segmentos textuais que compõem as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*. No entanto, é importante destacarmos que essas categorias serão expostas de forma mais reflexiva, no qual cada categoria será comentada em um discurso linear e não segmentado, ou seja, a descrição das categorias codicológicas e diplomáticas que compõem nosso *corpus* será exposto dentro do capítulo de metodologia, mas nem sempre seguirá mesma ordem de categorização, pois para sua exposição optamos pela descrição mais livre que nos permitem elucidamos aspectos sobre o suporte, fólhos e elementos textuais que constituem o objeto em questão.

A descrição detalhada dos aspectos diplomáticos e paleográficos que consideremos mais relevantes no estudo de nosso *corpus* pode ser contemplada no capítulo de metodologia dessa pesquisa.

2.4 SOBRE O ESTUDO DO LÉXICO

Segundo Biderman (2001, p. 13), o léxico de uma língua, constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo+. Por meio das palavras, podemos compreender os sentidos que compõem as ideias do mundo e atribuir aos seres, locais e coisas os conceitos e referentes que os classificam no nosso sistema linguístico, em um processo contínuo que determina a duração ou efemeridade dos itens lexicais expressos em dado ao longo do tempo.

Diante desse contexto, Pontes (2009) também afirma que o léxico de uma língua é uma entidade ilimitada em várias dimensões+, pois a ele estão integradas

todas as realizações, estruturas e palavras que definem os vários sistemas linguísticos.

O léxico de uma língua se define como um conjunto de palavras, vistas em suas propriedades, tais como: as categorias sintáticas, as categorias morfossintáticas, aspectos pragmáticos diversos, informações etimológicas. Além disso, as palavras têm uma representação fonológica e uma representação semântica e estão associadas a um étimo. (PONTES, 2009, p. 18)

Em suma, conforme a definição dada pelo pesquisador, podemos perceber que o léxico de uma língua constitui um sistema organizado de categorias semântico-gramaticais que definem o patrimônio vocabular de uma sociedade ao longo do tempo.

Dessa forma, para resguardar esse rico repositório, muitas ciências se voltam para o estudo do léxico e da memória arquivada dos conhecimentos humanos. Entre elas, podemos citar, por exemplo, a Etimologia, a Semântica e a Onomasiologia⁶ que se integram aos estudos sobre a origem das palavras e ao esclarecimento de seus significados.

No entanto, para situarmos o nosso estudo das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* no campo de estudo do léxico, achamos mais relevante nos centramos nas contribuições teóricas e pragmáticas provenientes da Terminologia, da Lexicologia, da Lexicografia e da Terminografia que tratam mais especificamente dos termos técnico-científico dos escritos oficiais ao enfocarem os seguintes objetos científicos:

- 1) Terminologia . se dedica estudo dos termos de natureza técnico-científica;
- 2) Lexicologia . abrange o estudo do léxico e de todos os aspectos relacionados;
- 3) Lexicografia . enfoca o estudo e a elaboração de dicionários e glossários;
- 4) Terminografia . define a atividade de elaboração de dicionários técnicos de uma área do saber humano.

⁶ Etimologia - Ciência que se ocupa da formação das palavras, explicando a sua evolução a partir da busca do seu étimo;
Semântica - Estudo das significações linguísticas;
Onomasiologia - Estudo semântico das denominações - parte do conceito e busca os signos linguísticos que lhes corresponde;

No entanto, à vista das ciências apresentadas, faz-se necessário destacarmos um ponto de convergência entre as propostas de estudo citadas: a análise de aspectos internos e externos aos estudos da linguagem. Por exemplo, em se tratando do estudo das palavras de uma língua, podemos destacar a Lexicologia como a ciência que trata da análise dos discursos particulares e coletivos, considerando para isso as características linguísticas, semânticas, pragmáticas e etimológicas das palavras.

Nas palavras de Krieger e Finatto (2004, p. 43), a Lexicologia trata-se de uma área, de longa trajetória, consensualmente definida como o estudo científico do léxico, mas especificamente, das palavras de uma língua; ou seja, podemos dizer que as pesquisas lexicológicas compreendem tanto as questões relativas à morfologia e à semântica dos termos, quanto à compreensão dos sentidos que definem os vocábulos. Tais concepções nos levam a percebermos que o léxico não se constitui apenas de palavras comuns, mas também de termos mais específicos, pois ao explorar os sentidos das palavras, acabamos nos deparando com expressões e vocábulos cuja interpretação precisa de uma aprendizagem específica.

Considerando esse eido lexicológico, entendemos que no estudo das *Escrituras de Compra e Venda de Escravos* estamos tratando de um texto especializado, pois pertence à esfera jurídico-administrativa do Ceará imperial, no entanto, as UFs presentes nesses manuscritos não constituem termos ou expressões do texto especializado, uma vez que, em sua maioria, são constituídas por termos da língua comum. Comentar essa digressão é importante para ressaltarmos que esta pesquisa tem como foco as UFs da língua comum, situando dessa forma o posicionamento de nossa pesquisa e de sua natureza dentro do panorama geral das ciências do léxico e de sua subárea, a Fraseologia, como uma base de orientação para a análise de nosso objeto de estudo.

2.5 SOBRE FRASEOLOGIA

Entender a constituição de textos produzidos na nossa sociedade denota, indubitavelmente, a necessidade de entender os aspectos da língua que marca a sua história. À vista disso, podemos inferir que compreender como se configura e como se usa os termos e vocábulos que circulam na sociedade, em determinada época, possibilita não só fazermos um levantamento linguístico de uma comunidade e região, mas também nos permite entender a cultura e fatos de sua história social.

Ao buscar a preservação dos dados linguísticos e textuais, resguardados nos documentos, que marcam o tempo, o lugar e o nível sociocultural dos envolvidos em determinada situação discursiva, o linguista, o filólogo e outros estudiosos das línguas também devem se interessar em compreender a ideologia geral do período no qual o texto analisado foi produzido.

Sob essa concepção, vimos que o léxico tornou-se objeto de estudo de ciência como a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia, a Terminografia, entre outras ciências. No entanto, ao investigarmos nossa história discursiva podemos perceber que determinados termos e expressões instituem tradições que transcendem de um discurso a outro e definem tanto as práticas de escrita como a escolha dos itens lexicais que compõem os discursos orais e escritos.

Diante desse contexto, a Fraseologia⁷ surge como uma subárea das ciências do léxico e volta-se essencialmente para o estudo de itens e expressões lexicais denominados *fraseologias*, grafadas em minúsculo, ou *unidade fraseológica*⁸, que definem uma combinação de termos linguísticos, relacionados à sintaxe e à semântica gramatical de uma língua específica.

No estado da arte, os estudos fraseológicos por muitos anos tiveram o léxico como uma parte da língua que estava isolada da gramática. As primeiras pesquisas por entenderem que as fraseologias se constituíam no universo cultural, embasadas na história, crenças e costumes de um povo, não havia no início uma preocupação com seu estudo sistematizado, porém, foi com os primeiros estudos que ressaltavam a análise do discurso repetido como um válido critério para descrição de palavras ou expressões (sintagmas) que contituem uma estrutura linguística fixa e invariável ao longo do tempo que a Fraseologia ganhou seu embasamento teórico atual. Rio-Torto (2006), por exemplo, afirma que o léxico e a gramática precisam ser estudado conjuntamente para melhor compreendermos o desempenho discursivo-pragmático dos falantes de uma língua.

⁷ Considerarmos em nosso trabalho a distinção do termo grafado com letra maiúscula como a denominação da disciplina que trata do estudo das *estruturas, sintagmas e enunciados lexicais* que são relativamente estáveis e apresentam certo grau de idiomaticidade.

⁸ Termo *unidade fraseológica*, ou UF, será adotado neste trabalho para denominar o nosso objeto de análise, no entanto, fica aqui estabelecido que as formas *fraseologia* ou *fraseologismo* também se integram a esta pesquisa, sendo utilizadas quando nos referirmos aos pensamentos e conceitos de alguns autores citados.

Ou seja, segundo a autora,

Em função da sua natureza, que é pluridimensional, o léxico - e, por conseguinte, o seu estudo - , não se confina a abordagens monodimensionais, envolvendo antes a morfologia das unidades lexicais que o integram, a semântica e a sintaxe interna e externa destas, o funcionamento discursivo pragmático que os falantes delas fazem. (RIO-TORTO, 2006, p. 2)

No âmbito científico, as fraseologias representam um significativo campo de investigação para os estudos da linguagem integrados à Lexicologia, à Lexicografia e à Terminologia que detêm em comum o propósito de descrever as estruturas e a função dessas combinações sintagmáticas nos discursos orais e escritos. Contudo, por também inscreverem o interesse de diferentes áreas do conhecimento, como a Filologia e a Linguística, é comum encontrarmos diversas concepções acerca do fenómeno em questão, principalmente em relação aos estudos das fraseologias da língua comum e da língua de especialidade.

Pastor (1996), por exemplo, ao se deter ao estudo da língua comum, concebe que as fraseologias

São unidades léxicas formadas por mais de duas palavras gráficas em seu limite inferior, cujo limite superior se situa no nível da oração composta. Ditas unidades se caracterizam por sua alta frequência de uso, e de *coaparición* de seus elementos integrantes; por sua institucionalização entendida nos termos de fixação e especialização semântica; por sua *idiomaticidade* e variação potenciais; assim como pelo grau no qual se dão todos estes aspectos nos diferentes tipos. (PASTOR, 1996, p. 20, grifos da autora)⁹

Sobre esse tema, Bevilacqua (2004) também apresenta uma definição sobre UF, no entanto, mais voltada ao estudo das línguas de especialidade. Sob essa perspectiva, a autora define as UFs como

[...] unidades formadas por um núcleo eventivo, considerado como tal por ser de base verbal ou derivada de verbo (nominalização ou participio), e por um núcleo terminológico (termo). Entre estes dois núcleos se estabelecem relações sintáticas, mas principalmente semânticas, determinadas pelas propriedades do texto em que são utilizadas. Portanto, são unidades que se conformam no e pelo texto em que são utilizadas. Cumprem, tal como os

⁹ Son unidades léxicas formadas por más de dos palabras gráficas en su límite inferior, cuyo límite superior se sitúa en el nivel de la oración compuesta. Dichas unidades se caracterizan por su alta frecuencia de uso, y de coaparición de sus elementos integrantes; por su institucionalización, entendida en términos de fijación y especialización semántica; por su idiomaticidad y variación potenciales; así como por el grado en el cual se dan todos estos aspectos en los distintos tipos. (PASTOR, 1996, p. 20, grifos da autora).

termos, a função de representar e transmitir conhecimento especializado (BEVILACQUA, 2004, p. 16-17, grifos da autora).

Krieger e Finatto (2004, p. 84) acrescentam que as UFs exercem uma função essencial na articulação estrutural e discursiva dos registros escritos, ou seja, conforme as autoras a ideia de fraseologia está associada a uma estruturação linguística estereotipada que leva a uma interpretação semântica independente dos sentidos estritos dos constituintes da estrutura; ou seja, podemos inferir que as UF não se definem apenas por sua composição linguística, mas também por sua função semântica e discursiva, abrangendo, dessa forma, uma diversidade de estruturas lexicais, como as locuções nominais e verbais, as expressões idiomáticas, as frases feitas e os provérbios.

Outra pesquisadora que apresenta um conceito amplo sobre UF é Rodriguez (2004). De acordo com a sua concepção, as UFs formam microtextos de discurso repetido e de formato livre que, segundo a autora, constituem

(...) um conjunto heterogêneo de formas linguísticas, cuja denominação e classificação não são postas em acordo pelos linguistas. Trata-se de construções anteriores ao ato da fala, produto do processo de repetição na diacronia da língua, que muitas vezes é difícil reconhecer na língua materna, por sua participação na memória coletiva torna a passar despercebida. Por outro lado, são os elementos de valiosa interpretação, e que mais chamam a atenção, quando confrontado à aprendizagem de uma língua estrangeira. (RODRIGUEZ, 2004, p.15)¹⁰

Considerando esses aspectos a autora ainda sugere que, devido a sua aparente irregularidade, as UFs devem ser analisadas por regras que se aproximam da compreensão dos enunciados. Sendo assim, apoiada na proposta por Pastor (1997), Rodriguez (2004) propõe uma ampliação na classificação de UFs, relacionando-as a quatro grandes grupos:

- 1) *sintagmas fraseológicos*, constituído por elementos que combinam-se a outros itens e expressões lexicais para constituir um ato de fala completo.

¹⁰ Las unidades fraseológicas constituyen, como acabamos de ver, un conjunto heterogéneo de formas lingüísticas, con cuya denominación y clasificación no se ponen de acuerdo los lingüistas. Se trata de construcciones anteriores al acto de habla, producto de procesos de repetición en la diacronía de la lengua, que a menudo es difícil reconocer en la lengua materna, pues su pertenencia a la memoria colectiva hace que pasen inadvertidas. Opuestamente, son los elementos de más costosa interpretación, y que más llaman la atención al enfrentarse al aprendizaje de una lengua extranjera.

- 2) *enunciados fraseológicos*, que compõem por si mesmos atos de fala e, por isso, não precisam se integrar a outros elementos para formar um enunciado completo.
- 3) *esquemas sintáticos*, que são sequências que pertencem ao discurso livre e repetido no discurso social. São caracterizadas por apresentarem uma parte lexical fixa e outra variável conforme a necessidade dos seus interlocutores.
- 4) *parêmias*, ou sentenças proverbiais, constituídas por expressões muito específicas e de caráter etnológico, antropológico, folclórico e anônimo. Suas principais representações são os provérbios, ditos, aforismos, refrões, dialogismos etc.

Essa concepção nos é interessante se pensarmos na complexidade que encontramos ao tentar classificar as UFs mais "livres" que encontramos em alguns textos. Tal complexidade faz com que consideremos relevante a concepção de Rodriguez (2004), pois dessa forma podemos também pensar nas UFs como elementos lexicais inseridos nos enunciados que constituem os atos de fala conforme a pertinência pragmática das áreas comunicativas em que se inserem, combinando-se de acordo com as regras da sintaxe para propiciar a progressão dos textos e dos discursos de um ato comunicativo.

Finalmente, diante do que foi exposto, percebermos que as diferentes concepções acerca da Fraseologia e das unidades fraseológicas, favorecem o debate sobre a definição do posicionamento dessa disciplina e sobre a natureza de seu objeto de estudo. Em síntese, com a proposta de estabelecer uma concepção que abranja as diferentes perspectivas sobre os termos em questão, Monteiro-Plantin (2014, p. 33), afirma que a Fraseologia

Trata-se de uma disciplina independente, relacionada a todos os níveis de análise linguística (do fonético ao discursivo-pragmático), cujo objetivo é o estudo das combinações de unidades léxicas, relativamente estáveis, com certo grau de idiomaticidade, formadas por duas ou mais palavras, que constituem a competência discursiva dos falantes, em língua materna, segunda ou estrangeira, utilizadas convencionalmente em contextos precisos, com objetivos específicos, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente.

Com base nessa citação, podemos concluir que os estudos fraseológicos detêm uma perspectiva ampla, porém consistente em relação aos seus objetos científicos. Mesmo assim, para compreendermos melhor o fenômeno das UF, achamos importante conhecermos os aspectos que envolvem os estudos gerais ou mais específicos dessas estruturas lexicais.

2.5.1 Sobre fraseologia da língua comum e língua de especialidade

Como vimos acima, as unidades fraseológicas se estabelecem no âmbito da língua comum de um povo e constituem, com ela, a sua herança linguística e textual. Contudo, é fato que conforme novos conhecimentos surgem no contexto social, mais se instituem na linguagem cotidiana formas lexicais que especificam o discurso das áreas especializadas do conhecimento humano.

À vista disso, ao refletir sobre a dualidade comunicativa que define cada discurso ou tipo textual, Bevilacqua (1996), estabelece uma distinção clara sobre as características da língua comum e da língua de especialidade.

Língua de Especialidade (LE), considerada como tal por circunscrever um campo conceptual específico e, conseqüentemente, por possuir uma terminologia e fraseologia próprias, sendo utilizada, predominantemente, pelos especialistas de determinada área do saber em situações específicas de comunicação, cuja função principal é o intercâmbio de informações técnicas ou científicas. Difere, portanto, da Língua Comum (LC) utilizada para a comunicação cotidiana entre os falantes de determinada comunidade lingüística. (BEVILACQUA, 1996, p. 11).

Em verdade, ao verificarmos o contexto cotidiano, percebermos que o âmbito da língua comum abrange plenamente o léxico da fala dos usuários de determinada língua. Nesse meio, os vocábulos, colocações, expressões idiomáticas e demais itens lexicais transmitem a experiência de vida do povo e a sabedoria sintetizada ao longo do tempo. Já no âmbito da língua formal, as estruturas lexicais tendem a representar pela escrita os aspectos formais da linguagem, mantendo assim as normas gramaticais, as marcas fraseológicas e os padrões discursivos estabelecidos pelos grupos sociais em cada área do conhecimento humano.

Além disso, se considerarmos os domínios de uso das línguas, podemos perceber que suas marcas linguísticas sempre se apresentam um perfil dinâmico ao longo do tempo. No contexto popular, por exemplo, as expressões idiomáticas, as

colocações e outras manifestações orais se renovam ao ganham novos conceitos e composições. Já no âmbito da escrita e do discurso formal, as lexias, as sentenças e os termos técnico-científicos tornam-se mais recorrentes, ampliando-se à medida que as especialidades profissionais ganham mais espaço no contexto social.

Diante desse argumento é válido atribuímos à proposta de análise das línguas comuns e das línguas de especialidade os estudos de aspectos lexicais registrados em impressos e manuscritos antigos, como por exemplo, alvarás, ofícios, relatórios, escrituras e demais documentos administrativo-jurídicos, uma vez que, por meio deles, podemos acessar os aspectos da escrita de qualquer época da nossa história como, por exemplo, os vocábulos e expressões típicas que caracterizam a sequência discursiva da linguagem dos documentos oficiais produzidos em diferentes esferas da nossa sociedade.

À vista desse argumento, podemos entender que ao investigarmos a história social resguardada nos textos antigos, inevitavelmente, também investigamos os elementos linguísticos e semânticos que marcam a língua e a escrita de seus produtos materiais, os textos, a fim de reconhecermos nesses os subsídios discursivos que denotam as experiências e os eventos comunicativos de um povo ao longo de sua história.

No nosso estudo sobre as UFs das *Escrituras Públicas de Compra de Venda de Escravos*, por exemplo, podemos perceber essas estruturas são comuns à linguagem jurídico-administrativa, sendo recorrentes não só nas escrituras, mas também em outros documentos jurídicos. Esse aspecto faz com reconheçamos nas UFs desses textos uma categorização mais comum, pois elas não constituem palavras ou terminologias específicas de uma única área do conhecimento humano, mas, na verdade, constituem lexias e expressões linguísticas padrões da pertinência pragmática do âmbito jurídico.

No entanto, deixemos claro que a pesquisa realizada nesta dissertação não focar o estudo das línguas de especialidade, pois percebemos que nos documentos que formam nosso *corpus* é mais recorrente o uso da língua comum, optamos, portanto, fazer nossa análise sobre as UFs de aspecto mais comuns que caracterizam nossos documentos, mas que são essenciais à constituição discursiva e textual do teor formal que caracteriza o padrão oficial de todos os documentos jurídico-administrativos, como procurações, atas, alvarás, editais, autos de querela, etc.

Sendo assim, achamos mais pertinente verificar as UFs presentes nas *Escrituras Públicas de Compra de Venda de Escravos* conforme a função discursiva e textual que cada uma exerce dentro dos segmentos que formam a estrutura desses manuscritos. Ou seja, como base nas suas pertinências pragmáticas, é certo considerarmos tanto os objetivos comunicativos que definem a função das UFs na composição do discurso desses documentos, quanto a posição que essas ocupam dentro dos segmentos de *abertura*, *exposição* ou *fechamento* desses textos.

Essa forma de verificação dessas estruturas lexicais em nosso *corpus* dialoga com a temática abordada por Desmet (1997) que afirma que as UFs se situam entre o léxico e a sintaxe, mantendo, inclusive, laços com os textos e definem as diversas combinações sintáticas que definem o discurso de textos inseridos em uma linguagem específica.

A fraseologia de especialidade deve ser vista como uma zona fronteira entre o léxico, sintaxe, semântica e pragmática. Deve ser estudada na dialética língua-usos, integrando-se à partida no modelo de mecanismo de variação. (DESMET, 1997, p. 30).

Ou seja, para Desmet (1997) a concepção de fraseologia envolve todas as unidades lexicais, pois "o fenômeno fraseológico cobre as expressões feitas, as unidades lexicais sintagmáticas, as locuções adverbiais, preposicionais e conjuncionais...", isto é, todo um conjunto de unidades polilexicais.+(DESMET, 1997, p. 33).

Ainda sobre a classificação de UF, podemos encontrar na literatura em voga os conceitos de UFs da língua comuns e da língua especializada. Sobre esses termos podemos destacar as propostas de Krieger e Finatto (2004, p.87) e Pastor (1996) que tratam, respectivamente, dos estudos das UFs das línguas de especializada e comum.

Krieger e Finatto (2004, p.87), por exemplo, afirmam que as fraseologias da língua especializada são "uma combinação de elementos linguísticos próprios de um domínio de especialidade, dos quais um é termo núcleo, que estão ligados semanticamente e sintaticamente", ou seja, de acordo com as autoras, mesmo que haja várias configurações para os fraseologismos, esses não chegam à estrutura da frase, colocando-se, assim, entre a frase e o termo.

Outra vertente de estudos do léxico das línguas naturais é apresentada por Pastor (1996) em seus estudos sobre fraseologias da língua comum. Segundo a

autora, as fraseologias podem ser concebidas como uma subdivisão da lexicologia que investiga aspectos das estruturas formadas por, pelo menos, duas palavras ou unidades lexicais, caracterizadas por aparecerem com certa recorrência nas línguas.

Ademais, seguindo esse conceito, Pastor (1996) também propõe que os estudos da UFs devem seguir duas formas de orientação: a análise dos enunciados fraseológicos, fixos nos atos de fala, que se dividem em fórmulas rotineiras e paremias, e as UFs que não compõem enunciados completos, como por exemplo, as locuções próprias do sistema linguístico e as colocações recorrentes nas normas de composição textual. Em outras palavras, os elementos além dos linguísticos, como o tom de formalidade conferida ao documento, as marcas linguísticas, o conjunto de frases feitas, as metáforas e as locuções figuradas, os quais são mantidos pelo uso e evocam, com base no contexto, uma forma adequada ao teor do evento comunicativo.

Diante do que foi exposto, é importante esclarecemos que para a pesquisa das UFs presentes nas escrituras, acreditamos que é necessário um estudo amplo sobre as estruturas que compõem os segmentos desses documentos, focando principalmente as suas funções discursivas e textuais. Dessa forma, achamos interessante nos aproximar da concepção de Desmet (1997), pois essa parece abranger consideravelmente todas as dimensões de sentido das UFs, com a ressalva de agregarmos a essa abordagem a importância dos aspectos pragmáticos que envolvem os textos, pois, para realizar o estudo integral de nosso *corpus* de análise, também é necessário considerarmos o uso da língua em seu contexto social, cultural e histórico.

Com base nas autoras citadas, podemos finalmente nos voltar ao nosso objeto de estudo, as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, e buscar em suas linhas as marcas típicas que caracterizam os valores enunciativos de suas estruturas lexicais e textuais.

Considerando o fato que esses documentos se inserem no contexto administrativo-jurídico do Ceará do período imperial, podemos inferir que tanto a sua estrutura como as suas lexias apresentam uma alta fixidez na sua organização estrutural e formal, pois, como são textos de caráter legal seguem os padrões dos documentos e diplomas oficiais.

Podemos ainda dizer que mesmo inseridas no campo jurídico, as UFs recorrentes nas escrituras podem ser consideradas reflexos da língua, das atitudes e

do pensamento dos indivíduos que viveram no século XIX, ou seja, essas UFs são uma fonte de subsídios sobre os aspectos que definem as ocorrências linguísticas que marcaram as relações políticas, sociais, jurídicas e administrativas que geriam a produção das escrituras e que se relacionam com todos os aspectos da cultura de uma determinada época.

À vista das concepções apresentadas sobre fraseologia/unidades fraseológicas, optamos, portanto, em fazer um levantamento das UFs expressas nas *Escrituras de Compra e Venda de Escravos*. Para isso, é necessário, com base nos fundamentos descritos, traçar critérios para a classificação das unidades fraseológicas da língua comum e as da língua especializada que são típicas desses dispositivos jurídicos.

2.5.2 Sobre os critérios de classificação das Unidades Fraseológicas

Com base na distinção estabelecida entre as unidades fraseológicas da língua comum e as da língua especializada, percebemos que é, igualmente necessário, apresentarmos os critérios de classificação mais recorrentes na literatura em voga sobre as UFs.

Nesse contexto, visto os pressupostos fundamentais apresentados, optamos por destacar as proposta de Bevilacqua (1996), sobre as unidades fraseológicas da língua de especialidades, e a classificação de Pastor (1996), sobre as unidades fraseológicas da língua comum como as concepções teóricas que norteiam a determinação dos nossos próprios critérios de classificação das UFs das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, os quais serão apresentados mais a frente.

Primeiramente, procuremos entender os critérios de classificação de Bevilacqua (1996), que, baseando-se na proposta de Gouadec (1994), apresentou os critérios para a identificação das UFs da linguagem especializada da Legislação Federal Ambiental Brasileira. Segundo a proposta da autora, os critérios de identificação das unidades fraseológicas dividem a sequência de produção em três estruturas sintáticas simplificadas:

- 1 - *verbo mais nome* (V + N);
- 2 - *nome deverbal mais sintagma preposicional* (Ndev+ SP);
- 3 - e *nome mais particípio* (N + Part), as quais indicam processos explicitados fraseologicamente pertencentes à área especializada analisada.

Esses critérios tendem a identificar sentenças prototípicas da linguagem técnica-administrativa que expressam seus próprios termos e estruturas sintáticas, recorrentes ao uso de seu domínio especializado. À vista disso, a autora considera como elementos identificadores das UFs de especialidade:

a) A presença de uma unidade de terminologia; b) estabilidade sintática, isto é, certo grau de fixação nas estruturas morfossintática das UFs; c) a estabilidade semântica, determinada pela relação estabelecida entre os elementos da unidade; d) a taxa de frequência relevante nos textos de um campo especializado; e e) seu uso em um campo especializado. (BEVILACQUA, 2005, p. 30-31)¹¹

Diante disso, podemos afirmar que Bevilacqua (1996) estabelece alguns padrões de organização que são relevantes às características que consideramos essenciais para a seleção das UFs de nosso *corpus* de análise, como: *o grau de fixação das UFs e a taxa de frequência*. Guardemos, então, esses dois critérios para discutimos mais à frente.

Ainda sobre as UFs, Bevilacqua (2007) também comenta que o *termo* é um elemento de especialidade da fala de um grupo de uma determinada língua com valor especializado. Na verdade, podemos segundo a autora, o *termo* não ocorre isoladamente das outras unidades, ele se relaciona com essas e com os demais elementos linguísticos que se encontram juntos ao *termo*.

Em conseqüência, se dá uma maior atenção ao funcionamento dos termos em seu uso, o que implica, entre outros aspectos, ter em conta os coocorrentes dos mesmos, ou seja, os elementos lingüísticos que aparecem junto ao termo. Esse conjunto formado por um termo e um ou mais coocorrentes formam as unidades especializadas que, tal como eles, representam e transmitem conhecimento especializado de uma área e se constituem em formas do dizer desta área. (BEVILACQUA, 2007, p. 209).¹²

¹¹ Observamos que algunos de estos criterios son obligatorios y otros, facultativos, dependiendo de la tendencia que se siga. Así, para algunos, el criterio de semicomposicionalidad o composicionalidad no es relevante, mientras que lo será para otros. A pesar de ello, fue posible observar que había un consenso respecto de los criterios siguientes: a) la presencia de una unidad terminológica; b) la estabilidad sintáctica, o sea, que existe un determinado grado de fijación en las estructuras morfossintáticas de las UFE; c) la estabilidad semántica, determinada por la relación establecida entre los elementos que componen la unidad; d) el índice relevante de frecuencia en los textos de un ámbito especializado; e) su uso en un ámbito especializado.

¹² En consecuencia, se da una mayor atención al funcionamiento de los términos en su uso, lo que implica, entre otros aspectos, tener en cuenta los concurrentes de los mismos, o sea, los elementos lingüísticos que aparecen junto al término. Ese conjunto formado por un término y uno o más concurrentes conforman las unidades fraseológicas especializadas que, tal como ellos, representan e transmiten conocimiento especializado de un área y se constituyen en formas típicas del decir de esta área. (BEVILACQUA, 2007, p. 209)

Sendo assim, podemos segundo as considerações de Bevilacqua (1996) perceber que nas UFs existem uma unidade principal que forma a base da UF, no entanto podemos também verificar a classificação sob uma outra ótica. Tomando a classificação de Pastor (1996), por exemplo, podemos entender que as UFs representam os termos discursivos tradicionais e textuais de uma língua, sendo caracterizadas, segundo a autora, por:

- Serem compostas, por pelo menos, de duas palavras ortográficas: verificam-se aqui as construções individuais ou sociais de uma língua;
- Apresentarem certo grau de lexicalização: são os usos ou contextos nos quais surgem as entradas léxicas;
- Por se caracterizarem por uma alta frequência de recorrências na língua: ou seja, seriam o conjunto de frases feitas, metáforas, locuções figuradas e comparações fixas existentes no uso particular ou social em uma língua.

Essa classificação torna-se válida para esclarecer certas UF típicas à língua comum, mas que são recorrentes na composição das escrituras. Esse ponto pode ser justificado se considerarmos o fato de que o léxico de uma língua representa um amálgama sistematizado de palavras, verbos, sentenças, frases e de demais expressões lexicais, o que faz que as formas comum e especializada da língua estejam sempre conectadas, se tornando mais ou menos predominante em algum contexto discursivo quando se faz necessário uma maior formalização dos produtos comunicativos instituídos pelo diferentes grupos linguísticos.

Dessa forma, ancorados na importância de entendermos as funções discursivas e textuais das UFs presentes em nosso *corpus* de análise, podemos investigar o legado linguístico dos discursos que marcam as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* recorrentes nas comunidades cearenses do período imperial, e assim explicar a presença de algumas UFs que tem como função abrir, expor ou fechar os segmentos textuais que formam o corpo desses documentos e que são necessárias para conferir o teor formal que caracteriza a padrão oficial desses documentos.

Após discorrermos sobre tais concepções, podemos afirmar que a classificação das UFs adotada por Bevilacqua (1996) é de grande relevância para a nossa fundamentação, no entanto, como desejamos nos voltar ao estudo das

funções discursivas das UFs dentro dos segmentos que formam o corpo do texto das escrituras, optamos por agregar aos nossos critérios de classificação a concepção de pertinência pragmática apresentada por Maciel (2001) que afirma,

A pertinência pragmática se manifesta, portanto, numa espécie de interdisciplinaridade. A definição de conceitos de campos que se entrelaçam e que se associam ou rodeiam a área temática proporciona ao usuário uma compreensão mais ampla e mais profunda. [...] Longe de ser mero instrumental na difusão de conceitos, os termos admitidos por pertinência pragmática cobrem conceitos de áreas especializadas que se entrecruzam no domínio focalizado, interceptado de alguma maneira sua inteira compreensão. (MACIEL, 2001, p. 280).

Posto isto, podemos afirmar que uma caracterização mais completa de UF deve também considerar o critério de pertinência pragmática que influencia a recorrência dessas estruturas dentro da linguagem jurídico-administrativa, muito embora os termos que se fazem recorrentes não constituem termos especializados da área em questão.

Por conseguinte, com base nos pressupostos apresentados, podemos finalmente inferir os critérios que fundamentam a nossa avaliação de UFs, as quais, para nós, devem ser classificadas com base em quatro itens fundamentais de definição:

- 1) os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos;
- 2) a estrutura sintagmática;
- 3) a frequência de seu uso;
- 4) e o grau de fixação ou de associações livres das UFs.

Baseados nesses aspectos, podemos abranger tanto as UFs da língua comum como da língua de especialidade que fundam as práticas discursivas das escrituras, e determinam a função de cada segmento dos textos, contemplando dessa forma a análise integral de diferentes dos elementos essenciais da língua como: o léxico, a sintaxe, a ortografia, com suas variações e as fraseologias que constituem o legado discursivo de uma área do saber específico da sociedade.

Assim sendo, tomaremos os quatro critérios apresentados como nosso posicionamento para a classificação das UFs que formam o nosso *corpus* de análise.

2.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Apresentamos neste capítulo os conceitos que dão base ao nosso estudo e que fundamentam as noções de Filologia e suas ciências auxiliares, edição diplomática, língua do saber comum e especializado e os conceitos de Fraseologia que situar nossa pesquisa no âmbito dos estudos lexicais.

Ao longo deste capítulo vimos que o estudo da linguagem em uma visão ampla desenvolve vários trabalhos que propiciam conhecer os termos que compõem o léxico das comunidades discursivas e que partilham de vivências comuns. Dessa forma, neste capítulo ressaltamos a importância do estudo das unidades fraseológicas por essas serem expressões que compõem o cotidiano da língua comum e que definem as peculiaridades da língua de especialidade, demonstrando assim a necessidade de conhecermos amplamente os termos que constituem cada área do conhecimento humano e conforme seus critérios pragmáticos.

Por fim, pudemos ressaltar a importância do estudo das UFs, pois esse é um campo com diversificadas realizações linguísticas e discursivas que abordam todas as dimensões de sentido de um texto, contemplando, dessa forma, a noção de Filologia como ciência que estuda as línguas em todas as suas dimensões internas e externas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Neste capítulo, são relatados os procedimentos metodológicos que julgamos adequados à execução do nosso propósito de descrever as *Unidades Fraseológicas* (UFs) presentes nas *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* do século XIX. Para tanto, estruturamos neste capítulo descrevemos o processo de seleção do *corpus* da pesquisa, bem como o tratamento de sua edição semidiplomática e compilação da contextualização sócio-histórica. Na sequência, discorreremos sobre a seleção e análise das unidades fraseológicas que presentes nos documentos em questão. Finalmente, por último são apresentadas as unidades fraseológicas conforme suas recorrências e classificação funcional no texto, para que o leitor possa fazer um paralelo entre a edição textual e o contexto discursivo das escrituras.

Pelo fato deste trabalho se voltar a realizar uma edição semidiplomática dos documentos estudados, para assim realizamos nosso estudo filológico-linguístico, optamos por inserir no capítulo de análise os textos editados.

Ao longo deste capítulo discorreremos minuciosamente sobre a trajetória metodológica que foi adotada para a coleta, edição e análise do *corpus* em questão.

3.1 O ACERVO DO APEC: RESGATE DA MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CEARENSE

Nossa busca pela composição do *corpus* desta pesquisa teve início no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), que tem a finalidade de recolher, organizar e preservar os documentos oriundos da administração da antiga Capitania, Província e atual Estado do Ceará. Seu acervo conta com uma diversidade de documentos, com pluralidade de temas e objetos da história local e nacional, entre os quais podemos encontrar correspondências, certidões, processos, inventários, relatórios, censos, mapas, plantas e vários outros documentos emitidos pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e, também, de particulares, desde o século XVII. Esses documentos são de imensurável valor histórico para referências e pesquisas, com acesso livre a professores, pesquisadores, estudantes e público em geral que procuram a instituição.

A escolha das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* ocorreu, primeiramente, por meio de uma triagem do acervo, localizando os livros que

continham os registros de escrituras públicas de transações gerais, até nos focarmos nas escrituras que tratavam exclusivamente da compra e venda de escravos, delimitando o período histórico de nossa pesquisa.

3.1.1 Índices do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

Muitos dos documentos abrigados no APEC já se encontram catalogados, no entanto, uma parte significativa do acervo ainda precisa ser organizada conforme os padrões de arquivamento. Para a organização do acervo, o APEC conta com uma catalogação em índices divididos por períodos e nomeados por temas ou objetos da história local e nacional. Os manuscritos se encontram arquivados em livros os quais ficam guardados em caixas. Essa organização facilitou a busca do *corpus* desta pesquisa, pois a divisão por tema, datas e títulos, nos direcionou na delimitação do nosso recorte temporal. A saber, segue uma lista de alguns dos Índices disponíveis no APEC:

- Índice da Saúde Pública 1836 . 1921 (Correspondendo a 12 caixas e 05 livros).
- Índice dos Ministérios 1822 . 1909 (Correspondendo a 122 livros).
- Índice de Leis e Resoluções Provinciais e Estaduais 1835-1928 (Correspondendo 11 caixas).
- Índice da Capitania do Ceará 1754-1866 (Correspondendo a 32 caixas).
- Índice da Escola dos Aprendizes Marinheiros 1886-1916 (Correspondendo a 01 caixa).
- Índice das Alfândegas de Aracati e Fortaleza 1836-1893 (Correspondendo 03 caixas).
- Índice das Câmaras Municipais 1700-1943 (Correspondendo a 99 caixas).
- Índice da Ouvidoria Geral e Corregedoria da Comarca do Ceará 1778-1832 (Correspondendo a 05 caixas).
- Índice da Secretaria de Polícia . Rol dos culpados 1913-1940 (Correspondendo a 15 livros).
- Índice Guia de Fontes da Polícia do Ceará 1889-1954 (Correspondendo a 131 caixas).
- Índice das Estradas de Ferro de Baturité e Sobral/ Estrada de Rodagem de Sobral 1872-1918 (Correspondendo a 03 caixas e 04 livros).
- Índice dos Açudes e Irrigação 1844-1918 (Correspondendo a 05 caixas).

- Índice de Localização da Hospedaria Geral de Emigração 1888-1915 (Correspondendo a 11 caixas).
- Índice da Assembléia Legislativa do Ceará 1844-1922 (Correspondendo a 03 caixas).
- Índice da Secretaria da Agricultura 1930-1935 (Correspondendo a 06 livros).
- Índice das Obras Públicas 1852 -1933 (Correspondendo a 22 caixas).
- Índice do Grupo Arquivo Público e Museu Histórico 1932-1958 (Correspondendo a 10 caixas).
- Índice da Instrução Pública 1841-1895 (Correspondendo a 74 caixas e 79 livros).
- Índice da Comissão de Socorros Públicos 1862-1890 (Correspondendo 24 caixas).
- Índice dos Decretos 1890-1932 (Correspondendo 06 caixas e 22 livros).
- Índice da Fazenda Provincial 1835-1889 (Correspondendo a 23 caixas e 02 livros).
- Índice do Governo da Província do Ceará 1823-1889 (Correspondendo a 250 livros).
- Índice do Palácio Episcopal do Ceará- Bispado Cearense 1833-1916 (Correspondendo a 05 caixas).
- Índice dos Consulados 1889-1933 (Correspondendo 02 caixas).
- Índice da Secretaria da Agricultura . Colônia Cristina 1855-1921 (Correspondendo a 02 caixas e 15 livros).
- Índice da Junta Classificadora de Escravos 1882-1884 (Correspondendo a 03 caixas).
- Índice da Guarda Nacional 1850-1886 (Correspondendo a 37 caixas e 42 livros).
- Índice das Atas de eleições TRE- CE 1906-1924-1928-1930 (Correspondendo a 11 caixas).
- Índice da Inscrição de Eleitores TRE-CE 1932-1937 (Correspondendo a 111 livros).
- Guia das Obras Públicas 1852-1833 (Correspondendo a 9.626).
- Guia da Instrução Pública 1833-1889 (Correspondendo a 32.000 documentos).

Vale ressaltar que esses índices são referentes a uma parte do acervo, pois ainda há uma parcela significativa que precisa passar pelo processo de arquivamento, o qual recebeu uma modernização das ferramentas de preservação do acervo por meio do projeto "Digitalização dos Documentos Manuscritos da Chefatura de Polícia da Província do Ceará (1823-1889)", equipamento da Secretaria da Cultura do Governo do Estado, que, no primeiro semestre de 2014, possibilitou ao APEC a oportunidade de ser contemplado no Edital Prêmio Memorial Digital, da Petrobras e do Instituto Brasileira . USP. O projeto, elaborado pelo atual

diretor do Arquivo, o historiador Márcio Porto, em parceria com o também historiador Fabiano Almeida Matos e com a estagiária de História Patrícia Marciano, tem por objetivo a instalação de equipamentos para montagem de um laboratório de digitalização de documentos e também o treinamento de um funcionário do APEC, em São Paulo, para a utilização dos equipamentos recebidos.

Tal busca pela digitalização do acervo justifica-se pela importância em democratizar a pesquisadores do estado, e de outros lugares, consultas sem a necessidade de manuseio dos documentos, uma vez que desde a criação do Arquivo Público, o acervo sofreu com sua conservação e organização.

3.1.2 Conhecendo o arquivo público: fundação, atividades e a localização

O Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) foi criado em 6 de setembro de 1916 como órgão vinculado à Biblioteca Pública. A partir de 1921, fez parte da Secretaria do Interior e Justiça. Posteriormente, em 1968, vinculou-se definitivamente à Secretaria da Cultura do Estado, e desde sua fundação esteve sediado em vários prédios antes de instalar-se, em 1993, na sede atual.

O prédio que abriga hoje o Arquivo Público, conhecido como o Solar dos Fernandes, é um casarão em estilo neoclássico que foi construído pela família Fernandes Vieira em 1880 e, atualmente, encontra-se recuperado pela Secretaria da Cultura do Estado. O casarão situa-se na Rua Senador Alencar, 348 (esquina das ruas Senador Alencar e Senador Pompeu), no Centro de Fortaleza-CE. No entanto, segundo informações do APEC, mesmo com as diversas mudanças, ainda assim a documentação encontrada no acervo é uma das mais completas dentre a de órgãos similares do país, sobretudo no que diz respeito ao período Imperial.

O Arquivo Público atende ao público em geral (destacando as consultas destinadas à pesquisa histórica) prestando também os serviços de:

- Emissão de certidões de documentos cartoriais, transcrições paleográficas de documentação histórica e organização exposições temáticas.
- Promoção de visitas pedagógicas para alunos da rede pública e de universidades.
- Realização de assessoria e consultoria nas áreas de gestão documental, tabela de temporalidade e elaboração de projetos.

Em conjunto com as atividades do APEC, há também o *Arquivo Intermediário* que funciona no prédio localizado na Rua Pinto Madeira, 116 - Centro, antiga sede do Arquivo Público. O arquivo intermediário tem por finalidade abrigar a triagem da documentação em idade intermediária para definir qual a vida útil de cada documento e o que deve ser incinerado ou encaminhado para o Arquivo principal.

3.2 SELEÇÃO DO *CORPUS*: PASSOS INICIAIS DA COLETA

Para a realização desta pesquisa, inicialmente, visitamos o setor dos manuscritos do APEC e coletamos os textos que constituem o *corpus* de análise. Foram realizadas três visitas iniciais, nas quais optamos por nos restringir à seleção e coleta do documento oficial *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, da Capitania do Ceará por esses serem manuscritos de grande valor linguístico e cultural, apresentando fatos importantes para a composição da história escrita do estado do Ceará.

Como foi necessário enquadrar a pesquisa dentro do tempo hábil de dois anos de mestrado, preferimos fazer um recorte temporal que abrangesse documentos oficiais datados do século XIX, uma vez que esses seguem uma organização textual fixa e recorrente nos contratos de compra e venda de diferentes décadas . aspecto que caracteriza a produção escrita de documentos oficiais jurídicos, até os dias atuais. Todas as escrituras foram colhidas por meio de fotografia digital e, quando necessário (pelo fato de alguma imagem não apresentar o texto muito legível), transcritas ou revisadas no próprio arquivo público.

A coleta das escrituras ocorreu, primeiramente, por meio de uma triagem do acervo, localizando os livros que continham os registros de escrituras públicas de transações gerais para, em seguida, selecionarmos as escrituras que tratavam exclusivamente da compra e venda de escravos, nos limitando ao período histórico determinado para a pesquisa.

3.2.1 Descrição codicológica do documento

Para melhor visualizarmos os documentos aqui estudados, os manuscritos foram editados no modelo semidiplomático para que as interferências por parte do editor ocorressem o mínimo possível. Além disso, ao longo do processo de edição,

tivemos que identificar os sinais e caracteres utilizados nos documentos, bem como reconhecer letras e outros grafemas específicos para realizamos de forma eficiente a decodificação dos textos trabalhados.

Já os aspectos relativos ao suporte, recorreremos à proposta de análise de Cambraia (2005, p. 28) para classificarmos os elementos internos e externos aos textos que modificam os materiais constitutivos das escrituras. Dessa forma, ao analisamos as *Escrituras Públicas de Compra de Venda de Escravos*, pudemos reconhecer em sua estrutura física nove das doze categorias propostas por Cambraia (2005, p. 28), sendo essas:

Sobre o códice (suporte):

1. **Cota:** nome da instituição onde se encontra o códice; fundo; caixa e/ou coleção a qual pertence os textos, etc.
2. **Encadernação:** tipo (original ou não); natureza e material da cobertura do suporte.

Sobre os fólios (escrituras):

3. **Datação:** dia, mês e ano em que os textos foram escritos.
4. **Lugar de origem:** explícita o local onde os textos foram produzidos.
5. **Número de fólios:** informa se os textos foram escritos na frente ou verso dos fólios.
6. **Organização das páginas:** dimensão da mancha; margens; número de colunas; se são pautadas; se usa numeração ou paginação; assinaturas.
7. **Número de linhas:** registro da extensão textual dos documentos.
8. **Particularidades:** presença dos carimbos e das marcas especiais pertinentes ao gênero textual específico, no corpo dos fólios.
9. **Composição das partes do texto:** organização dos segmentos discursivos.

Quadro 02 É Guia básico de descrição codicológica adaptados às escrituras públicas

Considerando o contexto histórico, podemos ver que essas categorias favorecem o esclarecimento de particularidades sobre as normas de produção oficial que eram regidas pelo Decreto nº 2.699, de 28 de novembro de 1860, Artigo 3º, Inciso 1º, que determinava:

§ 1º As escripturas serão lavradas por ordem chronologica em livro especial de notas, aberto, numerado, rubricado e encerrado na fórmula da Legislação em vigor, por Tabellião de notas legitimamente constituído, ou por Escrivão de Paz nos lugares designados pelo art. 1º da Lei de 30 de Outubro de 1830, e conterão, além das declarações exigidas pela Ordenação Liv. 4º, Tit. 78, §§ 4º, 5º e 6º e Tit. 80, § 7º, os nomes e moradas dos contrahentes, o nome, sexo, côr, officio, ou profissão, estado, idade e naturalidade do escravo e quaesquer outras qualidades ou signaes que o possão distinguir.

Diante dessas normas, podemos perceber que os textos de teor jurídico-administrativo seguem um padrão fixo que pode ser analisado em partes mais específicas, conforme o quadro 02 apresentado. No entanto, é importante deixarmos claro que o uso desse quadro serve apenas como um guia para a nossa descrição codicológica, nos ajudando a reconhecer os itens materiais que caracterizam o nosso *corpus* de pesquisa. Ou seja, é necessário esclarecer que, para o nosso trabalho, a descrição das categorias codicológicas do *corpus* de estudo nem sempre retomará as mesmas indicações terminológicas do quadro 02, já que para a nossa análise optamos seguir um padrão descritivo-narrativo no qual a apresentação das categorias é feita mediante uma descrição concisa das características materiais que compõem as escrituras públicas, mas que auxiliam, significativamente, a etapa de análise diplomática dos manuscritos em questão, fazendo-nos perceber que o estudo da estrutura documental pode igualmente colaborar com a definição da finalidade e do padrão que o documento assume no contexto social. Finalmente, após esclarecer os padrões de classificação codicológica por nós adotados, podemos passar para descrição material dos documentos em questão.

Em síntese, o *corpus* desta pesquisa é composto pelo *Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865*¹³, da então Província do Ceará. O livro, que se encontra arquivado no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Trata-se de uma coletânea de *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* que se encontra catalogado no fundo das Capitánias, no entanto, não está organizada em caixas como os demais livros e manuscritos do acervo.

¹³ Até 2013, havia disponível no arquivo público uma versão transcrita do livro, no entanto, essa foi extraviada. Essa transcrição foi produzida em 1995 pela Secretaria de Cultura e Desporto . SECULT e foi realizada pela historiadora e paleógrafa Liduina Queiroz de Vasconcelos. Essa versão era usada como um catálogo de consulta interna da APEC, por isso não segue os padrões da edição semidiplomática. Esse fato, entre outros, nos motivou a realizar uma reedição de 50 *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* presentes no livro, segundo as regras de edição semidiplomática atuais, pois poderíamos, assim, auxiliar na manutenção dos aspectos codicológicos, paleográficos e linguísticos desses documentos.

No caso desse códice, a identificação segue o mesmo padrão dos outros livros do acervo do APEC: é fixada em uma capa de papelão que envolve o livro e contém apenas as informações do título e da data dos documentos que compõem o códice. Sobre esse ponto, vale ressaltar que as poucas informações apresentadas no arquivamento do códice dificultam a sua busca no acervo e não deixam à vista outros dados importantes como as informações sobre o fundo, a série, e o local onde os textos foram produzidos, as quais só puderam ser recuperadas para a nossa descrição por meio da consulta dos índices gerais do APEC. Abaixo, apresentamos a exemplo a identificação do códice como se encontra acervo.



Imagem 01 É Identificação do Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865, abrigado no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Como podemos ver, o recorte temporal que organiza o códice abrange documentos oficiais datados do século XIX, produzidos em períodos que antecedem às mudanças jurídico-administrativas que iriam provir no Ceará devido às lutas abolicionistas e que, aos poucos, mudariam o cenário social, cultural e administrativo do estado.

Em relação ao seu suporte, podemos perceber que o livro é coberto por capa dura, com dimensões de 340 mm por 220 mm e encadernação que seguem o padrão de arquivamento oficial de seu período. Sob essa última informação, vale ressaltar que apesar da encadernação da capa de couro ser do mesmo período de produção do códice, essa se encontra desgastada e, praticamente, acaba por deixar vários fólios soltos no interior do livro.

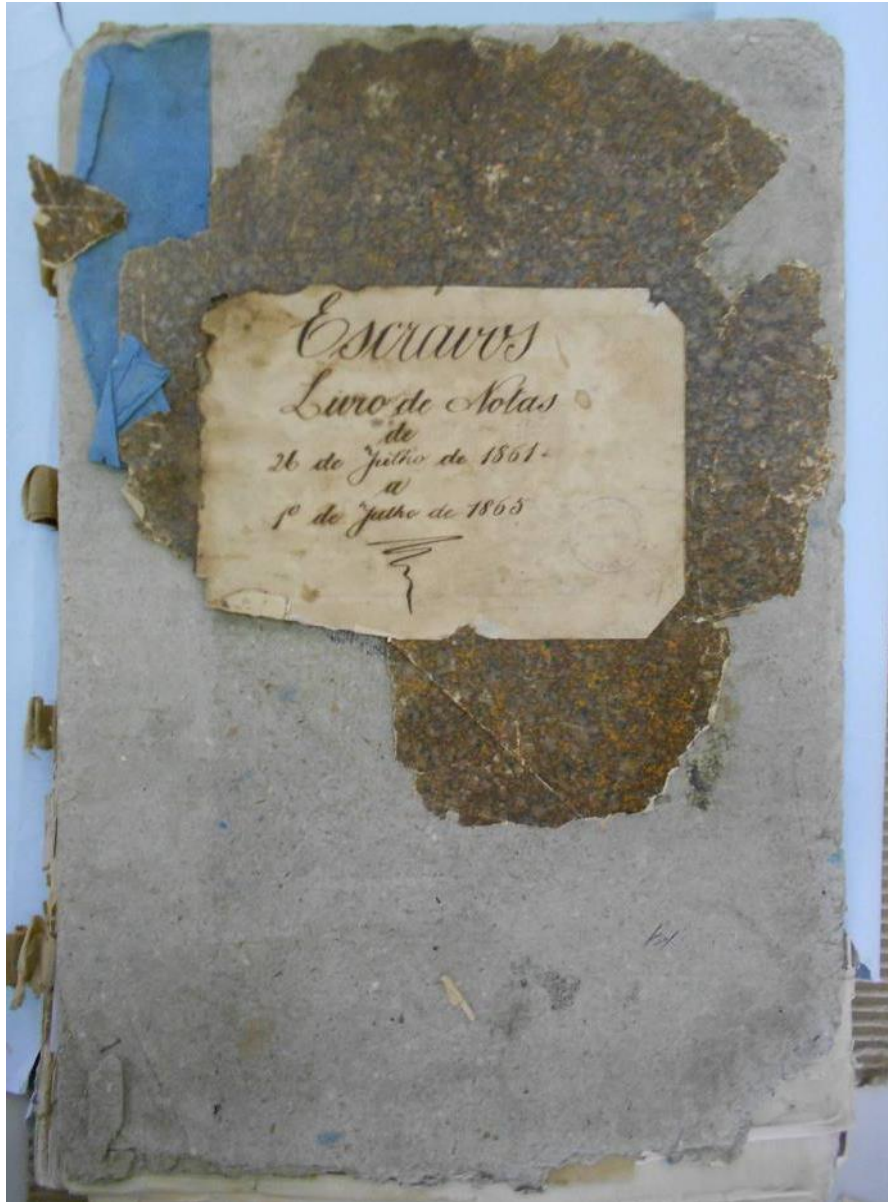


Imagem 02 É Capa do Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865, abrigado no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

A partir da observação da capa, já é possível perceber que o códice se encontra em avançado estado de deterioração, o que justifica ainda mais a importância do nosso trabalho de resgate das informações registradas neste livro. Contudo, mesmo com os danos sofridos devido à ação do tempo, a conservação os textos que compõem esse códice encontra-se, no geral, em bom estado, como é o exemplo da folha de rosto e da primeira página do livro, ilustradas nas fotografias a seguir:

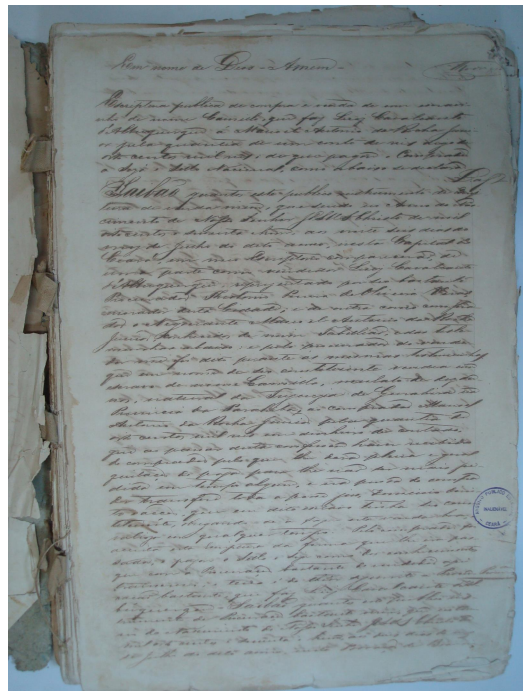
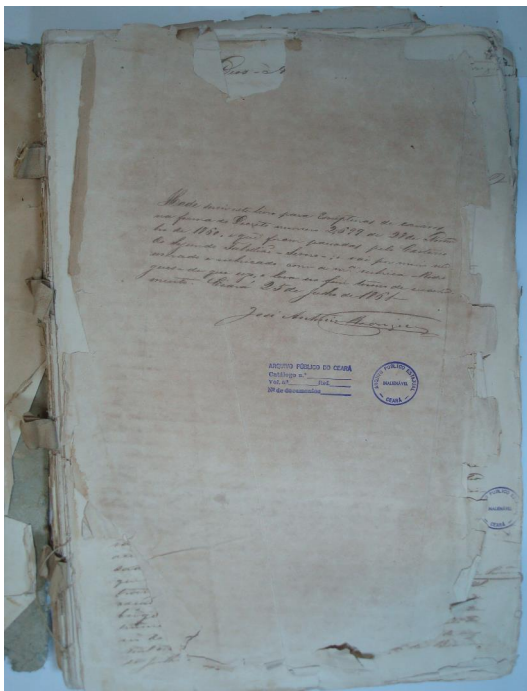


Imagem 03 É Folha de rosto e página 01 do Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865, abrigado no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

No entanto, ao manusear os documentos percebemos que alguns deles já estão muito danificados, com várias corrosões, folhas amareladas e rasgadas ou com a tinta quase apagada, tornando os documentos pouco acessíveis à leitura e ao manuseio. Para ilustrar essas condições apresentamos a seguir as fotografias das folhas 21 e 22 do livro.

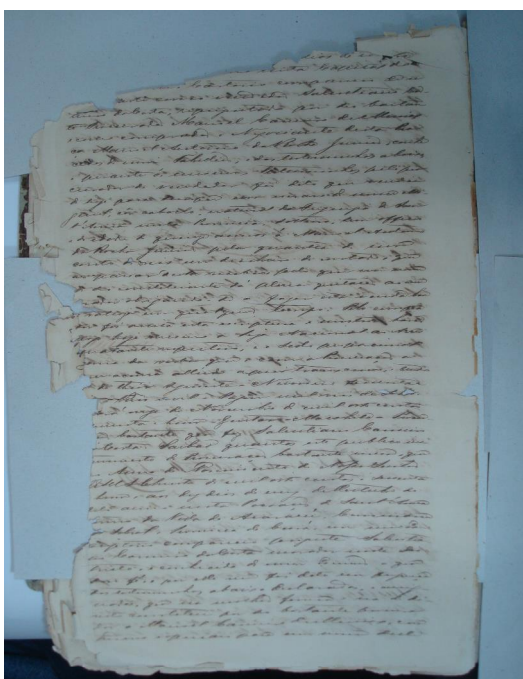
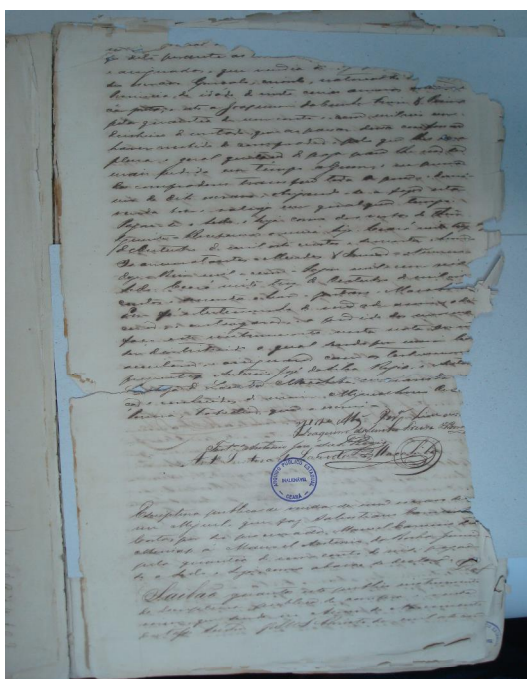


Imagem 04 É Exemplo de rasgos nos fólhos, Folhas 21 e 22 do Livro de Notas de Escravos.

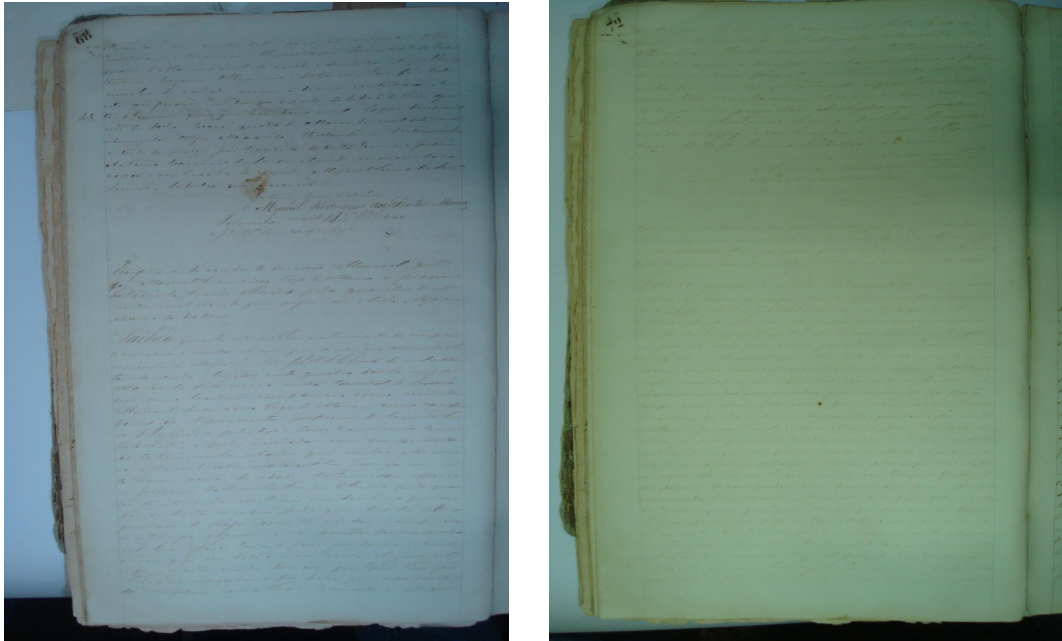
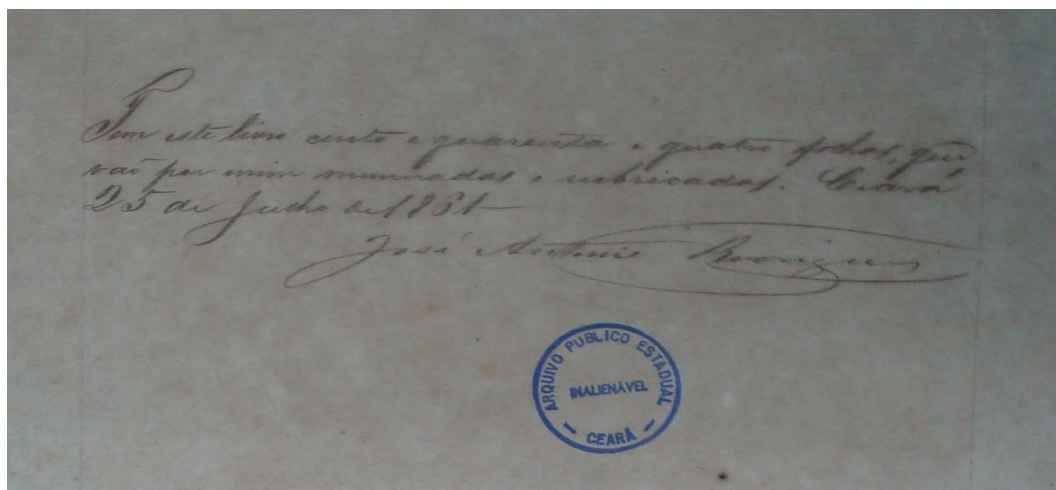


Imagem 05 É Exemplo de apagamento da tinta. Folhas 68 e 72 do Livro de Notas de Escravos.

Em síntese, o códice é composto por 156 *Escrituras de Compra e Venda de Escravos* em Língua Portuguesa e manuscritas em 144 folhas, que são descritas no fechamento do livro, onde há o pedido do Tabelião para o pagamento de todos os documentos. Os fólhos são escritos em ambas as faces (rosto e verso) e apresentam as mesmas dimensões da capa, ou seja, medem cerca de 340 mm por 220 mm.



Tem este livro cento e quarenta e quatro folhas, que
Vão por mim numeradas e rubricadas. Ceará
25 de Julho de 1861

José Antonio Rodrigues

Imagem 06 É Fechamento do Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865.

Em relação à organização do espaço interno, todos os fólhos possuem margens direitas e esquerdas medindo 2,5cm, que cercam as 48 linhas que preenchem seu espaço central, em ambas as faces (rosto e verso).

Sobre a paginação podemos perceber que é recorrente neste códice a apresentação dos números das páginas no topo à direita e à esquerda de em ambos os lados dos fólhos, no entanto, devido aos desgastes das bordas do papel ou às oxidações dos compostos da tinta utilizada, é frequente percebermos que os números das páginas estão, em sua maioria, ilegíveis ou corroídos.

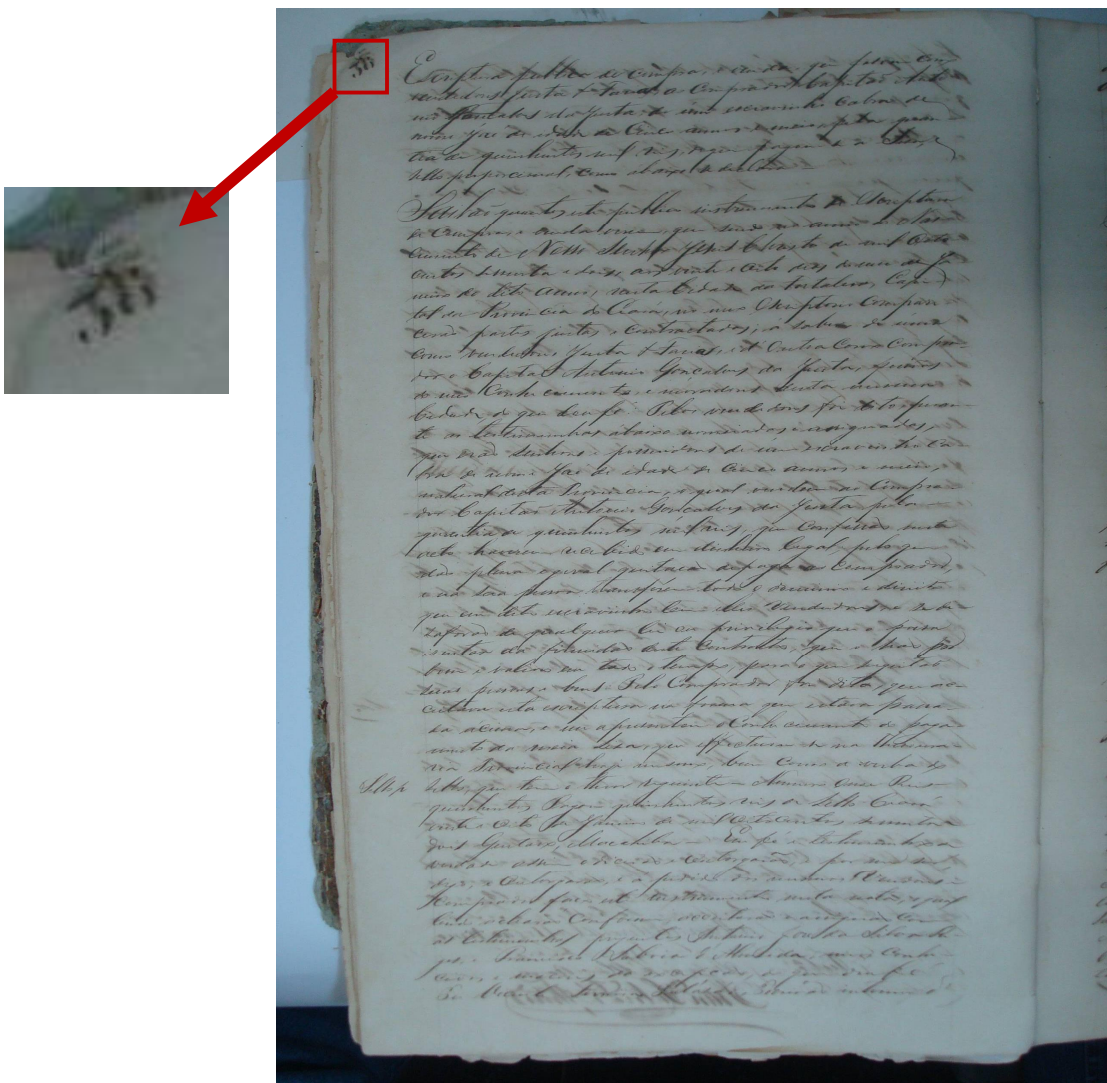


Imagem 07 É Exemplo da numeração de página. Folha 38 do Livro de Notas de Escravos.

A escrita dos documentos, em sua maior parte, apresenta uniformidade, no entanto, é possível verificar alterações nos grafemas, na ortografia, nos sinais de pontuação e nos arabescos que marcam esses documentos. Mesmo com essas

alterações, é possível perceber o predomínio de letras cursivas e no formato itálico (inclinadas à direita), as quais acabavam ligadas umas as outras devido à escrita corrida que muitas vezes não delimitava o espaço entre as palavras. Sobre os tipos de letras é muito comum encontrarmos a letra *ramista*¹⁴ que se caracteriza pelo fato dos escribas da Idade Média, tanto quanto os latinos, não distinguirem os grafemas I e J, U e V+(HIGOUNET, 2003).

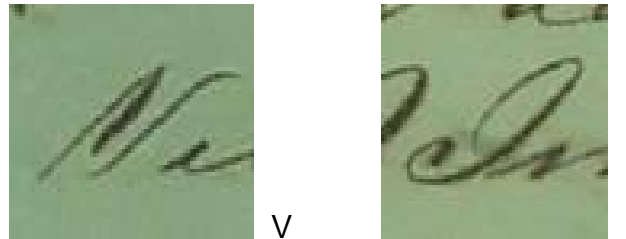


Imagem 08 É Exemplo dos grafemas *IV* De *Il* Do documento. Folhas 06 e 07 do Livro de Notas de Escravos.

A caligrafia predominante no códice é a *humanística*¹⁵ de escrita intercalada, que apesar de dificultar o reconhecimento de alguns grafemas, concede autoria à produção escrita.

No entanto, essa característica associada ao fato de alguns manuscritos estarem muito danificados, tendo seus textos comprometidos pela corrosão ou apagamento da tinta dos textos, comprometeu o reconhecimento de informações nas escrituras mais danificadas.

Frente às dificuldades encontradas, optamos por coletar apenas uma amostra dos manuscritos contidos no códice, selecionando os que apresentavam melhor estado material para sua manipulação manual. Dessa forma, o *corpus* deste estudo compõe-se por 50 *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*.

Para uma melhor identificação dos textos selecionados elaboramos no quadro, a saber:

¹⁴ Letras *ramistas* designam duas letras que foram desconhecidas dos latinos: o <j> e o <v>. Salieta Viana (1904:85) que as letras <i> e o <u>, assim como <j> e <v>, não eram mais do que variantes gráficas. O <i> e o <u> seguidos de uma vogal, começando sílaba, equivaliam a <j> e <v>, respectivamente, assumindo valor consonantal. Esta situação manteve-se até os fins da Idade Média, quando o humanista Pierre de la Ramée, no século XVI, que propôs a distinção entre o <i> e o <j> e entre o <u> vocálico e o <v> consonantal, pois essa não-diferenciação dificultava a leitura, a interpretação e o aprendizado dos textos.

¹⁵ Tipo de letras cursivas, caracterizadas por serem corridas, traçadas na maioria das vezes sem descanso da mão, apresentando muitas vezes nexos entre as letras, o que leva, por terem um traçado livre, a uma maior dificuldade de leitura em algumas situações.

Cota: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)			
Código: Livro de Notas de Escravos de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865			
Fundo: Fundo das Capitanias			
Caixa: não há			
Escritura	Fólio	Data	Local onde foi lavrada
1	1r, 1v e 2r	26 de julho de 1861	Fortaleza
2	2r, 2v	27 de julho de 1861	Fortaleza
3	2v, 3r, 3v	03 de agosto de 1861	Fortaleza
4	3v, 4r, 4v	05 de agosto de 1861	Fortaleza
5	4v, 5r, 5v	07 de agosto de 1861	Fortaleza
6	5v, 6r, 6v	10 de agosto de 1861	Fortaleza
7	6v, 7r	10 de agosto de 1861	Fortaleza
8	7r, 7v	14 de agosto de 1861	Fortaleza
9	8r, 8v	24 de setembro de 1861	Fortaleza
10	8v, 9r	28 de setembro de 1861	Fortaleza
11	9r, 9v	10 de outubro de 1861	Fortaleza
12	9v, 10r	23 de outubro de 1861	Fortaleza
13	13r, 13v	12 de novembro de 1861	Fortaleza
14	16r, 16v, 17r	16 de novembro de 1861	Fortaleza
15	17v, 18r	03 de janeiro de 1862	Fortaleza
16	18v, 19r	28 de janeiro de 1862	Fortaleza
17	19v, 20r	10 de março de 1862	Fortaleza
18	20r, 20v	14 de março de 1862	Fortaleza
19	20v, 21r	21 de julho de 1862	Fortaleza
20	22v, 23r	06 de setembro de 1862	Fortaleza
21	23v	06 de setembro de 1862	Fortaleza
22	24r, 24v	10 de setembro de 1862	Fortaleza
23	24v, 25r	13 de setembro de 1862	Fortaleza
24	30r, 30v	04 de dezembro de 1882	Fortaleza
25	43r, 44v	07 de outubro de 1863	Fortaleza
26	46r, 46v	07 de novembro de 1863	Fortaleza
27	56v, 57r	10 de dezembro de 1863	Fortaleza
28	59r, 59v, 60r	14 de dezembro de 1863	Fortaleza
29	61v, 62r, 62v	22 de dezembro de 1863	Fortaleza
30	64r	26 de janeiro de 1864	Fortaleza
31	65r, 65v	09 de fevereiro de 1864	Fortaleza

32	65v, 66r	23 de fevereiro de 1864	Fortaleza
33	66r, 66v, 67r	24 de fevereiro de 1864	Fortaleza
34	67r, 67v	25 de fevereiro de 1864	Fortaleza
35	68r, 68v, 69r	01 de março de 1864	Fortaleza
36	69r, 69v, 70r	22 de março de 1864	Fortaleza
37	70r, 70v	28 de março de 1864	Fortaleza
38	70v, 71r, 71v	06 de abril de 1864	Fortaleza
39	71v, 72r, 72v	07 de abril de 1864	Fortaleza
40	106r	10 de novembro de 1864	Fortaleza
41	108r, 108v	12 de novembro de 1864	Fortaleza
42	108v, 109r	26 de novembro de 1864	Fortaleza
43	111r, 111v	29 de novembro de 1864	Fortaleza
44	117v	17 de dezembro de 1864	Fortaleza
45	123v, 124r	28 de dezembro de 1864	Fortaleza
46	126v, 127r	26 de janeiro de 1865	Fortaleza
47	127r, 127v	06 de fevereiro de 1865	Fortaleza
49	127v, 128r, 128v	08 de fevereiro de 1865	Fortaleza
50	143v, 144r	26 de junho de 1865	Fortaleza

Quadro 03 É Identificação arquivista de 50 escrituras do Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865, abrigado no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

A escolha da amostra descrita justifica-se por percebermos, ao longo do processo de transcrição, que o padrão textual e discursivo das escrituras é muito recorrente e fixo, utilizando sempre a mesma ordem de entrada, exposição e fechamentos dos textos, e sempre nos mesmos segmentos textuais, inclusive usando, praticamente sempre os mesmo vocábulos, verbos, adjetivos, locuções, colocações e demais expressões morfossintáticas para a descrição dos fatos narrados, inclusive usando as mesmas UFs, e suas variações, para abrir, expor e fechar cada segmento, podemos afirmar que a escolha de 50 textos é suficiente para o nosso estudo da UFs, até mesmo porque ao compararmos escrituras de períodos diferentes percebemos que o padrão textual da escritura não se modifica, o que caracteriza que a fixidez da estrutura textual e o uso dos mesmo termos, locuções, colocações e demais expressões de uso recorrente caracterizam um padrão essencial ao teor oficial que o esses documentos investem.

Em síntese podemos observar que todas as 156 escrituras arquivadas no Livro de Notas de Escravos, de 26 de julho de 1861 a 1º de julho de 1865 seguem um padrão fixo e recorrente na organização textual.

Portanto, podemos novamente reafirmar que a escolha de 50 escrituras é suficiente para comprovar que essas UFs são igualmente recorrentes em amostras ainda maiores e de diferentes períodos da história das escrituras públicas, já que, em suma esses documentos, como legítimos textos oficiais, devem reproduzir fielmente os termos e sentenças frasais que marcam o padrão da linguagem formal que caracteriza seu teor jurídico-administrativo ao longo da história.

Finalmente, para atender a nossa proposta de resgate filológico das escrituras públicas, optamos por utilizar em nosso estudo dois modelos de edição: a *fac-similar* para assim recuperarmos alguns elementos visuais, como as marcas especiais, assinaturas ou selos, e a *semidiplomática* ou *diplomático-interpretativa*, que segue as normas de edição do grupo Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará . PRAETECE, disponível no blog <<http://praetece-ce.blogspot.com.br/>>

3.2.2 Normas de edição

Para recuperarmos aspectos estruturas dos documentos, bem como traços da língua desse período, optamos por realizar para esta pesquisa a edição semidiplomática das escrituras. Esta escolha por esse modelo de edição justifica-se por esse preservar e se aproximar da originalidade do documento, e por se preocupar em evitar qualquer interferência por parte do editor, mas tendo, ao mesmo tempo, o cuidado em possibilitar a leitura e compreensão das informações do documento por outros pesquisadores ou pessoas interessadas. Além disso, usamos a fotografia ou fac-símile dos manuscritos que possibilita dirimir dúvidas sobre a leitura e permite, por meio digital, o manuseio e, por seguinte, a recuperação de informações impossíveis de transcrição dos documentos, como selos, carimbos, sinais especiais etc.

No ato da transcrição, quando não era legível a leitura de alguma das escrituras por meio digital, fazia-se necessário a realização de sua transcrição diretamente dos originais abrigados no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), com o auxílio de instrumentos e tomando o devido cuidado no seu manuseio.

Para a edição das Escrituras de Compra e Venda de Escravos em modelo semidiplomático, foi tomada como base as Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos do grupo de estudos PRAETECE (Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará), descritas a saber:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico e em negrito, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência %munto+, que leva a abreviatura: m.to a ser transcrita %munto+; b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências %Deos+e %Deus+, que levam a abreviatura: Ds a ser transcrita %Deus+.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, (desde que não haja nenhuma dúvida, em havendo, prefere-se separar as palavras), não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: epor ser; aellas; daPiedade; ominino; dosertão; mostrandoselhe; achandose; sesegue.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida, assim como a translineação.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: aRepublica; decommerce; edemarcando também lugar; Rey D. Jose; oRio Pirahý; oexercicio; hé m.to convenientes.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original, (desde que não haja dúvida, em havendo, prefere-se a forma minúscula). No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga; nota 2. deligoncia por deligencia; nota 3. adverdinto por advertindo.
8. Inserções do escriba ou do copista, na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição em nota de rodapé, indicando-se a linha de ocorrência.
9. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdiração opaco.
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento, informando-se a localização.
11. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: não deixe passar [registro] de Áreas.
12. Letra ou palavra não legível serão indicadas entre colchetes com a forma [ilegível]. Letra ou palavra deteriorada justifica a intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [deteriorada].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corridas + ou . 5 linhas]. Se for caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A disposição das linhas do documento original será mantida na edição, sem necessidade de nenhuma marca. A mudança de fôlio receberá a marcação com o respectivo número na sequência, alinhado à direita da seguinte forma: fl.1v. fl.2r. fl.2v. fl.3r.
15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Os sinais públicos (nome de outra pessoa) serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

3.2.3 A organização diplomática das escrituras

Em qualquer processo de produção escrita é essencial que as informações sejam organizadas a uma estrutura textual que promova e legitime a transmissão de seu propósito comunicativo dentro da esfera discursiva a qual o texto pertence. Tal organização mostra-se essencial na produção dos documentos oficiais visto que %o documento diplomático é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico.+ (BELLOTTO, 2002, p. 17).

À vista disso, no processo de edição do nosso *corpus* optamos por analisar a tessitura dos textos, verificando os aspectos que conferem a eles a estrutura convencionada aos documentos oficiais pelo ato administrativo-jurídico. Para isso, mostrou-se importante observarmos como se organiza a diagramação das escrituras, pois o %atributo de um documento que, originado na atividade administrativa a que serve, manifesta-se em uma diagramação, formato e conteúdo distintivos e serve de elemento para classificá-lo, descrevê-lo e determinar-lhe a categoria diplomática+ (VÁZQUEZ, 1987, apud BELLOTTO, 2002, p. 28). Com base nisso, nos voltamos para a análise dos aspectos relativos à produção do texto diplomático, ao qual Spina (1994) divide em três segmentos:

- 1) Protocolo inicial . que possui como componentes a invocação divina, a intitulação, o endereço e a saudação;
- 2) Texto principal . que inclui o preâmbulo, a notificação, a narrativa ou exposição, o dispositivo e as cláusulas cominatórias, de garantia, de renúncia, corroboração;
- 3) Escatocolo ou protocolo final . que compreende a data e a validação.

Nesses três segmentos podemos evidenciar as fórmulas diplomáticas obrigatórias, que coordenam o padrão documental determinado pelo ato administrativo-jurídico. No entanto, é importante evidenciar que alguns documentos

oficiais podem apresentar uma variação ou ausências desses segmentos, de acordo com o propósito comunicativo a qual esses documentos se prestam.

Tal variação ocorre com as escrituras públicas aqui analisadas, que apresentam uma estrutura diferenciada, mesmo assim, não impede de ser classificada como um documento diplomático. Dessa forma, optamos por determinar termos que contemplam e classificam cada segmento textual que constitui as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, considerando para isso a recorrência das Unidades Fraseológicas (UFs) e a função que elas exercem em cada parte da estrutura documental.

Sendo assim, podemos determinar que as escrituras públicas são constituídas pelos seguintes segmentos:

- **Termo de abertura ou preâmbulo:** no qual é informada a nominação contratual da escritura; o nome do(s) vendedor(es) e do(s) comprador(es); a declaração de intenção das partes em praticar o negócio jurídico da compra e venda; o nome e o preço do escravo negociado e o pagamento dos impostos que legitimam a escritura pública;
- **Notificação:** iniciada pela forma retórica %*Saibão quantos*+¹⁶ e marcada pela presença dos seguintes itens: 1) nome do documento; 2) datação da escritura por meio do enunciado %*no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo*; 3) local onde o documento foi lavrado e 4) apresentação do objeto, das partes negociantes, e por fim, do valor e das taxas pagas no ato a ser descrito;
- **Exposição:** expõem os motivos que levaram as partes negociantes a se apresentarem ao tabelião e descreve os dispositivos e as cláusulas da negociação, esclarecendo assim: 1) as condições do pacto; 2) o valor de negociação; 3) a descrição das características físicas do escravo (nome, idade, cor, naturalidade, parentesco, deficiências físicas etc); 4) a forma de pagamento, com quitação total ou parcial; 5) as declarações do comprador pela compra e quitação da transação, se honrando a pagar a

¹⁶ Essa forma lembra o grito do arauto que, após sua anúncio pelos clarins oficiais, lia o edital real ao povo reunido na praça pública.

dívida; 6) a transferência de posse entre as partes; 7) a declaração de aceitação da escritura pelo comprador; e, por fim, 8) os nomes das testemunhas e procuradores;

- **Registro de procuração:** tinha o objetivo de registrar o teor da procuração (ou de quaisquer outros documentos jurídicos) no corpo da escritura pública, conferindo veracidade ao ato judicial ao abranger todos os atos e delegações que tivessem envolvimento com a negociação em curso;
- **Validação ou fechamento:** no qual se faz a menção de ter sido lida às partes a escritura; a declaração de fé e validade do tabelião; a reafirmação da data e local onde o documento foi lavrado; e finalmente, as assinaturas das partes, das testemunhas e do Tabelião.

Tal composição evidencia que essas partes eram essenciais não só para a organização das escrituras públicas, mas também para o reconhecimento e veracidade desses documentos pela sociedade, ou seja, por meio dessa composição textual as escrituras adequam-se às normas administrativas e jurídicas, e assim expressam legalmente o desejo daqueles que as solicitam.

Dessa forma, vejamos a representação de cada uma das partes que compõem a estrutura de uma *Escritura de Compra e Venda de Escravos*. O manuscrito apresentado data de 26 de Julho de 1861 e abrange os fólhos 3r, 4v e 5r do *Livro de Notas de Escravos*.

Termo de abertura ou preâmbulo

Em nome de Deus . Amem

Fl.3r.

Esriptura publica de compra e venda de um escravi

nho de nome Camillo, que fez Luiz Cavalcante doAlbuquerque

á Manoel Antonio da Rocha Juni

or pela quantia de um centos mil reis digo oi

to centos mil reis , de que pagou o Comprador

e Siza e Sello Nacional, como abaixo se declara.

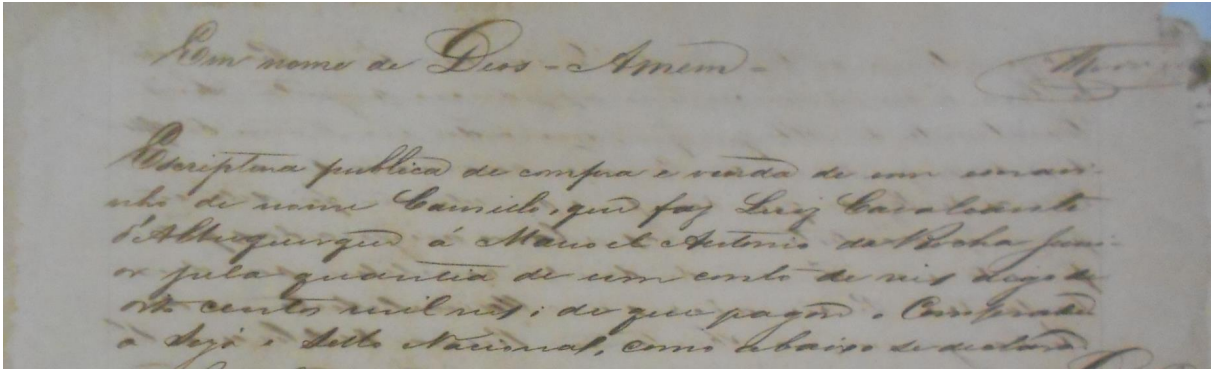


Imagem 09 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 03. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Notificação

Saibão quantos este publico instrumento de Escrip
tura de venda virem, que sendo no Anno do Nasci

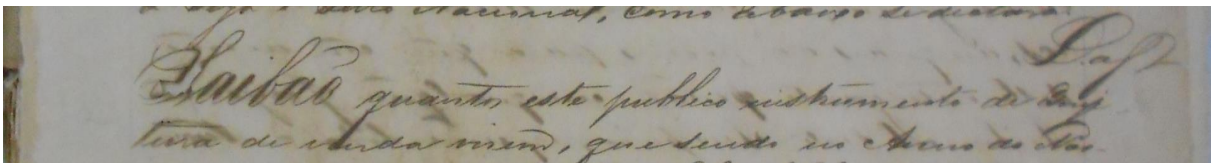


Imagem 10 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 03. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Datação

tura de venda virem, que sendo no Anno do Nasci
mento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil
oitocentos e sessenta e hum, aos vinte seis dias do
mes Junho do dito anno, nesta Capital do

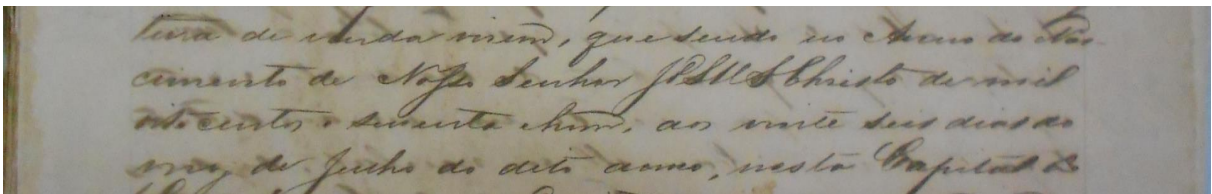


Imagem 11 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 03. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Determinação do local onde a escritura foi lavrada

mes Junho do dito anno, nesta Capital do
Ceará , em meo Escriptorio comparecerão,

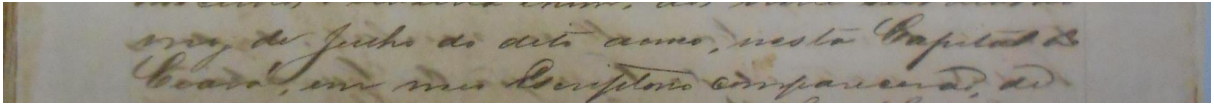


Imagem 12 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 03. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Exposição de conhecimento pelo Tabelião

(...) uma parte como vendedor Luiz Cavalcante de Albuquerque , representado por seu bastante Procurador Theotonio Pereira de Oliveira Veras morador desta Cidade; e de outra como comprador o Negociante Manoel Antonio da Rocha Junior, conhecidos de mim Tabelião, e das testemunhas abaixo; e pelo procurador do vendedor me foi dito perante as mesmas testemunhas

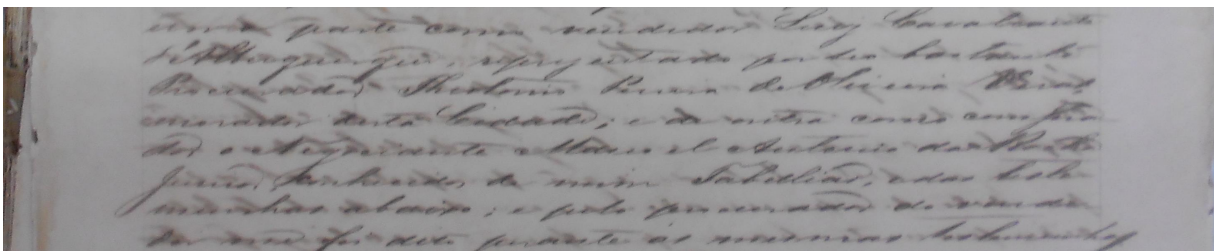


Imagem 13 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 03. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Cláusulas da negociação

munhas abaixo; e pelo procurador do vendedor me foi dito perante as mesmas testemunhas que em nome de seu constituinte vendia um escravo de nome Camillo , mulato de dez anos , natural de Freguezia de Gurabira na Província da Paraíba, ao comprador Manoel Antonio da Rocha Junior pela quantia de oito centos mil reis em dinheiro de contado, que ao passar desta confessou haver recebido do comprador pelo que lhe dava plena e geral quitação de paga para lhe não ser mais pe (...)

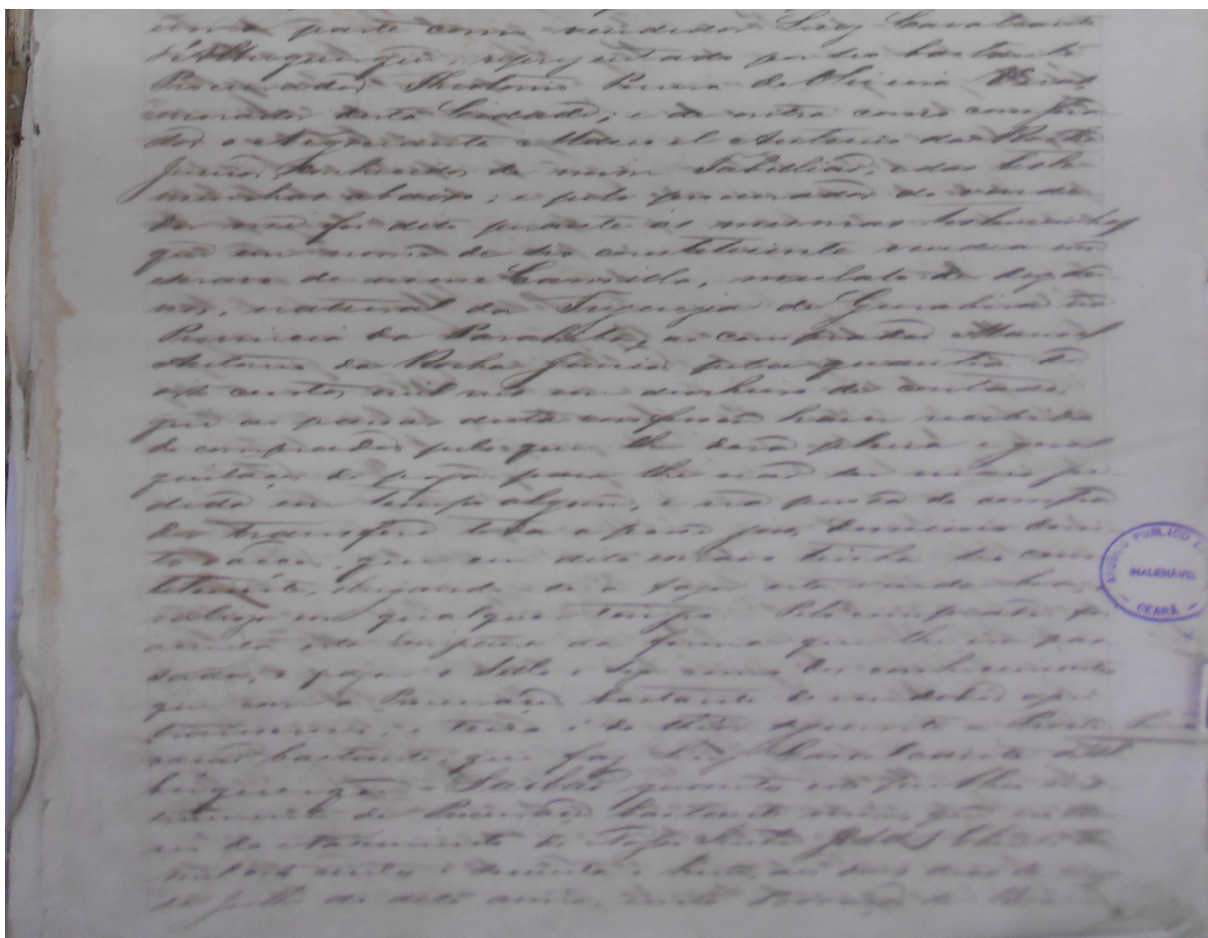


Imagem 14 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 03. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Registro de procuração

(...)

transcrevo , e que tudo é do Théor seguinte . Procu
ração bastante , que faz Luiz Cavalcante d'Al
buquerque . Saibão quantos este publico ins
trumento de Procuração bastante virem, que no An

(...)

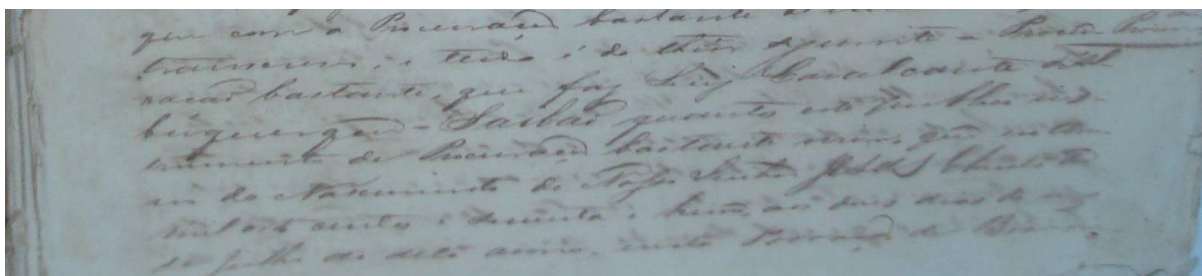


Imagem 15 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 03. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Validação e fechamento

(...)

Numero um . reis oito centos . Pagou oito centos reis.

Ceará vinte de Julho de mil oito centos e sessenta e

hum = Macahiba = Hollanda . Em fé e teste

munho de verdade assim o dicerão, e outor

garão, e a pedido dos mesmos faço este

instrumento nesta nota por me ser dis

tribuído o qual sendo por mim lido a

acceitarão e assignarão com as testemunhas presentes Fran

cisco Weyne Cambery, e Antonio Lustoza de Lacerda Maca

hiba, maiores de excepção e conhecidos de mim Miguel Severo

de Souza Pereira, Tabellião o escrevi =

Theotônio Pereira Oliveira Veras

Manoel Antonio de Rocha Junior

Testemunhas . [espaço] Francisco Weyne Camboty

Antonio Lustoza de Lacerda Macaniba.

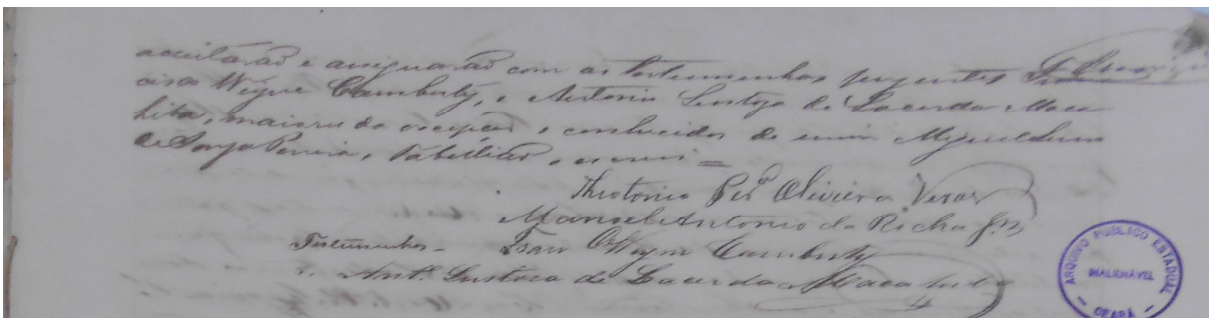
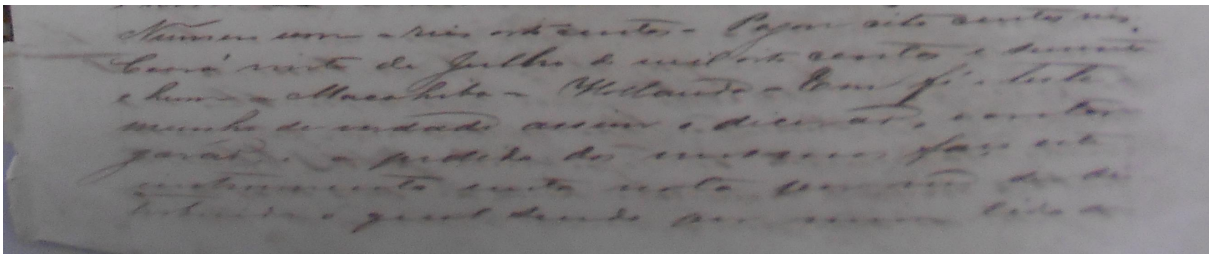


Imagem 16 . Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos, de 26 de Julho de 1861 - Província do Ceará. Livro de Notas de Escravos, pág. 04 e 05. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Com base na divisão apresentada, podemos verificar que a forma convencionalizada às *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* articula os segmentos necessários a um contrato de negociação comum, uma vez que, como

instrumento de transação comercial e jurídica, as escrituras devem descrever a vontade e o acordo das partes, de forma lícita e prescrita em lei. Em outras palavras, esses documentos não se diferenciavam das escrituras de compra e venda de qualquer outra propriedade, uma vez que para a sociedade do Ceará do século XIX, o escravo era visto como objeto e como tal poderia ser negociado. Sendo assim, no ato de transcrição da escritura, também era comum a apresentação de documentos essenciais para que elas pudessem ser lavradas, como a certidão de pagamento da *siza*¹⁷ e *selo*¹⁸, por exemplo. Essas declarações eram incorporadas obrigatoriamente ao corpo da escritura, sob pena de anulação dessa, caso assim não se fizesse.

Dessa forma, classificadas como um contrato bilateral, as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* seguiam a organização textual dos contratos gerais, apresentando em sua estrutura informações tanto acerca do vendedor, do comprador e do cativo em negociação, quanto dos valores e impostos pagos descritos no ato da negociação e validados pelo representante da lei que transcreve o documento. Além disso, também se era exigida, no ato da produção das escrituras, a apresentação de documentos essenciais, tais como os comprovantes de pagamento das taxas administrativas, certidões e, quando necessário, procurações. Vale mencionar que no ato de negociação poderia haver pluralidade de sujeitos tanto do lado do vendedor, quanto do comprador.

3.3 O ESTUDO FILOLÓGICO E LINGUÍSTICO: ANÁLISE DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS (UFS)

Para organizarmos a análise dos dados colidos na leitura de nosso *corpus* e assim podermos definir como as UFs colaboram com a construção do discurso jurídico e formal das escrituras públicas, tomamos, primeiramente, os seguintes passos para a seleção e análise dessas estruturas:

- 1) Elaboração de fichas para coletas das UFs;
- 2) Seleção das UFs recorrentes em cada parte que compõem as escrituras;

¹⁷ Siza - imposto que recaía percentualmente sobre os valores da compra e venda;

¹⁸ Selo - taxa que constava no talão de conhecimento do pagamento da siza, em traslados de procurações públicas ou particulares apresentadas nas escrituras, nos bilhetes que distribuíam as escrituras entre os Tabeliães.

- 3) Classificação das UFs conforme a posição que ocupam nas partes constituintes das escrituras; ou seja, quais são as unidades fraseológicas responsáveis pela abertura do documento, pela datação, pela negociação, pelo fechamento etc.
- 4) Análise das UFs conforme sua funcionalidade em cada parte das escrituras: situar o tempo, o espaço, caracterizar as pessoas, indicar processos etc.

Esses critérios serviram para nortear o nosso processo de catalogação e nos ajudou na configuração do modelo das fichas, conforme é apresentado abaixo:

UF:
Parte do texto:
Frequência:
Assunto da escritura:
Função da UF:
Ocorrência: UF com ortografia atualizada:
Variações: 1 . 2 .

Quadro 03 É Modelo de ficha de catalogação das Unidades Fraseológicas.

Para a seleção das UFs, com base em Pastor (1996, p.20), procuramos coletar os itens lexicais que apresentassem três aspectos predominantes nas suas estruturas:

- 1) Recorrência . ou seja, a presença da UF em vários documentos;
- 2) Posição . a distribuição da UF na divisão estrutural do texto;
- 3) Função discursiva . qual o papel da UF na formação do discurso empregado e de acordo com as funções comunicativas almejadas.

Com a leitura de cada escritura, preenchemos as fichas, conforme as recorrências do fenômeno, completando as informações sobre 1) o local que ocupa

as UFs nas **partes dos textos**; 2) a **frequência** com que cada UF ocorre no *corpus*; 3) o **assunto da escritura** (descrição da negociação); 4) a **função da UF** no segmento em que está localizada; 5) a forma morfossintática da **ocorrência** das UFs nos textos e 6) as suas **variações**.

Todos os aspectos e descrições realizadas foram dispostos nos campos das fichas de catalogação, conforme é apresentado no exemplo, a saber:

Código: Livro de Notas de Escravos de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865
Parte do texto: Abertura do segmento de Datação
Frequência: Nos 50 documentos
Assunto da escritura: Compra e venda de escravo
Função da UF: Situar o tempo da escritura
Ocorrência: Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de (...)
UF com ortografia atualizada: Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de (...)
Variações: Não existe

Quadro 05 É Exemplo de ficha de catalogação preenchida.

Para a apresentação das UFs no capítulo de análise, cada UFs será apresentada conforme sua posição de ocorrência em cada segmento textual das escrituras e seguirá a seguinte ordem de apresentação:

UF:	Apresentação a UF em sua forma atualizada;
Ocorrência:	Apresentação a UF conforme sua recorrência nas escrituras;
Parte do texto:	Segmento textual no a UF é encontrada;
Frequência:	Quantidade de vez que a UF se repete na amostra;
Função:	Função textual e discursiva da UF no segmento que está locada;
Variações:	Variações morfossintáticas que a UF pode se manifestar;
Contextos:	Exemplos de contextos nos quais a UF ocorre.

Quadro 06 É Ordem de apresentação da UF no capítulo de análise.

Ademais, no capítulo de análise serão acrescentadas à descrição das UFs o seguinte esquema de grafiação:

- 1) São grafadas em **negrito** as colocações, os sintagmas e demais expressões que compõem a estrutura das unidades fraseológicas que, por organização terminológica, optamos nomear de *base*. Essas estruturas se caracterizam por apresentar alta frequência de uso, tem uma forma mais ou menos fixa e é acompanhada de algum elemento variável representado por **[x]** que não será preenchido em nossas amostras porque pode ser constituído por elementos gramaticais diversificados;
- 2) São representados por [...] as nominações atribuídas às autoridades e as demais informações que se articulam à base da UF para completar o discurso narrado;
- 3) Quando um termo que deveria ocorrer na UF se encontrar ausente, ou tiver sido suprimido do texto original, sua ausência é marcada pelo símbolo { }.

Neste ponto é necessário esclarecermos que a apresentação e classificação que determinamos não tem o propósito de discorrer sobre um padrão de macro ou microestrutura das UFs, até mesmo porque nós não temos o propósito de produção de glossário, já que o maior propósito do nosso estudo é a análise das funções discursivas e textuais das UFs nas escrituras públicas. Portanto, deixemos esclarecido que essa descrição se destina apenas a tornar mais didática nossa reflexão sobre os aspectos discursivos das estruturas em análise.

Com base no que foi descrito, faz-se necessário explicar que, para a nossa análise, utilizaremos as informações contidas nas fichas de catalogação, no entanto, optamos por nos deter apenas aos dados que esclarecem as características linguísticas, textuais e funcionais das UFs em cada segmento que compõem os textos estudados. As informações referentes ao códice, como a data de produção dos documentos, assunto da escritura e número dos fólios em que os textos se encontram só são mencionadas na análise quando necessárias ao esclarecimento de algum aspecto do contexto linguístico ou pragmático das UFs.

Em síntese, segundo os critérios apresentados, nossa análise buscou identificar quais UFs são mais recorrentes na composição das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* e como elas se organizam na tessitura desses documentos em favor do ato comunicativo, ou seja, para corroborar o seu teor jurídico e garantir assim a validade do testemunho descrito nesses documentos.

Além disso, nossa análise também teve o propósito de comentar as funções textuais e discursivas das UFs e suas relações com o contexto linguístico, social, jurídico e econômico do Brasil do período imperial.

Os detalhes da análise e da classificação das UFs estão no capítulo de análise a seguir.

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Conforme os passos metodológicos descritos, caracterizamos os procedimentos que possibilitou sistematizamos a avaliação das escrituras públicas e a seleção do nosso objeto de estudo, as unidades fraseológicas expressas nesses textos.

Ao longo deste capítulo evidenciamos os aspectos codicológicos que caracterizam os documentos aqui trabalhados e as características linguísticas que permitem identificarmos as UF colidas. Além disso, também foi exposto os métodos de edição das informações das escrituras, já que para cumprir plenamente o nosso objetivo de estudo filológico dos textos antigos, é necessário o resgate do teor original dos textos remanescentes.

Em síntese, ao descrevermos nossa metodologia, apresentamos uma descrição mais didática do nosso processo de estudo amplo dos textos envolvendo todos os elementos filológicos, codicológicos, linguísticos e culturais que complementam a história da língua nas diferentes esferas do saber humano.

4 ANÁLISE LINGUÍSTICA DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS

Nesse capítulo, apresentamos a descrição e a análise das UFs encontradas no *corpus* de nosso trabalho. As informações aqui discorridas tendem a ilustrar, com detalhes, tanto a estrutura linguística em que se organizam os elementos que as compõem e quanto à relação semântica-discursiva que estas UFs expressam no uso da língua na produção textual daquele período da nossa história.

Sendo assim, este capítulo tem como objetivo promover uma reflexão acerca da função e da relevância das UFs para a construção dos segmentos textuais e da contextualização histórica, linguística e social dos atos de compra e venda de escravos no Ceará e do Brasil do período imperial. De igual modo, nesta análise, também são verificadas as principais funções discursivas que as UFs exercem na articulação das informações e dos fatos expressos nos textos jurídico-administrativos, principalmente no tocante às *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, que registram uma parte da história do comércio escravista no Ceará e no Brasil Imperial.

Para tanto, antes de realizarmos tal análise, é relevante mencionarmos que a edição das escrituras públicas é mais do que uma ação de reconhecimento dos aspectos linguístico e filológico que compõem esses textos, na verdade, é um ato essencial para a preservação das diversas manifestações da vida cotidiana da população cearense, pois, por meio da leitura dos manuscritos antigos, principalmente dos documentos formais, podemos perceber traços que evidenciam a condição e o papel dos sujeitos envolvidos nos variados atos sociais do período escravista cearense.

Nesse sentido, iniciamos nosso percurso de análise filológico-linguística e histórico-social com a exposição dos principais aspectos que caracterizam as UFs que fazem parte da estrutura prototípica das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* e que atuam, diretamente, na progressão discursiva de cada segmento textual que compõem esses documentos jurídicos.

4.1 OCORRÊNCIAS DAS UFS EM CADA SEGMENTO TEXTUAL DAS ESCRITURAS

A análise dos dados apurados demonstra que as unidades fraseológicas, recorrentes em cada segmento textual das *Escrituras Públicas de Compra e Venda*

de *Escravos*, constituem lexias intrínsecas aos dispositivos de regulamentação do universo jurídico, caracterizadas, principalmente, por expressarem as ideias de notificação, declaração, obrigação, reconhecimento e validade, típicas das narrativas descritas nesses manuscritos.

Em geral, as UFs identificadas em nossa coleta são formadas com ou sem a presença de *verbos* e podem ser classificadas como *colocações* e *locuções* típicas da linguagem jurídico-administrativa que denotam, em sua maior recorrência, tanto os desejos dos negociantes, quanto as ações dos tabeliães que regulamentavam tal ato. Considerando tal assertiva, podemos ainda afirmar que estas UFs constituem um padrão recorrente da linguagem jurídica do período expresso nas escrituras públicas, levando-nos a inferir que o uso dessas unidades caracteriza um padrão da escrita formal dos textos oficiais, definidos, principalmente, pelo uso de *locuções* ou *colocações* fixas que introduzem os atos narrados em suas linhas, como é o caso de **que faz / fazem (...); de que pagou (...)** ou (...) **como abaixo se declara**, que marcam o padrão discursivo da linguagem jurídica, e expressam, segundo Bevilacqua (1996), unidades terminológicas com certa estabilidade morfossintática que se relacionam com uma frequência relevante nos textos de uso especializado, as quais são normalmente constituídas por três tipos de estruturas: *verbo mais nome* (V + N); *nome deverbal mais sintagma preposicional* (Ndev+ SP) ou *nome mais particípio* (N + Part).

No entanto, vale ressaltar que, no universo discursivo das escrituras, e dos demais documentos oficiais, outros itens lexicais podem ser considerados UFs, mesmo que esses não se enquadrem na classificação apresentada acima. Esse é o caso da expressão **Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo (...)**, muito recorrente não só no discurso das escrituras públicas, mas também no de outros documentos oficiais, como autos, procurações, atas, ofícios etc, e que, segundo os critérios de Pastor (1996), também pode ser classificada como UF, pois se constitui por, pelo menos, duas palavras ortográficas, apresentam certo grau de lexicalização e se caracterizam por uma alta frequência de uso na linguagem jurídico-administrativa, em contextos discursivos de legitimação, notificação, declaração, obrigação, reconhecimento e validade dos atos de compra e venda.

Com base nessas concepções, e considerando as UFs presentes nos textos das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, entendemos que, para realizarmos uma análise que considere a função discursiva dessas unidades,

precisamos observar, principalmente, as relações de pertinência pragmáticas dessas UFs no discurso social.

Para tanto, em nossa análise optamos assumir tais UFs como estruturas fixas ou semifixas que fazem parte da comunicação quotidiana da linguagem oficial administrativa, pois, por meio da verificação das UFs coletadas, podemos inferir que essas estruturas se fixaram no discurso jurídico-administrativo por um processo de repetição de uma mesma sequência de palavras, em contextos similares de uso.

Outro aspecto que devemos enfatizar são as variações que as UFs podem apresentar na composição de suas estruturas morfossintáticas conforme a necessidade discursiva do contexto em que estão inseridas. Sobre esse aspecto, Pastor (1996), comenta que as UFs apresentam a possibilidade de variação de seus elementos integrantes, seja como variantes lexicalizadas na língua, ou como modificações ocasionais no contexto, ou seja, com base na autora, podemos inferir que as variações léxicas apresentadas por algumas UFs podem ser entendidas como formas alternativas de suas estruturas e elementos composicionais, mas que não diferem de sentido nos contextos discursivos em que se expressam.

Dessa forma, podemos entender que, para uma análise mais precisa dos elementos constitutivos das UFs, é necessário determinarmos uma classificação analítica que descreva os itens que podem, ou não, se articular para compor a sua função dentro da progressão discursiva e textual dos documentos jurídicos. Contudo, é necessário esclarecermos que tal classificação não tem o propósito de discorrer sobre um padrão de uma macro ou microestrutura das UFs, até mesmo porque nós não temos o propósito de produzir um glossário, o que destoaria do nosso estudo sobre as funções discursivas e textuais das UFs nas escrituras públicas de venda e compra de escravos. Portanto, deixemos esclarecido que essa descrição se destina apenas a tornar mais didática nossa reflexão sobre os aspectos discursivos das estruturas em análise.

Considerando essa ressalva, é necessário reafirmar que, para a apresentação da nossa análise, seguiremos o esquema apresentado no capítulo de metodologia desta dissertação. Além disso, vale resaltar que essa forma de representação está vinculada à nossa análise apenas como uma síntese da estrutura de base das UFs coletadas, a fim de facilitar a exposição das variações ou combinações morfossintáticas verificadas em algumas ocorrências do fenômeno como, por exemplo, no caso da UF **em meo escriptorio** [x] (...) + que pode assumir as

seguintes formas lexicais: 1) **em meo escriptorio** [*comparecerão*] (*partes juntas e contractadas...*), 2) **em meo Escriptorio** [*comparecerão*] (*partes justas havidas...*) e 3) **em meo cartorio** [*appareceo*] (*prezente [...]*).

À vista dessas ocorrências, Biderman (2005, p.751), explica que, na verdade, a classificação das UFs

inclui ainda as expressões fixas, semi-fixas e variáveis, dependendo do tipo de modificações morfossintáticas que elas admitem. As semi-fixas aceitam variações lexicais e flexões de alguns de seus componentes até um determinado ponto, enquanto as variáveis admitem a inserção de modificadores (adjetivos, advérbios).

Por essa afirmação, podemos entender que a reflexão sobre o uso das UFs torna-se mais fundamentada se tomarmos como foco de análise a descrição das funções textuais e discursivas que essas estruturas exercem na construção das escrituras, atribuindo a cada esfera do saber humano as formas de "dizer as coisas". Nesse contexto, podemos destacar novamente o estudo de Pastor (1996), já que, segundo a autora, o fenômeno da fraseologia pode ser averiguado no nível pragmático-discursivo, nos permitindo classificar, nos contextos comunicativos expressos pela sociedade, certas unidades fraseológicas como fórmulas características da abertura e do fechamento de determinados textos.

Dessa forma, podemos inferir que as diferentes realizações discursivas possibilitam a repercussão de UF fixas, semi-fixas ou mais maleáveis que se articulam em favor da progressão do discurso geral ou específico em uso na sociedade, adequando ideia que o falante deseja expressar a uma forma fraseológica que possa apresentar claramente o contexto discursivo a qual se insere.

Com base nesse argumento, achamos necessário avaliar a fixidez, as ocorrências e as variações das UFs dentro do contexto de uso das escrituras, portanto, optamos por incluir nesta análise os principais contextos de realização das estruturas aqui descritas. A inclusão dos contextos serve para termos uma noção mais completa do espaço textual onde ocorre a UF, no entanto, vale ressaltar que usaremos nessa exposição apenas uma parte do contexto discursivo.

Sendo assim, para compreendermos com detalhes as influências das UFs da língua na construção dos discursos sociais, em diferentes períodos da história humana, passemos à descrição das estruturas de uso mais recorrentes nas

Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos, que caracterizam a linguagem do sistema jurídico-administrativo do Ceará, e do Brasil, do período imperial.

Em síntese podemos observar que todas as 156 escrituras arquivadas no *Livro de Notas de Escravos, de 26 de julho de 1861 a 1º de julho de 1865* seguem um padrão fixo e recorrente de organização textual, apresentando, em cada parte dos textos, as seguintes UFs:

Parte do texto onde se encontra a UF	Nº	UFs de uso frequente	Quant.	Frequência
Termo de abertura ou preâmbulo	01	UF: Escritura pública de compra e venda de [x]	50	100%
	02	UF: faz [...] pela quantia de [...]	50	100%
	03	UF: de que pagou [...]	50	100%
	04	UF: [...] abaixo se declara.	45	90%
Notificação	05	UF: Saibam quantos este público instrumento de Escritura de compra e venda virem, [...]	50	100%
	06	UF: Sendo no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de [...]	50	100%
	07	UF: em meu Escritório compareceu [...] em meu Cartório appareceu [...]	45	90%
	08	UF: em casa de residência de [...]	5	10%
Exposição	09	UF: conhecido de mim [x]	50	100%
	10	UF: foi dito [...] que vendia [...]	50	100%
	11	UF: pela quantia de [x]	50	100%
	12	UF: confessou haver vendido [x]	50	100%
	13	UF: dava [...] plena e geral quitação de paga [...]	50	100%
	14	UF: para lhe não ser mais pedida em tempo algum (...)	45	90%
	15	UF: transferem toda a posse, e domínio [...]	50	100%
	16	UF: fazer esta venda boa e valiosa em qualquer tempo.	50	100%
	17	UF: aceita esta Escritura como lhes é passada	50	100%
	18	UF: apresentaram conhecimento de Siza e Sello	50	100%
Registro de procuração	19	UF: a procuração a que aludo [...]	13	26%
Validação ou fechamento	20	UF: Em fé e testemunho de verdade [...]	50	100%
	21	UF: faço este instrumento nesta [...]	50	100%
	22	UF: aceitaram e assinaram as testemunhas presentes [...]	50	100%
	23	UF: maiores da excepção e conhecidos de mim [...]	50	100%
	24	UF: [...] Tabelião que o escrevi,	50	100%

Quadro 04 Identificação arquivista do padrão textual de discursivo das 156 escrituras do Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865

Cada uma dessas UFs surge no texto em uma ordem fixa determinando a sequência da narrativa conforme a função que executa no segmento ao qual pertence, como poderemos ver nos subtópicos a seguir:

4.1.1 Termo de abertura ou preâmbulo

Sendo o primeiro segmento que compõe o corpo do texto, constitui o início do documento oficial. Sua função principal é abrir a negociação de compra e venda, introduzindo as primeiras informações sobre o tipo de instrumento administrativo que regula o negócio jurídico. Dessa forma, a discursividade expressa nesse segmento tem como objetivos determinar o patrimônio em venda ou compra (que em nosso *corpus* sempre é representado pelo escravo) e apresentar tanto os nomes dos sujeitos envolvidos na transação comercial, quanto o preço da venda acordada. Para a representação dessas informações, este segmento textual apresenta em sua organização as seguintes unidades fraseológicas:

01 - UF: Escritura pública de compra e venda de [x]

Ocorrência: Escritura publica de compra e venda de [x]

Parte do texto: Termo de abertura

Frequência: 50 vezes

Função: Nominação do tipo de documento

Variações:

Escritura de *venda* [...]

Escritura publica de *venda* de [...]

Escritura publica de *compra e venda* [...]

Escritura publica de *compra e venda* de [...]

Contextos:

Escritura de venda da escrava Madalegna, que faz Francisco Alves Teixeira, a José Luiz de Souza pela quantia de oito centos mil reis, [...]

Escritura publica de venda do escravinho Firmino que faz Dona Francisca Florinda de Araujo por seu procurador João Baptista da Silva, a Francisco Rocha da Fonseca [...]

Escritura pública de compra e venda que fazem Pacheco e Mendes dos escravos Francisca e seu filho Manoel, Luiz e Marcolino, a Joaquim Antunes de Oliveira [...]

Escritura pública de compra e venda de um escravinho de nome Camillo, que fez Luiz Cavalcante de Albuquerque a Manoel Antonio da Rocha [...].

Essa é a primeira UF a surgir no texto das escrituras públicas sendo, dessa forma, sempre recorrente no segmento de abertura desses documentos.

Se verificarmos sua estrutura composicional, podemos perceber que essa unidade possui uma fórmula recorrente, constituída por termos específicos que estão dispostos em uma ordem sintática com poucas variações. No geral, sua estrutura é formada por uma base nominal seguida pelo elemento [x] que, na maior parte das ocorrências, é preenchido por um substantivo adjetivado, como *escravo*, *escravinho*, *escravo velho*, etc, que determina o objeto em venda (neste caso o escravo); ou por uma sequência de colocações que fazem menção ao ato de negociação entre o vendedor e comprador descritos na abertura do texto, como no contexto *Escritura pública de compra e venda de um escravinho de nome Camillo, que fez Luiz Cavalcante de Albuquerque a Manoel Antonio da Rocha [...]* q

À vista disso, e considerando sua posição inicial na narrativa das escrituras, podemos afirmar que a principal função discursiva dessa UF é nominar, caracterizar e legitimar esses textos da esfera jurídico-administrativa, ou seja, a presença dessa unidade na apresentação inicial do documento justifica-se, principalmente, pelo ato imperativo de informar que o texto em questão se trata de um instrumento jurídico de declaração de vontades, celebrado entre uma ou mais pessoas presentes, ou representadas pelos seus procuradores, perante um tabelião que, estando legalmente investido da *fé pública* lavra, dá validade formal e outorga o documento pelo Poder Público competente.

Ademais, considerando ainda a frequência com que a UF **Escritura pública de compra e venda de** [x] se repete nos textos, podemos ainda afirmar que essa estrutura demarca claramente o discurso padrão exigido pela norma oficial, pois, ao identificar o tipo de instrumento jurídico, conseqüentemente essa UF também demarca a situação comunicativa à qual o discurso se prende. Em outras palavras, o uso dessa UF nas escrituras públicas é tão essencial para a abertura da narrativa

jurídica, assim como a expressão %adeus+ é necessária em uma situação na qual temos que nos despedir de alguém, por exemplo.

Além disso, considerando as normas legislativas do período em voga, percebemos que o uso da UF que identifica o instrumento jurídico escolhido para a regulamentação do ato de compra e venda evidencia aspectos sobre as normas legislativas que determinavam a obrigatoriedade do lançamento das escrituras no registro de todos os processos de compra e venda de escravos, conforme regem as normas do Artigo 19, do Capítulo IV, do Decreto nº 151, de 11 de abril de 1342.

Art. 19. O contracto de compra e venda de escravos será celebrado por escriptura publica, ou escripto particular assignado pelos contrahentes e duas testemunhas, averbando-se aquella ou este, na Côrte, na Recebedoria do Municipia, e nas mais Cidades e Villas, nas Estações por onde se arrecadar a Taxa annual dos escravos, em li no proprio para isso destinado, e dentro do prazo de 30 dias, contados da data do contracto.¹⁹

Logo, com base no que foi apresentado, podemos inferir que a UF **Escritura pública de compra e venda de [x]** demarca claramente uma situação social rotineira de qualquer período que a retrata, pois, se observarmos o seu uso nos documentos de compra e venda de imóveis dos dias atuais, poderemos perceber que essa UF ainda mantém a mesma função discursiva que apresenta no contexto social do nosso *corpus* de estudo, ou seja, apresenta a mesma função de nominar e caracterizar o documento que regulariza o ato de compra e venda de um patrimônio, que nesse caso se trata dos escravos negociados pelos seus senhores no contexto do Ceará do século XIX.

02 - UF: faz [...] pela quantia de [...]

Ocorrência: faz [Belarmino de Souza Marinho a Manoel Antonio da Rocha Junior] pela quantia de [um conto de reis...]

Parte do texto: Termo de abertura

Frequência: 50 vezes

Função: Descrição da ação do vendedor e declaração do valor de venda estipulado

Variações: fez [...] pela quantia de [...]

fazem [...] pela quantia de [...]

¹⁹ Brasil. [Leis etc.] Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1842. p. 231-232.

Contextos:

Escritura publica de compra e venda de uma escrava de nome Siciára que **faz** Belarmino de Souza Marinho a Manoel Antonio da Rocha Junior **pela quantia de** um conto de reis, [...]

Escritura publica de compra e venda de um escravinho de nome Camillo, que **fez** Luiz Cavalcante de Albuquerque á Manoel Antonio da Rocha **pela quantia de** oitocentos mil reis [...]

Escritura publica de compra e venda que **fazem** Pacheco e Mendes dos escravos Francisca e seo filho Manoel, Luiz e Marcolino, a Joaquim Antunes de Oliveira **pela quantia de** quatro contos de reis; [...]

Essa UF tem como função apresentar tanto os sujeitos envolvidos no ato de compra e venda, sendo no caso, declarados respectivamente como o vendedor, o escravo negociado e o comprador, como também descrever por extenso o valor estipulado no ato da transação comercial.

Sobre sua estrutura, é importante evidenciar que essa UF segue um padrão peculiar, pois a sua base **faz** [...] **pela quantia de** [...] articula duas partes que são preenchidas pelos nomes dos sujeitos envolvidos no ato comercial descrito na escritura. Além disso, ao verificar a ocorrência dessa UF nas 50 escrituras analisadas, podemos perceber que a descrição desses sujeitos pode apresentar combinações variadas, sendo vendedor, comprador e escravo apresentados em ordens variadas.

Os critérios da ordenação desses nomes não seguem uma regra fixa, o que pode evidenciar que essas combinações ocorrem conforme as escolhas estilísticas do tabelião, mas, mesmo com essa liberdade, não interferem na base sintática e semântica da UF em questão. Sendo assim, pode ocorrer, por exemplo, que o primeiro item lexical a preencher os termos representados por [...] seja o nome do cativo, seguido pelos nomes dos sujeitos negociantes, ou, pode ocorrer que a descrição comece pelo nome do vendedor seguido, respectivamente, pela apresentação do escravo, do comprador e, finalmente, do valor de venda, conforme podemos ver no contexto %*Escritura publica de compra e venda que fazem Pacheco e Mendes dos escravos Francisca e seo filho Manoel, Luiz e Marcolino, a Joaquim Antunes de Oliveira pela quantia de quatro contos de reis; [...]* +

Finalmente, vale mencionar que as informações apresentadas neste termo de abertura são reafirmadas em outros dois segmentos da escritura: na **notificação**, que traz detalhes tanto sobre a cor, o ofício, ou profissão, estado civil, idade e naturalidade do escravo, quanto sobre os títulos de honra do vendedor e do comprador, caso houvesse; e no **termo de fechamento**, que encerra o documento, conforme é ditado na norma oficial de escrita determinada pelo Decreto nº 2.699, de 28 de novembro de 1860, da Coleção de Leis do Império do Brasil²⁰ que rege a organização textual desses documentos em questão.

03 - UF: de que pagou [...]

Ocorrência: de que pagou [o comprador a Siza e Sello Nacional]

Parte do texto: Termo de abertura

Frequência: 50 vezes

Função: Declaração do pagamento dos impostos que legitimam a escritura pública.

Variações:

pagou-se [...]

Contextos:

[...] venda que faz Dona Maria Ferreira Chaves, por seu procurador bastante Pedro Martins Manço, de um escravo de nome Antonio, ao Doutor Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, pela quantia de oitocentos mil reis, **de que pagou** o comprador a Siza, e Sello Nacional. [...]

[...] venda de um velho escravo de nome João, que faz a Viuva Dona Maria Mendes Pacheco, á Moraes & Irmão pela quantia de trezentos mil reis **pagou-se** a Siza e Sello [...]

A UF **de que pagou** [...] apresenta-se como a próxima estrutura que dar continuidade à narrativa do segmento de abertura. Esta colocação apresenta uma estrutura composicional centrada no verbo *pagar*, e suas flexões, cuja função principal é descrever o pagamento das taxas judiciais (Siza e Selo) referentes à compra ou venda de bens e patrimônios.

²⁰ Já mencionado nas páginas 55 e 56 do capítulo de metodologia desta dissertação.

É importante mencionar que, nesses atos jurídicos, o ato de informar se "a Siza e Sello" foram pagos representa mais do que apenas uma declaração de pagamentos das taxas, mas também sinalizam a legalidade da escritura, pois, sem a confirmação desse pagamento, o documento em questão não teria validade legal.

No contexto histórico, o imposto da Siza era uma taxa temporária introduzida em Castella no ano de 1285 pelo Rei Dom Sancho, e que foi passada posteriormente a Portugal por intermédio de D. Affonso II e D. Affonso V, mediante a regulamentação do Regimento de 27 de setembro de 1476. Inicialmente, o pagamento dessa taxa destinava-se às despesas de guerra, no entanto, paulatinamente, passou a ser um tributo definitivo, sendo admitido nos negócios de compra e venda realizados no Brasil após o Alvará de 3 de junho de 1809.

A palavra *Sisa* ou *Siza* vem do latim *excidere* que significa cortar, separar, ou seja, essa denominação remete ao fato de o imposto recair percentualmente sobre os valores da compra, venda, troca ou dação *in solutum*²¹ de escravos, cujo valor ou preço excedesse 200\$000, sendo obrigatórios seu pagamento e a sua declaração em todos os atos de negociação e arrematações de escravos, conforme é disposto nos incisos I, II, IV e VI do Alvará de 3 de junho de 1809, conforme é descrito a seguir:

I. De todas as compras, vendas e arrematações de bens de raiz, que se fizerem em todo este Estado e Dominios Ultramarinos, se pagará siza para a minha Real Fazenda, que será de dez por cento do preço da compra, sem que desta contribuição se entenda ser isenta pessoa ou corporação alguma, por mais caracterizada ou privilegiada que seja a que intervier em semelhantes contratos; em conformidade do que se acha estabelecido nos Alvarás de 24 de Outubro de 1796 e 8 de Julho de 1800.

II. Pagar-se-ha também em todo este Estado do Brazil para a minha Real Fazenda meia siza, ou cinco por cento do preço das compras e vendas dos escravos ladinos, que se entenderão todos aquelles que não são havidos por compra feita aos negociantes de negros novos, e que entram pela primeira vez no paiz, transportados da Costa de Africa.

(...)

IV. Os Recebedores nomeados receberão as sizas que lhes forem as partes pagar, carregando-lhes em receita os Escrivães das Camaras, que hei por bem que sirvam de Escrivães das sizas, sendo Juizes dellas os mesmos Juizes de Fóra: e perceberão, o Escrivão um por cento pelo feitio e escripturação das certidões, e o Thesoureiro também um por cento pela guarda do dinheiro, sem mais ordenado ou emolumento algum.

(...)

²¹ No Direito, dação *in solutum* ou dação em pagamento (do latim: *datio in solutum*) refere-se às obrigações que ocorrem quando o credor aceita que o devedor dê fim à relação de obrigação existente entre eles pela substituição do objeto da prestação, ou seja, o devedor realiza o pagamento na forma de algo que não estava originalmente presente na obrigação estabelecida, mas que a extingue da mesma forma.

VI. A meia siza, que se deve pagar na venda dos escravos ladinos, se arrendará a quem mais der, fazendo-se arrematações na fórmula dos mais Contratos nesta Côrte e Provincia, no Conselho da minha Real Fazenda, e nas referidas Capitánias nas Juntas da Administração e Arrecadação della. (Alvará de 3 de junho de 1809.)

Conforme o que foi exposto, podemos ver a declaração de pagamento da Siza, ou meia Siza, ocorre no texto da escritura para marcar principalmente a obrigatoriedade para regulamentação da taxa. Sedo assim, podemos perceber que o uso da UF **de que pagou [...]** está atrelado diretamente à validade da obrigação comercial que o comprador deve honrar para a validade do ato de negociação declarada.

04 - UF: [...] abaixo se declara.

Ocorrência: [pagou-se a Siza e Sello como] abaixo se declara.

Parte do texto: Termo de abertura

Frequência: 45 vezes

Função: Expressão catafórica para apresentar a notificação

Variações: Não há

Contextos:

Escritura publica de compra e venda que fazem Pacheco e Mendes dos escravos Francisca e seu filho Manoel, Luiz e Marcolino, a Joaquim Antunes de Oliveira pela quantia de quatro contos de reis; pagou-se a Siza e o Sello **como abaixo se declara.** [...]

Presente em número significativo nas escrituras, a UF [...] **abaixo se declara**, institui uma maneira como o tabelião introduz o conteúdo apresentado no ato de negociação narrado pelo(s) vendedor(es) e comprador(es), conforme os fatos ditos por eles. Além disso, esta UF também tem a função discursiva de encerrar a parte reconhecida como termo de abertura remetendo para o segmento seguinte que constitui a notificação parte fundamental das escrituras públicas que trazem a narrativa de todo o ato de compra e venda do(s) escravo(s).

Em relação a sua constituição essa UF forma-se por três elementos gramaticais *advérbio+palavra se+verbo* e não apresenta variação na sua forma ou na combinação desses elementos, e, apesar de ser reconhecida linguisticamente como uma recorrente forma discursiva de encerramento dessa parte introdutória da escritura, é importante frisar que essa UF, mesmo sendo muito recorrente, pode em

alguns casos ser omitida na narração as escrituras, no entanto esse fato não desmente a natureza e a função dessa UF no contexto discursivo das escrituras públicas, uma vez que seu sentido encontra-se intrínseco à organização textual desses documentos.

4.1.2 Notificação

Este segmento é a forma de promulgar e fazer saber o ato de negociação descrito pela escritura. Nesta parte são detalhados os acontecimentos que marcam e que validam ao público esse documento, como: a notificação do instrumento jurídico perante à sociedade, a determinação do local e da data em que o texto foi escrito e lavrado, as condições de venda e de compra do escravo e a descrição de cada indivíduo que participa da transação comercial em questão.

Para a representação dessas informações, este segmento textual apresenta em sua organização as seguintes unidades fraseológicas:

05 - UF: Saibam quantos este público instrumento de Escritura de compra e venda virem, [...]

Ocorrência: Saibão quantos este publico instrumento de Escripura de venda virem, [...]

Parte do texto: Notificação

Frequência: 50 vezes

Função: Notificar o documento público

Variações:

Saibão quantos este publico instrumento de Escripura publica virem, (...)

Saibão quantos este publico instrumento virem, (...)

Saibão quantos este publico instrumento de Escripura publica de compra e venda virem, (...)

Contextos:

Saibão quantos este publico instrumento de Escripura [de venda] virem, (...)

Saibão quantos este publico instrumento (...) virem, (...)

Saibão quantos este publico instrumento de Escripura [publica] virem, (...)

Saibão quantos este publico instrumento de Escripura [publica de compra e venda] virem, [...]

Essa UF inicializa o segmento de notificação e tem como funções principais formalizar e apresentar o documento de escritura pública perante a sociedade e às autoridades judiciais. Sua fórmula rotineira apresenta uma sucessão de itens lexicais fixos e articulados para formar a expressão que introduzem o segmento de "notificação" que apresenta os fatos e elementos descritos na narrativa das escrituras públicas.

Na redação oficial do período, essa UF constitui uma expressão recorrente do discurso jurídico, fazendo-se presente não só no discurso das escrituras, mas também no dos demais documentos oficiais, como atas, procurações, contratos etc. Na verdade, ao analisarmos o seu contexto de uso ao longo da história, podemos averiguar que a recorrência dessa UF se estende até os dias atuais, sendo usada com frequência nas escrituras de compra e venda de imóveis modernas, e com poucas variações morfossintáticas, o que nos leva a inferir que, mesmo com o passar do tempo, essa UF apresenta uma disposição regular de seus elementos constitutivos, que nunca ocorrem em ordem inversa, o que nos leva a definir essa UF como uma expressão que apresenta um alto grau de fixidez nos documentos oficiais e que está convencionada à pertinência pragmática da área jurídico-administrativa.

06 - UF: Sendo no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de [...]

Ocorrência: Sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo (...)

Parte do texto: Notificação

Frequência: 50 vezes

Função: Expor a datação da escritura

Variações: Não há

Contexto: [...] **sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oitocentos e sessenta e hum, aos cinco dias do mez de Agosto do dito | anno, nesta Capital do Ceará, [...]**

Essa UF é uma sentença comum na abertura do segmento de datação e determinação do tempo onde a escritura foi lavrada, e assim possa levar um fato acontecido ao conhecimento da fé pública.

Dessa forma, podemos considerar que essa UF tem como função pragmática situar os atos da negociação no tempo e no espaço, pois apresenta em seguida o dia, mês e ano em que ocorreu o registro da escritura, mostrando-se como um elemento fundamental para a contextualização dos fatos históricos, pois não há fato histórico sem data e sem local. Nesse ponto, vale mencionar que essa UF é uma expressão recorrente não só nas escrituras públicas, mais também em outros documentos oficiais do período.

Outro aspecto que merece ser destacado é o fato dessa UF apresentar em sua estrutura elementos de aspecto sagrado presentes na marcação do tempo, o que evidencia que a fé e religiosidade que marcavam mais fortemente os documentos oficiais do século XIX com uma recorrência quase semelhante às liturgias que marcam um ritual religioso. Ou seja, devido à influência, não só religiosa, mas também política que a Igreja tinha, sendo, inclusive, detentora de vários bens e direitos de posse; o aspecto religioso apresentava-se como um componente fortemente presente não só em qualquer aspecto da vida das pessoas, mas também nos documentos jurídicos que validavam as atividades comerciais desse período, e conforme podemos ver nas escrituras em questão.

07 - UF: em meu Escritório compareceu [...]

Ocorrência: em meo Escriptorio *comparecerão* [de uma parte como vendedor...]

Parte do texto: Notificação

Frequência: 45 vezes

Função: Descrição do local onde a escritura foi lavrada

Variações: em meo escriptorio *comparecerão partes juntas e contractadas* [...]

em meo Escriptorio *comparecerão partes justas havidas* [...]

em meo cartorio *appareceo prezente* [...]

Contextos: [...] **em meo Escriptorio *comparecerão***, de | uma parte como vendedor Luiz Cavalcante dAlbuquerque , representado por seo bastante Procurador Theotonio Pereira de Oliveira Veras [...]

[...] **em meo escriptorio comparecerão partes juntas e contractadas** [...]

[...] **em meo Escriptorio comparecerão partes justas havidas** [...]

[...] da Cidade de Quixeramobim, Província do Ceará **em meo Cartorio appareceo prezente** João Lobo dos Santos [...]

Essa UF tem a função abre a narrativa do ato em que as partes negociantes procuravam a justiça para a realização do registro da escritura pelo escrivão ou tabelião.

A estrutura dessa UF é composta pela associação de *preposição+pronome possessivo+substantivo+verbo* caracterizando, dessa forma, uma colocação que determina dois aspectos funcionais para a discursividade dessa UF. O primeiro está relacionado ao caráter locativo expresso pelos termos *Escritório* ou *Cartório* que definem o local onde as escrituras eram lavradas pelo tabelião perante a presença dos negociantes e de suas testemunhas, situando assim os fatos narrados no tempo e no espaço. O segundo aspecto refere-se ao uso dos verbos *comparecer* ou *aparecer*, e suas flexões, que tem a função de introduzir a narrativa do ato de apresentação do(s) indivíduo(s) perante o tabelião, mediante a descrição dos seus nomes e títulos, se houver.

Ainda sobre essa UF, podemos ver que sua composição estrutural apresenta uma seleção entre palavras sinônimas na formação de seus itens constitutivos, como ocorre no contexto [...] *em meo cartorio appareceo prezente* [...] onde é feito o uso da palavra *Cartório* no lugar de *Escritório*, e de *aparecer* no lugar do verbo *comparecer*. Essas variações podem evidenciar que no ato de produção das escrituras os tabeliões podiam fazer adaptações léxicas, pois, como a declaração dos sujeitos negociantes se faz por meio de uma narrativa oral, é certo que os termos são retextualizados pelo tabelião para assim se adequarem à linguagem formal exigida no negócio jurídico.

08 - UF: em casa de residência de [...]

Ocorrência: em caza de *rezidencia* de [Dona Maria Mendes Pacheco...]

Parte do texto: Notificação

Frequência: 5 vezes

Função: Descrição do local onde a escritura foi lavrada

Variações: não há

Contextos:

[...] **em caza de *residência*** de Dona Maria Mendes Pacheco [...]

Assim como a UF **em meu Escritório compareceu** [...], a unidade **em casa de residência de** [...] funciona discursivamente como um elemento locativo que determina o local onde a escritura foi lavrada.

Essa UF mostra uma situação em que o tabelião sai de seu escritório para ir realizar seu ofício em domicílio. Entretanto, por ser uma situação pontual, podemos inferir que a ocorrência desse ato não é tão comum, já que na maioria das escrituras avaliadas o tabelião está presente em seu escritório/cartório quando os sujeitos se apresentam para a legalização da transação comercial.

Nas escrituras avaliadas em nosso estudo, pudemos verificar que o atendimento a domicílio realizado pelo tabelião se fazia, normamente, quando uma das partes era uma pessoa ilustre ou com certo grau de influência no contexto social em voga. Essa situação pode ser verificada na leitura da escritura de 10 de agosto de 1861, na qual é narrada a negociação entre Dona Maria Mendes Pacheco, viúva do Comandante Superior Jozé Antonio Pereira Pacheco, e os compradores Morais & Irmão. Nessa escritura vemos que a influência da senhora em questão está atribuída ao título de seu falecido marido que, mesmo estando ausente, ainda é declarado como o chefe da família e, dessa forma, apresenta autoridade sobre a senhora Pacheco, já que, no período imperial, a mulher não tinha tanta autonomia nos atos políticos ou de negociação.

Ainda sobre a estrutura da UF, podemos ver que as palavras que a constituem ligam elementos gramaticais que não são necessariamente um significado lexical jurídico. Esse caso pode ser verificado no vocábulo *casa* que é de conhecimento de todos como a palavra que significa *domicílio*, ou seja, é a casa em que alguém habita. Além disso, associando-a ao léxico da palavra *residência*, amplia-se o seu significado para *local em que há maior permanência*. No entanto, é importante mencionar que em outros contextos, como no jurídico, *casa* também pode significar *casa de habitação dada pelo governo*, ou por algum indivíduo particular, a um funcionário enquanto exerce o seu cargo em determinada localidade. Contudo, no contexto que aqui apresentamos consideremos, apenas, o conceito de *casa em que alguém habita*.

4.1.3 Exposição

Este segmento é a forma de promulgar e fazer saber o ato de negociação narrado pela escritura. Nesta parte são detalhados os acontecimentos que marcam e validam o ato descrito, como: a notificação do instrumento jurídico perante a sociedade, a determinação do local e da data em que o documento foi lavrado, as condições de venda e de compra do escravo e a descrição de cada indivíduo que participa da transação comercial em questão.

Para a representação dessas informações, este segmento textual apresenta em sua organização as seguintes unidades fraseológicas:

09 - UF: conhecido de mim [x]

Ocorrência: conhecido de mim [*Escrivão de Paz, de que dou fé*]

Parte do texto: Exposição e Validação

Frequência: 50 vezes

Função: Declarar conhecimento do tabelião sobre as pessoas presentes.

Variações:

conhecidos de mim [*Tabellião*]

todos conhecidos de mim [*Tabellião de que dou fé*]

pessoas que reconheço pelas próprias, [*do que dou fé*]

Contextos:

[...] **conhecido de mim** Escrivão de Paz, de que dou fé [...]

[...] comparecerão, de uma parte como vendedor Belarmino de Souza Marinho representado por seu procurador bastante Manoel Sedario Coreia Lima da procuração que abaixo transcrevo; e de outra como comprador o Negociante Manoel Antonio da Rocha Junior, ambos **conhecidos de mim** Tabellião; [...]

[...] todos **conhecidos de mim** Tabellião de que dou fé [...]

[...] **pessoas que reconheço pelas próprias**, do que dou fé [...]

Esta UF expressa uma forma muito utilizada pelos escrivães ou tabeliães para a identificação as partes negociantes do contrato enquanto pessoas conhecidas que merecem credibilidade por ele mesmo, por reconhecê-las ou serem reconhecidas como pessoas confiáveis, evitando-se que seja uma denúncia falsa.

Essa estrutura é muito recorrente no uso de outros documentos oficiais, o que nos leva a compreender que esta UF não é de uso exclusivo universo discursivo das escrituras públicas e, portanto, institui sua importância no eixo pragmático. Esse aspecto pode explicar as diferentes composições que ocorrem nessa estrutura, pois, se considerarmos o contexto discursivo de compra e venda de escravos, podemos perceber que essa UF marca pragmaticamente o(s) vendedor(es) e o(s) comprador(es) como pessoas falsas ou verdadeiras. Tal informação tem como finalidade a produzir uma escritura também verdadeira, pois a produção de uma falsa resulta um crime. É importante mencionar que quando o escrivão ou tabelião não conhece uma das partes, é necessário fazer seu reconhecimento por uma pessoa de credibilidade que declara conhecê-lo.

10 - UF: foi dito [...] que vendia [...]

Ocorrência: foi dito perante as testemunhas abaixo nomiadas e assignadas que vendia [x]

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Declarar a confissão do vendedor

Variações:

que vendia de hoje para sempre [...]

Contextos:

[...] **foi dito** perante as testemunhas abaixo nomiadas e assignadas **que vendia** em nome de seo constituinte a escrava Siciara, preta de vinte annos de idade, solteira [...]

[...] me **foi dito** perante as testemunhas abaixo nomiadas e assignadas, **que vendia** em nome de seos constituintes os escravos, Francisca, cabra de idade de quarenta annos, solteira e natural desta Provincia Luiz cabra de idade de vinte quatro annos, [...]

[...] pelo vendedor me **foi dito** perante as mesmas testemunhas abaixo nominadas e assignadas **que vendia de hoje para sempre** seo escravo de nome Serverino, [...]

Essa expressão define o ato em que o vendedor se apresenta diante da autoridade judicial e declara o ato de venda. Nessa UF as informações que completam seu teor informacional centram-se na descrição do cativo colocado à

venda, dessa forma, atrelado a essa UF podemos encontrar com mais detalhes informações sobre a idade, origem, cor de pele e habilidades de ofício dos escravos vendidos, o que pode colaborar na análise de aspectos relacionados ao preço do escavo, visto que fatores como ter conhecimento de um ofício, ou ser mais jovem elevavam o valor do cativo.

Em relação à organização dos itens lexicais dessa UF, é possível percebermos que não há variação na sua forma de base, mas sim na escolha dos substantivos e adjetivos que se integram a ela para completar as informações sobre os cativos descritos no ato de venda. Ademais, ao analisarmos a estrutura da UF podemos inferir que, independente das variações de seus elementos acessórios, em todas as ocorrências a base terminológica dessa unidade se mantém o uso da locução *foi dito* seguido da colocação *que vendia*. O uso desse período composto tem a função de certificar o testemunho fazendo com que o comprador e demais presentes tomasse conhecimento das condições morais e físicas do escravo em negociação.

11 - UF: pela quantia de [x]

Ocorrência: pela quantia de [*um conto de reis em dinheiro de contado...*]

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Declarar o valor pago na negociação

Variações: Não há

Contextos:

[...] que vendia em nome de seu constituinte a escrava Siciara, preta de vinte anos de idade, solteira natural de Príncipe Imperial no Piauí, a Manoel Antonio da Rocha Junior **pela quantia de** um conto de reis em dinheiro de contado, [...]

Essa UF tende a marcar a exposição do valor que era negociado no ato de venda do cativo e por dar continuidade ao relato, normalmente, surge associada às informações que outra UF introduziu ao discurso. Sobre sua estrutura, podemos dizer que essa UF classifica uma colocação formada pela combinação de uma *contração+substantivo+preposição* que introduz a descrição do valor pago no ato de compra do cativo.

Sobre seu contexto histórico, podemos perceber que essa UF, mesmo tendo a função discursiva de marcar a introdução do valor de venda, estabelece também uma relação direta com a descrição das características físicas do escravo em negociação, já que, por meio da exposição desses atributos, o preço instituído era justificado, pois, no período imperial, e

Num país intensamente escravocrata como o Brasil, toda a atividade dependia direta ou indiretamente do trabalho servil. O escravo negro era considerado "mercadoria", e o seu valor variava de acordo com as características como idade, sexo, condição física e aptidões; sendo também levado em consideração o binômio espaço-tempo, elementos importantes nestas variações. (SANTOS, 1974, p. 74)

Diante desse contexto, é interessante comentar a expressão *dinheiro de contado*²² fez-se recorrente nos documentos oficiais devido à escassez monetária que ocorreu, principalmente, no período colonial do Brasil. A expressão, que se referia aos pagamentos feitos à vista, ainda se fez presente no período imperial, por esse motivo é possível ver sua recorrência nestas UF.

12 - UF: confessou haver vendido [x]

Ocorrência: confessou haver vendido [*ao comprador*]

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Declarar confissão da venda

Variações:

ao passar desta confessarão (*os procuradores dos vendedores*) *haver vendido*

Contextos:

[...] pela quantia de um conto de reis em dinheiro de contado, que ao passar desta **confessou haver vendido** ao comprador [...]

[...] pela quantia de quatro contos de / reis em dinheiro, que ao passar desta **confessarão** os procuradores dos vendedores **haverem vendido** [...]

²² Pagamento em quantia certa, à vista e em moeda corrente, ou seja, segundo Mascarenhas (2002, p.15), dinheiro de contado é uma expressão usada na época colonial significando *dinheiro líquido em mão*. Dinheiro de contado também podia significar *dinheiro pago imediatamente*, pois, segundo Spina (1995, p. 130) em nota na obra *A poesia de Gregório de Matos*, a expressão *de contado* significa pago logo, à vista, sem demora.

Esta UF é um exemplo interessante de locução formada por três verbos em um período composto que exercem a função de definir o ato de confissão da venda proferido pelo vendedor, ou seu procurador, perante o Tabelião e as testemunhas presentes, a fim de confirmar a veracidade da vontade celebrada na escritura.

13 - UF: dava [...] plena e geral quitação de paga [...]

Ocorrência: pelo que dava [ao comprador] plena e geral quitação de paga (...)

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Expressa o pagamento e quitação da dívida

Variações:

pelo que dá () plena e geral quitação de paga (...)

Contextos:

[...] que ao passar desta confessarão os procuradores dos vendedores haverem vendido pelo que **dava** ao comprador **plena e geral quitação de paga** para lhe não ser mais pedida em tempo algum, [...]

[...] confessou haver vendido do comprador / pelo que **dá plena e geral quitação de paga**, e se obriga a fazer esta venda boa e valioza em qualquer tempo. [...]

A UF em questão é formada por duas partes interligadas. A primeira, iniciada pelo verbo *dar*, tem como função de atribuir ao comprador a quitação do pagamento a ser feito, o qual é descrito com mais detalhes na segunda parte da UF. A afirmação de pagamento tem como objetivo esclarecer no documento que todos os valores de débitos, de taxas e de demais deveres aquisitivos atribuídos ao comprador foram pagos até o ato de registro da escritura pública, garantindo assim a boa negociação entre os sujeitos presentes.

14 - UF: para lhe não ser mais pedida em tempo algum [...]

Ocorrência: para lhe não ser mais pedida em tempo algum [...]

Parte do texto: Exposição

Frequência: 45 vezes

Função: Garantir a sanção do ato

Variações: Não há

Contextos:

[...] confessou haver recebido do comprador pelo que lhe dava plena e geral quitação de paga **para lhe não/ ser mais pedida em tempo algum**, [...]

Referindo-se diretamente à UF anterior, essa unidade tem como objetivo discursivo garantir a sanção do ato jurídico, declarando as ações e medidas que devem ser tomadas pelo vendedor após sua confirmação de venda realizada com sucesso para que ambas as partes, comprador e vendedor, possam se eximir de qualquer débito futuro.

Sobre a composição morfossintática da UF em questão, podemos perceber que ela forma um bloco informacional composto por elementos por *preposições*, *verbo*, *advérbios* e *substantivos* que se interligam em uma ordem fixa e semanticamente recorrente.

15 - UF: transferem toda a posse, e domínio [...]

Ocorrência: transferem toda a posse, e domínio [*dos ditos escravos...*]

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Determinar a transferência da posse do cativo

Variações:

[*e na pessoa dos compradores*], **transfere toda a posse jus, domínio**, (*e acção que em dito escravo tinha*) seo cazal, (...)

Contextos:

[...] e na pessoa do comprador **transferem toda a posse, e domínio** dos ditos escravos obrigando-se a fazer esta venda boa e valioza em qualquer tempo. [...]

[...] e na pessoa dos compradores, **transfere toda a posse jus, domínio**, e acção que em dito escravo tinha) seo cazal, obrigando-se a fazer esta venda boa e valioza em qualquer tempo. [...]

Essa estrutura também marca a continuidade do discurso no segmento de exposição. Sua função é declarar a total transferência da propriedade do cavito negociado para o sujeito que o compra.

A UF é constituída por uma colocação que articula *verbo+pronome indefinido+substantivos* em um bloco de informações de ordem fixa, que marca a declaração do vendedor de haver recebido o valor estipulado pela venda do escravo e, dessa forma, transpassa a propriedade ao comprador expresso no ato da escritura.

Ademais, achamos interessante mencionar que essa UF apresenta a um sentido bem articulado e definido, que quase encerra o contexto discursivo. No entanto, essa UF ao abrir a declaração do comprador, acaba por apontar para outros pontos que esclarecem a narrativa das escrituras. Sendo assim, é comum vermos na estrutura dessa UF a promessa do comprador de *fazer esta venda boa e valiosa em qualquer tempo*+a fim evidenciar a total quitação de obrigações de pagamento.

16 - UF: fazer esta venda boa e valiosa em qualquer tempo.

Atualização gráfica: a fazer esta venda boa e valiosa em qualquer tempo.

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Garantir a legalidade e publicidade do ato

Variações:

[*e se obriga*] a fazer esta venda boa e valioza em qualquer tempo.

Contextos:

[...] transfere toda a posse jus, domínio, e acção que em dito escravo tinha seo cazal, obrigando-se a **fazer esta venda boa e valioza em qualquer tempo.** [...]

[...] confessou haver vendido do comprador pelo que dá plena e geral quitação de paga, e se obriga a **fazer esta venda boa e valioza em qualquer tempo.** [...]

Essa UF tem a função de encerrar o trecho que declara a obrigação do comprador em ter que fazer a venda legal e regulamentada por lei a fim de garantir a legalidade e validade da escritura a qualquer tempo.

17 - UF: aceita esta Escritura como lhes é passada

Ocorrência: (*Pelos compradores*) [*foi*] acceita esta Escripura como lhes é passada (...)

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Declarar a aceitação o documento como válido, no ato da negociação.

Variações:

(Pelo comprador) [foi dito que] aceita esta escriptura como lhe é passada (...)

(Pelo procurador do comprador) [foi] aceita esta escriptura como lhe era passada (...)

Contextos:

[...] Pelos compradores foi **aceita esta Escriptura como lhes é passada** e me apresentarão conhecimento de Siza e Sello, [...]

[...] Pelo comprador foi dito que **aceita esta escriptura como lhe é passada**, e pagou o Sello Nacional e Siza, como dos conhecimentos [...]

[...] Pelo procurador do comprador foi **aceita esta escriptura como lhe era passada**, e me apresentou conhecimento de haver pago a Siza, Sello e tudo abaixo transcrevo com as Procurações a que allúdo [...]

Essa UF tem a função discursiva de declarar a aceitação do documento pelo comprador como instrumento válido da negociação, atribuindo a essa a validade do ato jurídico e o repasse da propriedade do cativo declarado no ato de compra e venda, ou seja, essa UF marca a afirmativa do comprador pelas condições que foram expostas em acordo com a declaração de vendedor de que o escravo transacionado estava isento de qualquer ônus, hipoteca ou pensão.

18 - UF: apresentaram conhecimento de Siza e Sello

Ocorrência: apresentarão conhecimento de Siza e Sello (...)

Parte do texto: Exposição

Frequência: 50 vezes

Função: Declara e reafirma o pagamento das taxas administrativas que validam o documento.

Variações:

e me apresentarão os conhecimento de Siza, e Sello, (...)

e me apresentou conhecimento de [haver pago] a Siza, Sello (...)

e logo me apresentou os Conhecimentos de Siza, e Sello propocional, (...)

e pagou o Sello Nacional e Siza, (como dos conhecimentos...)

Contextos:

[...] obrigando-se a fazer esta venda boa e valioza em qualquer tempo. Pelos compradores foi aceita esta Escriptura como lhes é passada e me **apresentarão conhecimento de Siza e Sello**, [...]

Essa UF tem a função discursiva de declarar e reafirmar o pagamento das taxas da Siza e do Selo Nacional, assim como a sua apresentação ao Tabelião no ato de produção da escritura, garantindo assim a validade do documento em questão.

O uso da UF faz-se necessário como forma de confirmação da quitação da Siza, ou meia Siza, já que a obrigatoriedade do pagamento dessa taxa era praticamente imposta em toda relações de compra e venda de escravos.

A necessidade de escriturar qualquer ato de compra e venda cujo valor excedesse a quantia de duzentos mil réis, conforme estipulava o artigo 11, da Lei nº 840, de 15 de setembro de 1855, "sob penna de nullidade" foi extensivo à compra e venda dos escravos que obrigava acrescentar a redação da escritura, %o conhecimento do pagamento de meia siza, o qual será desde já substituído pela taxa fixa de 40\$000 por venda de cada escravo" (SANTOS, 1974. p. 65)

Conforme a citação, podemos ver que em caso de não observância destas obrigações, o tabelião dava pena de anulação à transação, tornando a escritura sem efeito e vigor, além de que, se confirmada a ausência do pagamento, implicaria ainda em multas para ambas as partes envolvidas na transação.

4.1.4 Registro de procuração

Esse segmento se reserva exclusivamente à transcrição, na íntegra, das procurações apresentadas ao tabelião no ato de produção da escritura. No entanto, é importante reforçar que tanto essa UF, quanto o próprio segmento de registro de procuração só se fazem presentes no corpo das escrituras públicas quando um ou ambos os sujeitos negociantes são representados por seu o procurador.

Nesse caso, quando presente, este segmento textual apresenta em sua organização uma única unidade fraseológica que tem detém como função discursiva e textual abrir o termo de procuração, conforme vemos a seguir:

19 - UF: a procuração a que alludo [...]

Ocorrência: com a Procuração a que alludo transcrevo e tudo á do theór seguinte [...]

Parte do texto: Registro de Procuração

Frequência: 13 vezes

Função: Declaração dos dispositivos essenciais apresentados na negociação

Variações:

[...] *com a autorização competente á que allúdo abaixo transcrevo, e são do theór [...]*

[...] *e tudo abaixo transcrevo com as Procurações a que allúdo [...]*

Contextos:

[...] e me apresentou conhecimento de haver pago a Siza, Sello e tudo abaixo transcrevo com **as Procurações a que allúdo [...]**

Em algumas escrituras é possível encontrarmos a transcrição de outro gênero textual inserido no corpo do texto: a procuração. Esse documento era exigido no ato de produção da escritura para a validação das transações de venda ou de compra de escravos nas quais uma das partes negociante, por motivos diversos, não podia responder em seu nome.

Qualquer cidadão pode requerer esse documento para seu uso, no entanto, no *corpus* deste trabalho, podemos perceber que uma significativa parcela das procurações transcritas nas escrituras são apresentadas em situações nas quais uma das partes negociantes é uma mulher. Esse fato nos leva a inferir que na sociedade imperialista, quando uma mulher apresentava o desejo de negociar, muitas vezes, essa deveria ser representada pelo chefe da família (pai, marido etc), uma vez que, até o final do século XIX, todas as ações no mundo da política e dos negócios eram dirigidos pelos homens.

A participação independente das mulheres em negociações de compra ou venda de escravos são pouco descritas nas escrituras que compõem o *corpus* desta pesquisa, sendo mais comum o relato de situações nos quais as mulheres cediam sua voz ao seu procurador para que esse pudesse representá-las em suas transações comerciais. À vista disso, podemos dizer que o uso da UF **a procuração a que alludo [...]** tem como função introduzir a procuração apresentada pelo procurador no contexto de negociação do(s) cativo(s). Em relação aos elementos lexicais presentes nessa UF é interessante mencionar que o significado do verbo

aludir, do latim *aludere*, direciona e faz referência à procuração fielmente transcrita na sequência discursiva da escritura.

Como todo ato que contorna a negociação narrada deve ser esclarecido pelo tabelião, fica evidente a necessidade do registro de procuração, pois esse também tinha o propósito de confirmar as matrículas dos escravos e a legalidade de suas declarações, já que, segundo Santos (1974. p. 25), a afirmativa do vendedor, no ato do registro, de que "era Senhor e legítimo proprietário do escravo", exigia necessariamente a apresentação da matrícula do escravo e a presença de testemunhas que confirmariam essas declarações.

Conforme o contexto histórico, vemos que tais declarações, regulamentadas pelo art. 1º do Decreto nº 151, de 11 de abril de 1842, determinavam a matrícula obrigatória dos escravos, que exigia aos proprietários de escravos, e aos demais moradores das vilas e cidades do império, a informação do número de escravos que possuíam, alugavam, colocavam a empréstimo ou a usufruto de outra natureza.

Diante disso, podemos perceber que a presença dessa UF releva muitos aspectos do contexto social do século XIX, pois deixa evidente como eram regulamentadas a propriedade dos escravos pelos seus responsáveis e, também, em qual nível se encontrava a autonomia e a participação da mulher na sociedade do Ceará e do Brasil imperialistas. Nesse contexto, a mulher era colocada em uma condição de "não ser responsável por suas ações" e de nenhum dos fatos que vivenciavam. Elas se encontravam na maioria das vezes à mercê dos maridos que, como seus "administradores", tomavam as decisões por elas.

4.1.5 Validação ou fechamento

Neste segmento textual temos, finalmente, os elementos formulaicos que garantem a validade do testemunho e que reforçam as declarações registradas nos segmentos anteriores da escritura pública, como a determinação do local e da data em que o documento foi lavrado e os nomes do comprador, vendedor e testemunhas presentes. Além disso, nesta parte também são recebidas as assinaturas, selos e demais sinais que fecham e validam o documento de escritura pública e que lhe instituem fé pública.

À vista disso, podemos perceber que as UFs expressas nesse segmento tendem a serem constituídas, em seu maior número, de colocações e frases feitas que, praticamente, ligam seu discurso umas às outras, evidenciando assim uma forma de fechamento recorrente não só na estrutura textual das escrituras, mas também em outros documentos da esfera jurídico-administrativa.

Dessa forma, no padrão de fechamento das escrituras públicas são recorrentes as seguintes unidades fraseológicas:

20 - UF: Em fé e testemunho de verdade [...]

Ocorrência: Em fé e testemunho de verdade assim o dicerão e outorgarão (...)

Parte do texto: Validação

Frequência: 50 vezes

Função: Confirmar a veracidade dos testemunhos

Variações: Não há

Contextos:

[...] **Em fé e testemunho de verdade** assim o dicerão e outorgarão, e a pedido dos mesmos faço este instrumento nesta nota por me ser distribuído [...]

Essa UF é essencial para o ato de lavrar a escritura, pois é essa estrutura que informa a declaração do Tabelião de legalidade do instrumento jurídico, investindo a esse a validade de fé pública. Esse UF é uma estrutura recorrente e fixa no segmento de validação, e apresenta seus itens lexicais na mesma ordem de discursiva, sendo ela uma das principais estruturas que encerram o discurso do segmento em questão.

21 - UF: faço este instrumento nesta [...]

Ocorrência: e a pedido dos mesmos *faço* este instrumento nesta nota por me ser...

Parte do texto: Validação

Frequência: 50 vezes

Função: Declarar a validação do documento por parte do Tabelião

Variações:

e a pedido dos mesmos [*lavro*] (este instrumento, que depois de lido assignarão com as testemunhas presentes...)

Contextos:

[...] e a pedido dos mesmos **faço este instrumento nesta** nota por me ser distribuído o qual sendo por mim lido **acceitarão**, e assignarão com as testemunhas presentes [...]

[...] e a pedido dos mesmos **lavro este instrumento**, que depois de lido assignarão com as testemunhas presentes [...]

Essa UF declara a ação do Tabelião em registrar o instrumento jurídico, a pedido dos sujeitos presentes, investindo-o com a validade de ~~fé~~ pública

22 - UF: aceitaram e assinaram as testemunhas presentes [...]

Ocorrência: *acceitarão, e assignarão* com as testemunhas presentes [...]

Parte do texto: Validação

Frequência: 50 vezes

Função: Declarar a validação do documento por parte do Tabelião perante as testemunhas.

Variações:

[...] que depois de lido (assignarão com as testemunhas presentes) [...]

Contextos:

[...] o qual sendo por mim lido **acceitarão, e assignarão com as testemunhas presentes** [...]

[...] que depois de lido **assignarão com as testemunhas presentes** [...]

Essa UF declara a ação do Tabelião de apresentar e validar o documento perante as testemunhas que confirmaram e assinaram o documento.

23 - UF: maiores da exceção e conhecidos de mim [...]

Ocorrência: maiores da exceção e conhecidos de mim (Miguel Severo de Souza Pereira)

Parte do texto: Validação

Frequência: 50 vezes

Função: Reafirmar o conhecimento os sujeitos por parte do Tabelião

Variações:

maiores da exceção e conhecidos de mim (Miguel Severo de Souza Pereira)

maiores da exceção, e conhecidos do mesmo (Miguel Severo de Souza Pereira)

Contextos:

[...] e assignarão com astestemunhas presentes João Costa Weyne, Isidor Bendes **maiores da exceção, e conhecidos do mim** Miguel Severo de Souza Pereira, Tabellião que o escrevi. [...]

Essa UF tem a função de reafirmar o conhecimento os sujeitos por parte do Tabellião, preparando assim o documento para o recebimento das assinaturas e para o seu encerramento.

24 - UF: [...] **Tabellião que o escrevi,**

Ocorrência: (Miguel Severo de Souza Pereira), Tabellião que o escrevi,

Parte do texto: Validação

Frequência: 50 vezes

Função: Declaração da pessoa do tabellião

Variações: Não há

Contextos:

[...] Miguel Severo de Souza Pereira, **Tabellião que o escrevi,** [...]

Podemos verificar que essa UF tem como função discursiva definir a pessoa do tabellião, investindo a esse o cargo de funcionário da administração pública que tinha a função de servir à sociedade e às autoridades judiciais no ato de registrar os atos comerciais apresentados pelos senhores de escravos.

Em relação à aos elementos que articulam essa UF, podemos ver que a ela sempre apresenta o termo que denomina o cargo do funcionário da administração pública, *tabellião*, seguido do verbo que refere sobre a produção da escritura pública, *escrevi*. Dessa forma, se considerarmos a UF pelo critério de pertinência temática, podemos inferir que sua função é de marcar o executor da produção, da verificação e da deliberação da escritura em si. Esse UF ainda tem ser para regulamentar no contexto da linguagem jurídica das *Escrituras de Compra e Venda de Escravos* o

tabelião, ou escrivão, que é responsável pelo registro, validação e emissão do documento lavrado.

Em todos os setores da administração pública do Ceará imperial, os tabeliães estavam presentes para servir aos deveres administrativos e jurídicos das vilas, nas quais exerciam suas atividades principalmente nos seguintes setores: o público judicial e o de registro de notas. À vista disso, é evidente entender que o *status* dos tabeliães acumulava benefícios ao exercício da profissão, muitas vezes adquiridos pelo acúmulo de funções.

4.2. ASPECTOS GERAIS DAS UFS APRESENTADAS

Conforme foi exposto, as UFs listadas acima determinam e marcam o esquema estrutural do texto e do discurso empregado nas *Escrituras de Compra e Venda de Escravos*. Ao segmentarmos as escrituras, podemos verificar que em cada parte que constitui a estrutura textual desses documentos se destacam usos de formas fixas de abertura ou de fechamento que estabelecem funções específicas de informação, descrição ou declaração que desenvolve discursivamente a narração das interações vividas pelos sujeitos participantes do ato comunicativo.

Assim, ao avaliarmos cada segmento textual pudemos destacar como o uso repetido e específico de cada UF se encarrega da contextualização e apresentação dos fatos declarados e dos sujeitos envolvidos no processo de compra e venda de escravos, definindo cada passo do de progressão informacional das escrituras públicas conforme a necessidade discursiva de cada segmento textual expresso. Sobre isso, ainda podemos afirmar que as necessidades informacionais que compõem o contexto das escrituras, e tudo que foi dito e escrito em torno à escravidão negra no Brasil e no Ceará, desde o período colonial, cristalizou-se em fórmulas, frases, locuções e em colocações que se tornaram padrões discursivos do texto jurídico à força de serem repetidas nos mais diferentes contextos comunicativos.

Na área jurídica, por exemplo, a escravidão negra foi sacramentada no discurso dos poderes instituídos e marcada pelas locuções e colocações que instituíam a propriedade do escravo aos seus senhores. Nesse contexto, vemos que os discursos válidos à narrativa das escrituras são instituídos pelos senhores de escravos, procuradores e pelo tabelião que valida o negócio comercial. Instituído a

um estado de *æoisaq* o escravo tem sua voz omissa nas escrituras, sendo nessas descritas apenas as características físicas que determinam o seu preço.

A respeito das UFs que se relacionam com essas descrições, vimos que essas na maioria tem a função de introduzir a descrição dos fatos ou características, como ocorre com a UF **foi dito** [...] **que vendia** [...] que abre espaço para a discriminação de atributos como nome, cor, idade, estado civil e naturalidade, como ocorre no contexto [...] *foi dito perante as testemunhas abaixo nomiadas e assignadas que vendia em nome de seo constituinte a escrava Siciara, preta de vinte annos de idade, solteira natural de Principe Imperial no Piahy, a Manoel Antonio da Rocha Junior [...]*. Aproveitando esse exemplo, é interessante comentarmos que a maioria das UFs que foram selecionadas apresenta pelo menos um verbo como componente e corresponde ao fenômeno, como no caso de **foi dito** [...] **que vendia** [...], entretanto, tal aspecto apresenta-se em nosso estudo como descrição de uma característica constitutiva das UFs, não como critério de seleção ou distinção, pois mesmo que haja ocorrências no *corpus* que possam ser classificadas pela presença de núcleo terminológico, acreditamos que para a nossa classificação precisamos nos atentar primeiramente aos padrões lexicais que formam as construções maiores e que funcionam como entradas, exposições e fechamentos dos segmentos textuais elencados na estrutura das escrituras públicas.

Essa concepção nos motivou a tecer nossa análise com base nas funções das UFs no seu contexto de realização pragmático-discursiva, pois por meio dele pudemos classificar com mais clareza quais unidades fraseológicas constituem os segmentos de fechamento e de abertura desses documentos. Nesse ponto, pudemos recorrer à classificação de Pastor (1996) por ela entender que a ordem discursiva é um critério essencial para o reconhecimento das estruturas fraseológicas e que, por meio dela, podemos observar que certos padrões lexicais ocorrem junto com outros, resultando assim em unidades fraseológicas complexas que se articulam para organizar a progressão dos textos e demais discursos. Além disso, ao analisarmos essas estruturas, pudemos verificar que muitas dessas UFs apresentam caráter altamente formulaico e com máxima recorrência, que padronizam a estrutural das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*.

Portanto, a organização de exposição de cada uma das UFs que expõem o segmento de exposição deixa evidente que a progressão discursiva das escrituras públicas segue uma ordem fixa, na qual cada UF liga os segmentos textuais das

escritas para, assim, formar o grande bloco de informações que definem tanto o ato de venda e compra narrado, quanto os demais aspectos que relevam o modo de vida as relações sociais do Ceará e do Brasil do período escravista.

4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo tivemos como objetivo a apresentação de nossa análise acerca das UFs que compõem as escrituras públicas do contexto escravista da história da sociedade brasileira, especificamente, do Ceará do século XIX. Ademais, por meio da análise das UFs, podemos vislumbrar o uso da língua portuguesa em um momento da produção textual da linguagem jurídico-administrativa desse período. Vimos também que as UFs empregadas no discurso das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* são muito recorrentes na produção desses documentos e seguem os rigores das normas estabelecidas. Dessa forma, os tabeliães do período precisavam conduzir as narrativas desses documentos obedecendo aos cânones da língua culta e as normas da escrita oficial que regia a escrita jurídica.

Portanto, nesse capítulo teve como maior objetivo apresentar as principais unidades fraseológicas que constituem o padrão textual e discursivo das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, a fim de evidenciar o padrão razoavelmente fixo dos atos de fala de sua comunidade discursiva que se refletem no modo de organização diplomática dos manuscritos analisados.

Em suma, pudemos avaliar neste capítulo como as UFs se distribuem na estrutura textual das escrituras públicas, conforme a função que exercem em cada segmento discursivo, a fim de estabelecer a progressão da narrativa das ações que identificam os sujeitos participantes do ato jurídico, certificando, dessa forma, a legalidade desses documentos que se apresentam como reflexos das experiências de um povo que viveu em uma época na qual o valor de homens, mulheres e crianças escravizadas encontrava-se registrado nos textos produzidos e regidos pela cultura daquela época.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos as unidades fraseológicas presentes nas *Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos* e as marcas da identidade linguística e discursiva da língua portuguesa do período escravista imperial do Ceará e do Brasil. Nessa análise, percorremos às peculiaridades do texto administrativo-jurídico em busca de subsídios que revelassem as principais características linguísticas, textuais e discursivas que configuram e regulam esses documentos oficiais no seu contexto de realização.

Ao longo de nosso trabalho optamos por descrever os diferentes movimentos retóricos que compõem o discurso das escrituras públicas, bem como verificamos a distribuição das unidades fraseológicas dentro de cada segmento que constitui a estrutura textual desses documentos, com o objetivo de analisarmos a relação semântica e discursiva entre cada ato de fala e o tipo de unidades fraseológicas que o compõe.

A partir da análise apresentada, pudemos entender que as escrituras públicas objetivam a realização e validação de todos os negócios jurídicos de compra e venda de um patrimônio desde tempos passados, que no caso do nosso *corpus* específico trata-se de escravos. A produção desses documentos seguiam a norma oficial que regia não só a estrutura e organização dos textos, mas também configuravam a sequência discursiva característica desses manuscritos. Com base nesse ponto, nos propomos a estudar as unidades fraseologias presentes nas escrituras para atendermos a organização pragmática que compõem a narrativa e a estrutura textual desses documentos no ato da negociação.

No Ceará Imperial, o ato de comercialização de escravos era comum à sociedade da época, o que fazia ser recorrente no período o uso de termos para a denominação dos escravos, como as denominações da cor da pele como **cabra**, **fula**, **preta** etc, ou a apresentação de expressões inteiras, como as unidades fraseológicas da língua jurídico-administrativa que marcavam o discurso oficial dos documentos que regulamentavam a compra, venda ou troca dos cativos, como no caso da expressão **Saibam quantos este público instrumento de Escritura de compra e venda virem**, [...]. Expressões como essas organizavam as *entradas*, *exposições* e *fechamentos* das estruturas textuais dos documentos administrativos e jurídicos, aos quais a história provou serem adaptáveis às vivências sociais de cada

período, se reconfigurando para os períodos modernos; como é o caso das escrituras públicas de compra e venda atuais que ainda mantêm em uso algumas UFs recorrentes nas antigas *Escrituras de Compra e Venda de Escravos*.

Ter consciência dessas adaptações deve-se ao fato de que, em cada época, o jeito de ver e de conceber o mundo e tudo que lhe condiz é diferente, pois nada é estável, porém, na leitura que fizemos nas escrituras, podemos constatar que muitas estruturas e expressões fraseológicas ainda se conservam até nossos dias, comprovando assim o padrão cristalizado das escrituras e de demais documentos oficiais do âmbito jurídico-administrativo. Em outras palavras, podemos entender que na história da humanidade, língua e sociedade caminham juntas, sendo uma o espelho da outra nos diversos contextos de realização comunicativa. Essa assertiva deixa claro que não podemos, em um estudo linguístico e filológico, estudar apenas a estrutura da língua e desprezar o meio social no qual ela se desenvolve, é necessário fazermos um levantamento integral da história registrada nos diversos documentos que circulam em uma sociedade, pois são nesses textos remanescentes que encontramos registradas ricas marcas linguísticas e culturais que caracterizam diferentes momentos de nossa história social.

Os relatos expressos nos textos da esfera pública ou privada, por exemplo, conferem critérios de organização e progressão temática que, devido à repetição ao longo do tempo, se firmam como modelos de escrita que a sociedade produziu e produz em suas práticas culturais, definindo assim o que deve ser seguido na produção dos textos.

Perceber que a importância desses modelos e desses aspectos nos contextos de produção textual justifica o fato de comentarmos em nosso estudo a importância de ciências como a Codicologia e a Diplomática por essas estabelecerem critérios de averiguação da veracidade dos documentos emitidos pelas autoridades e por esclarecerem os elementos que formam o padrão textual desses documentos. Em conjunto com essas informações, o estudo do léxico e de fenômenos linguísticos, como as unidades fraseológicas, manifestados em diferentes textos torna-se mais amplo e consistente, beneficiando assim a compreensão das múltiplas escolhas que os indivíduos realizam ao proferir atos de fala específicos e pertinentes a uma temática de uso específica.

Sendo assim, podemos afirmar que os documentos são também fontes legítimas de conhecimento social e cultural de uma nação, pois por meio deles as

diferentes manifestações e práticas sociais e são expressas e integradas à história de vida de uma dada comunidade. No nosso caso específico de estudo: o uso das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* no contexto cearense do período imperial, podemos perceber que mesmo com a repetição de algumas informações nesses documentos, visto à padronização de sua estrutura e à finalidade a qual se presta, podemos ainda colher de suas linhas muitos fatos e dados que nos ajudam a construir nossa história cultural e linguística, possibilitando assim a expansão do conhecimento social e científico.

Em nossa pesquisa, ainda procuramos contemplar o estudo das unidades fraseológicas (UFs), tomando como base os aspectos linguísticos e pragmáticos que definem o discurso das escrituras públicas produzidas nos atos de compra e venda de escravos praticados no território da Capitania do Ceará, que expressam informações importantes da sociedade cearense do período imperial.

Todos os aspectos filológicos que direcionam este trabalho foram caracterizados por meio da edição semidiplomática dos documentos e pela análise reflexiva e integral das UFs e demais estruturas lexicais que integram o discurso das escrituras de venda de escravos. Por sua vez, o levantamento das UFs serviu para apresentarmos como essas estruturas linguísticas atuam na organização de cada parte que constitui a estrutura textual das escrituras e como cada UF se integra para formar o padrão discursivo que caracteriza esses documentos.

As *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* aqui apresentadas nos possibilitaram conhecermos mais sobre a nossa história, pois nos apresentam não só um universo de fatos, pessoas e acontecimentos que se inserem em um período específico, mas também nos mostraram, por meio da leitura dos atos relatados, como os estudos das UFs podem favorecer o reconhecimento da pertinência pragmática que determina a condição *lato sensu* que determina o contexto terminológico das lexias que constituem o discurso padrão dos documentos oficiais.

Diante disso, podemos afirmar que os propósitos de nosso trabalho servem como um valioso serviço prestado aos estudos das línguas e dos textos, pois, primeiramente, com a edição dos manuscritos aqui apresentados, podemos preservar por maior tempo os textos editados, facilitando, inclusive, o acesso ao teor informacional desses documentos e poupando, assim, os originais do manuseio e, conseqüentemente, da deterioração material dos mesmos. Em segundo lugar, podemos afirmar que o nosso trabalho agrega significativamente à comunidade

acadêmica uma fonte informacional atualizada sobre o estudo das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* e do léxico da comunidade do período imperial cearense, além de contribuir com as pesquisas terminológicas sobre a função discursiva das unidades fraseológicas. Todos esses aspectos passam a auxiliar a leitura dos textos estudados e favorecem o acesso à informação dos manuscritos originais, que são de difícil leitura para muitas pessoas.

Portanto, podemos dizer que o estudo filológico que fundamenta o nosso trabalho está condizente com o propósito de preservar os textos da destruição material, resguardando suas informações e garantindo assim tanto a veracidade dos fatos narrados nas escrituras, como a possibilidade de maior acesso desses pelos interessados, já que muitas vezes os documentos antigos, como as escrituras aqui lidas, são de difícil leitura ou já não se encontram em condições de terem seus originais consultados por estarem muito desgastados, se deteriorado ainda mais cada vez que são consultados.

Os resultados da pesquisa sobre as UFs, que são recorrentes nas escrituras públicas, demonstram que cada segmento textual desses documentos apresenta um tipo ou um conjunto de UFs próprias à abertura, exposição ou fechamento do discurso empregado, que são recorrentes o contexto discursivo não só das *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos*, mas também de outros documentos de teor oficial, o que, conseqüentemente, nos leva a conceber que as UFs apresentadas nesta dissertação são elementos essenciais para a configuração do padrão discursivo dos textos oficiais.

Além disso, vimos também que as unidades fraseológicas estão diretamente ligadas à pertinência terminológica e pragmática que organiza e dar forma aos textos da linguagem jurídico-administrativa, configurando-os estruturalmente e discursivamente para, assim, dar sentido à função comunicativa que esses textos prestam na sociedade. Nesse ponto é importante comentar que a organização dos textos nos permite adentrarmos em estudo reflexivo e integral, tanto dos textos aqui apresentados, quanto dos fenômenos fraseológicos que despertam o interesse de muitos estudiosos que se interessam sobre os estudos dos textos antigos e dos mecânicos linguísticos que configuram o léxico de uma comunidade.

Nesse contexto também vimos que as *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* é um documento constituído por vários segmentos bem delimitados e que registramos como: ***Termo de abertura ou preâmbulo***,

Notificação, Exposição, Registro de procuração e Validação ou fechamento.

Nessa análise, optamos por fazer a exposição das UFs coletas e cada uma desses segmentos, buscando apresentar de forma descritiva a função discursiva que cada UF desempenha na progressão e no sentido do texto, e do segmento textual na qual se insere. Além disso, a apresentação segmentada das UFs nos permitiu visualizar como mais clareza os elementos linguísticos que se combinam para formarem a forma tipicamente prototípica e fixa, com raros e sutis arranjos, que constituem cada segmento textual das escrituras públicas caracterizados principalmente pelas informações ali contidas e pelas funções bem específicas que desempenham na construção do discurso de compra e venda.

Além disso, em cada um dos segmentos estudados, pudemos perceber as unidades fraseológicas, cuja função discursiva está relacionada à posição que ocupa no texto, podem ter a função de introduzir, expor ou encerrar o conteúdo do segmento no qual se inserem. Essas funções fazem dessas UFs não só marcas que legalizam o discurso das escrituras, mas também elementos que fornecem informações sobre a data, o lugar a ação e as forma de pedido para a produção da escritura, além de identificar os sujeitos que participam e verificam a validade desses documentos.

Em suma, a pesquisa aqui apresentada reforça a ideia que a integração entre os estudos fraseológicos e filológicos permitem adentrarmos não só na história social apresentada nas linhas dos textos, mas também nos permite conhecer melhor tanto as relações comunicativas que caracterizam a estrutura organizacional dos textos oficiais, quanto as normas e critérios diplomáticos que regularizam as escrituras públicas de venda de escravos.

Finalmente, é válido considerarmos o aprofundamento desta pesquisa em estudos futuros, pois mesmo que as UFs presentes nas *Escrituras Públicas de Compra e Venda de Escravos* sejam restritas a um número limitado de variações de palavras e expressões, gerando assim um padrão quase fixo, ainda ficam questões quanto ao processo de evolução desses documentos até os dias atuais. É importante, por exemplo, olharmos a nível diacrônico e investigarmos os aspectos linguísticos e estruturais que permanecem na composição textual e discursiva das escrituras. Além disso, é igualmente válido a produção de um glossário dos termos recorrentes nesses documentos, visto a sua usabilidade ainda recorrente nos negócios jurídicos contemporâneos e à sua importância aos contexto social.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. 2. ed. Recife: Massangana, 2003.

Artigo 19, do Capítulo IV, do Decreto nº 151, de 11 de abril de 1342. - Brasil. [Leis etc.] **Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1842**. p. 231-232.

Alvará de 3 de Junho de 1809. **Legislação Informatizada. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809**, Página 69 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anterioresa1824/alvara-40064-3-junho-1809-571706-publicacaooriginal-94843-pe.html>> Acesso em: 02 set. 2014.

BELLOTTO, Heloísa. Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BEVILACQUA, Cleci Regina. **Unidades fraseológicas eventivas: características y propuesta de descripción**, In: LORENTE, Mercé; ESTOPÁ, Rosa; FREIZA, Judit; MARTÍ, Jaume; TEBÉ, Carles (Orgs.). *Estudis de lingüística i de lingüística aplicada en honor de M. Teresa Cabré Castellví*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Universitat Pompeu Fabra, 2007. p. 209-221.

_____. **Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua especializada**. Revista Língua & Literatura. v. 6 e 7. nº 10/11. Pág. 73-86. 2005. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/40>> Acesso em: 19 jan. 2014.

_____. **A fraseologia jurídico-ambiental**. 1996. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Estudos da Linguagem) ± Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Unidades complexas do léxico**. In: Rio-Torto, G.; Figueiredo, O.M; Silva, F. (Org.). *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. 1ª ed. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, v. II, p. 747-757. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4603.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2014.

_____. **Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas**. In. OLIVEIRA, Ana M. P. P. de; ISQUERDO, Aparecida N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: ed. UFMS, 2001b. p.131-144.

BRASIL. [Leis etc.] **Colleção das Leis do Imperio do Brasil de 1842**. Rio de Janeiro: na Typographia Nacional. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18442>> Acesso em: 02 set. 2014

Coleção das Leis da República Federativa do Brasil v. 1 (1808- Brasília, Imprensa Nacional, 1808 - Mensal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leisoc erizadas/leis1997v189n3tomo1.pdf>> Acesso em: 02 set. 2014

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DESMET, Isabel. **Teoria e prática da fraseologia de especialidade**: aplicações. Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, v. 5. p. 27-56, 1997.

FABRÍCIO, Branca Falabella. **Linguística aplicada como espaço de Í desaprendizagemÍ : redescritões em curso**. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-65.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

GOUADEC, Daniel. Nature et traitement des entités phraséologiques. **Terminologie ET phraséologie. Acteurs et ameneurs**. Actes du deuxieme Université d'Automne en Terminologie. Paris: La Maison du Dictionnaire, 1994. p. 164-193.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0 [CD-ROM]. 2001.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LAMAS, Óscar Loureda. **Bolonia, la filología y venus ante el espejo**. Revista Electrónica de Estudios Filológicos. 2009. p.19-31. Disponível em: <<http://www.tonosdigital.es/ojs/index.php/tonos/article/view/297/206>> Acesso em: 12 dez. 2013.

Legislação Informatizada . Decreto nº 2.699, de 28 de Novembro de 1860 . **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860**, Página 1097 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2699-28-novembro-1860-556854-publicacaooriginal-77023-pe.html>> Acesso em: 02 set. 2014

MACIEL, Anna Maria Becker. **Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico**. In: KRIEGER, M. G; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). In: **Temas de terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: UFRGS/Humanitas/USP, 2001. p. 275-284.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Dinheiro de Contado e Crédito na Bahia do Século XVIII**. In: I Encontro Regional de História, 2002, Ilhéus. Anais Eletrônicos do I Encontro Regional de História ANPUH-Ba. Ilhéus: ANPUH/BAHIA, 2002. v. 1. História, cidades e sertões. 17 a 20 de julho de 2002. Pág. 15. Disponível em: <<http://goo.gl/CVjmxn>> Acesso em: 12 dez. 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação**. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, Beatriz, BRITO, Karim Siebeneicher (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. Palmas-PR: Kaygangue, 2005. p. 17-33.

_____. **Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais e ensino de língua**. In: Em aberto - livro didático e qualidade de ensino. MEC, Brasília, 1996, p. 64-82. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1039/941>> Acesso em: 05 out. 2013.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à linguística portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

MENDES, Ubirajara Dolácio. **Noções de Paleografia**. São Paulo: Departamento do arquivo do estado de São Paulo, 1953. Disponível em: <<https://archive.org/details/noesdepaleografi1953ubir>> Acesso em: 05 set. 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: A linguagem como condição e solução**. Delta 2 (10), pp. 329-338, 1994.

MONTEIRO-PLANTIN, Rosemeire Selma. **Fraseologia: era uma vez um patinho feio no ensino de língua materna**. (volume I). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10310/1/2014_liv_rsmplantin.pdf> Acesso em: 23 fev. 2014.

Ó FILHO, Américo Almiro do; XIMENES, Expedito Eloísio. **Estudo de documento oitocentista: edição semidiplomática e análise linguística**. Revista Philologus, Ano 20, N° 59. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/59/03.pdf>> Acesso em: 05 out. 2013.

PASTOR, Gloria Corpas. **Manual de Fraseología Española**. Sánchez Pacheco, Madrid: GREDOS - Biblioteca Romântica Hispânica, 1996.

PONTES, Antonio Luciano. **Dicionário para uso escolar: o que é como se lê**. Fortaleza: EDUECE, 2009.

RIO-TORTO, Graça. **O Léxico: semântica e gramática das unidades lexicais**. Cadernos do Cieg, n° 23, pp. 1-20. Coimbra: FLUC. Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/13412>> Acesso em: 05 fev. 2015.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo**: um manual para o município de Campo Belo (MG). 780 f.

2002. Dissertação (Mestrado em História Social) . Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRÍGUEZ, Maria Ángeles Solano. **Unidades fraseológicas francesas. Estudio en un corpus: la Pentalogía de Belleville de Daniel Pennac. Planteamiento didáctico.** Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Murcia. 2004. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmckh0x8>>. Acesso em: 05 set. 2013.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preços de escravos na província do Paraná: 1861-1887 (Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba . Paraná, 1974. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/24572>> Acesso em: 05 set. 2013.

SPINA, Segismundo. **A poesia de Gregório de Matos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. **Introdução à edótica.** São Paulo: Cultrix, 1977.

SWIGGERS, Pierre. **Filologia e linguística: enlace, divórcio, reconciliação.** Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, v. 2, p. 4-15, 1998.

VASCONCELOS, José Leite. **Lições de filologia portuguesa.** 3. ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1959.

XIMENES, Expedito Eloísio. **Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas da linguagem jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX.** Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Fortaleza-CE, 2009.

_____. **Os clíticos nos autos de querrela do século XIX, no Ceará: edição filológica e análise linguística.** Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3591/1/2004_diss_EEXimenes.pdf> Acesso em: 05 out. 2013.

ANEXOS

Transcrição - Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos de 26 de Julho de 1861.

Em nome de Deus - Amem

Fl.1r.

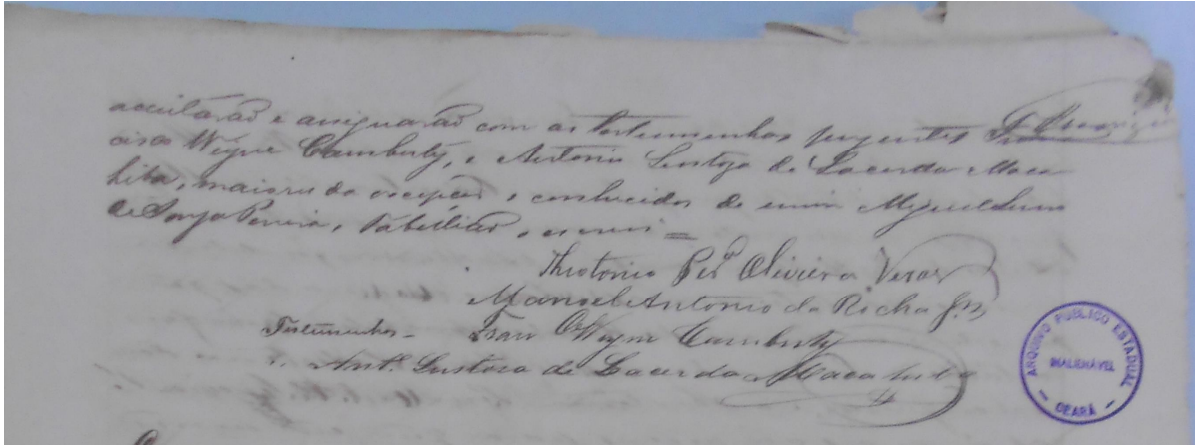
05 Esriptura publica de compra e venda de um escravi
 nho de nome Camillo, que fez Luiz Cavalcante d'Albuquerque
 á Manoel Antonio da Rocha Juni
 or pela quantia de um centos mil reis digo oi
 to centos mil reis , de que pagou o Comprador
 e Siza e Sello Nacional, como abaixo se declara.

10 Saibão quantos este publico instrumento de Escrip
 tura de venda virem, / que sendo no Anno do Nasci
 mento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil
 oitocentos e sessenta e hum, aos vinte seis dias do
15 Ceará , em meo Escriptorio comparecerão, de
 uma parte como vendedor Luiz Cavalcante
 d'Albuquerque , representado por seo bastante
 Procurador Theotonio Pereira de Oliveira Veras
 morador desta Cidade; e de outra como compra
20 dor o Negociante Manoel Antonio da Rocha
 Junior, conhecidos de mim Tabellião, e das teste
 munhas abaixo; e pelo procurador do vende
 dor me foi dito perante as mesmas testemunhas
 que em nome de seo constituinte vendia um
25 escravo de nome Camillo , mulato de dez an
 nos , natural de Frequezia de Gurabira na
 Província da Paraíba, ao comprador Manoel
 Antonio da Rocha Junior pela quantia de
30 oito centos mil reis em dinheiro de contado,
 que ao passar desta confessou haver recebido
 do comprador pelo que lhe dava plena e geral
 quitação de paga para lhe não ser mais pe
 dida em tempo algum, e na pessoa do compra
35 dor transfere toda a posse jus, domínio direi
 to e acção, que em dito escravo tinha seo cons
 tituinte, obrigando-se a fazer esta venda boa, e
 valioza em qualquer tempo. Pelo comprador foi
 acceita esta Esriptura de forma que lhe era pas
 sada, e pagou o Sello e Siza como dos conhecimentos
40 que com a Procuração bastante de vendedor aqui
 transcrevo , e que tudo é do Théor seguinte ó Procu
 ração bastante , que faz Luiz Cavalcante d'Al
 buquerque ó Saibão quantos este publico ins
 trumento de Procuração bastante virem, que no An
45 no de Nascimento de NOSSO Senhor JESUS Christo de
 mil oito centos e sessenta e hum, aos dous dias do mez
 de Julho do dito anno, nesta Povoação de Boa

Viagem, termo da Cidade de Quixeramobim, Provincia
do Ceará em meo cartorio appareceo presente Luiz
Cavalcante de Albuquerque, morador no termo do Apo
di, e de presente nesta Povoação conhecido de mim
50 Escrivão de Paz, de que dou fé, e por elle me foi dito na
presença das testemunhas abaixo assignadas, que
por esta e [mister] via de direito constitui por seos
bastantes Procuradores a Manoel Antonio da
Rocha Junior, e a Theotonio Pereira de Oliveira Ve
55 ras, aos quais dá poderes para que em nome
delle outorgante possão, em qualquer Juízo ou
Tribunal deste Imperio, requerer todas a sua
justiça, e o que for a bem de seo direito, e com
especialidades para vender um escravo delle ou
60 torgante, de nome Camillo, côr mulato, dez annos
de idade natural de Freguezia de Gurabira
da Provincia da Parahiba, o qual houve por he
rança de seo finado Pay Florencio Cavalcante
døAlbuquerque ; passar a competente Escripura
65 de vender, receber o dinheiro, guias de calumnia,
appellar, aggravar ou embargar; substabelecer esta
ou usar della. E tudo o que for feito e obrado
por ditos seos procuradores, ou seos substabele
cidos promete haver por firme e valioso por sua
70 pessoa e benz reservando para si a nova ci
tação. De como assim o dice assignou com as
testemunhas abaixo. Eu Pedro Gencilio de Cas
tro Menezes, Escrivão de Paz que escrevi e assig
nei de meo signal publico e razo de que uso.
75 Em fé e testemunho de verdade = O Escrivão de Paz
Tabellião de Nottas = Pedro Gencilio de Castro Mene
zes = Luiz Cavalcante døAlbuquerque = Como testemunha
Luiz Cavalcante døAlbuquerque = Como teste
munha Francisco Ignacio de Souza [Pa] =
80 Trajano Cavalcante døAlbuquerque = Antonio Proco
pio Ribeiro Leitão = numero sete ó reis duzentos ó Pa
gou duzentos / reis de Sello. Boa Viagem dous de Junho
de mil oito centos e sessenta e hum ó O Escrivão ó Agen
te de Sello ó Gencilio ó Recebemos a meia Siza. Cea
85 rá vinte cinco de Junho de mil oito centos e sessenta
e hum ó Os arrematantes Mendes & Irmão ó
Numero um ó reis oito centos ó Pagou oito centos reis.
Ceará vinte de Julho de mil oito centos e sessenta e
hum = Macahiba = Hollanda ó Em fé e teste
90 munho de verdade assim o dicerão, e outor
garão, e a pedido dos mesmos faço este
instrumento nesta nota por me ser dis
tribuído o qual sendo por mim lido a

ANEXO C - Exemplo de escritura pública datada de 26 de Julho de 1861 - fl.2r

Recorte do corpus (*Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865*).



Transcrição - Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos de 26 de Julho de 1861.

Fl.5r.

aceitarão e assignarão com as testemunhas presentes Francisco Weyne Camboty, e Antonio Lustoza de Lacerda Macaniba, maiores de excepção e conhecidos de mim Miguel Severo de Souza Pereira, Tabellião o escrevi =

100

Theotonio Pereira Oliveira Veras

Manoel Antonio de Rocha Junior

Testemunhas ó [espaço] Francisco Weyne Camboty

Antonio Lustoza de Lacerda Macaniba.

Transcrição - Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos de 03 de janeiro de 1862.

05 Esriptura publica compra e venda que faz João L[obo] dos Santos de uma escrava de nome Clementina a João Ca[bral], pela quantia de nove centos e vinte mil reis, pagou a Siza e Sello Nacional como abaixo se declara. fl.17.v

10 Saibão quantos este publico instrumento de escriptura de compra e venda virem, que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oito centos e sessenta e dois, aos trez dias do mez de Janeiro do dito anno, nesta Cidade da Fortaleza, Capital do Ceará , em meo Escrip- torio comparecerão de uma parte como vende- dor Manoel Esteves da Rocha Vieira, e de outra como comprador Jacob Castro, conheci- dos mim Tabelião, e das testemunhas

15 abaixo; e pelo procurador do vendedor foi dito perante as mesmas testemunhas que vendia de hoje para sempre, em nome de seo constituintes uma escravinha, cabra de nome Clementina, solteira, natural da Freguezia de Quixeramobim, e solteria, [e isto] por nove centos e vinte mil reis em dinheiro de contado, que ao passar desta recebeo, pelo que lhe dava plena e geral quitação de

20 paga para lhe não ser mais pedido em tempo algum, e se obriga a fazer esta venda boa e valioza. Pagou-se o Sello e Siza como das [notas] respectivas que não faça [perjustes] e que com a Procuração a que alludo abaixo transcrevo =

25 Numero vinte hum = Resis mil = Pagou mil Reis de Sello. Ceará trez de Janeiro de mil oito centos e sessenta e dous = Macahiba = [Horlanda] = [Doze] pagou de Siza quarenta mil reis. Thezouraria

30 trez de Janeiro de mil oito centos e sessenta e dous = A. L Ribeiro = Recebi = Silva Castro = Procuração bastante, que faz João L[obo] dos Santos, como se segue = Saibão quantos este publico instrumen- to de Procuração bastante virem, que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS

35 Christo de mil oito centos e sessenta hum, aos quatroze dias do mez de Dezembro do dito anno, nesta Povoação de B[oa viagem], [ilegível] da Cidade de Quixeramobim, Província do Ceará em meo Cartorio apareceu presente João Lobo dos Santos [ilegível]

40 Pago o que dou fé, e por ele me foi dito em

45

fl.18.r

presença das testemunhas abaixo assignadas
que por esta e [ilegível] forma e na de [ilegível]
constituia por seu bastante Procurador
50 Manoel [Setores] de Basto Vieira para que
em nome delle outogante, possa em qual-
quer juizo em Tribunal deste Imperio
requere desta a sua justiça e direito e em
especialidade para vender na Capital
55 do Ceará ou em outra qualquer parte
uma escrava pertencente a elle [ilegível]
de nome Clementina, cabra vin-
te cinco annos de idade solteira, natural
desta Freguezia de Quixeramobim, filha de
60 outra escrava do mesmo outorgante, jura
de calunia appelo, aggresão ou [embarasos],
[ilegível] a competente Escrip-
tura de venda, e dar quitação de paga, es-
tabelece esta ou uso desta. E tendo o [ilegível]
65 feito e [ilegível] pelo dito seu procurador em
seos substabelecidos passa este bom por fim
e [valoriza] por sua pessoa e bens res[saldo]
para si a uma citação. De como [ilegível]
[deci] assignarão como testemunha presentes
70 Antonio [Leopoldeiro] da Costa Silva, João C[os]
[ilegível] Lima, comigo Escrivão de Paz e Tabellião
Deste distrito, que esta fiz, e assignei de meo
Signal publico e [vaso] de que uzo que tal é
Dou fé e testemenho de verdade (Estava o signal
75 Publico) O Escrivão de Paz, Tabellião [ilegível]
Pedro [Gemcilio] de Castro Menezes = João Lobo dos
Santos = Numero dous = Resis duzentos = Pagou
duzentos reis de Sello. [Deu] [ilegível] quatorze
80 de Dezembro de mil oito centos e sessenta e hum
O Escrivão Agente do Sello = [Gemcilio] = Em fé e teste-
Munho de verdade assim o dicerão e outorgarão
e a pedido dos mesmos faça este instrumen-
to [vista nesta], o qual sendo por mim lido
aceitarõ e assignaram com as estemunhas
85 presentes o Major Antonio [ilegível] Borges
e Francisco Saboia de Almeida, maiores
da ascepção e conhecidos de mim Manoel [Lima] de Souza
[Pessoa] Tabelião o escrevi.

Manoel Estevão da Roha Vieira
90 João Lobo dos [Santos]
Testemunhas Antonio [ilegível] Borges
Francisco Saboia de Almeida

Transcrição - Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos de 07 de outubro de 1863.

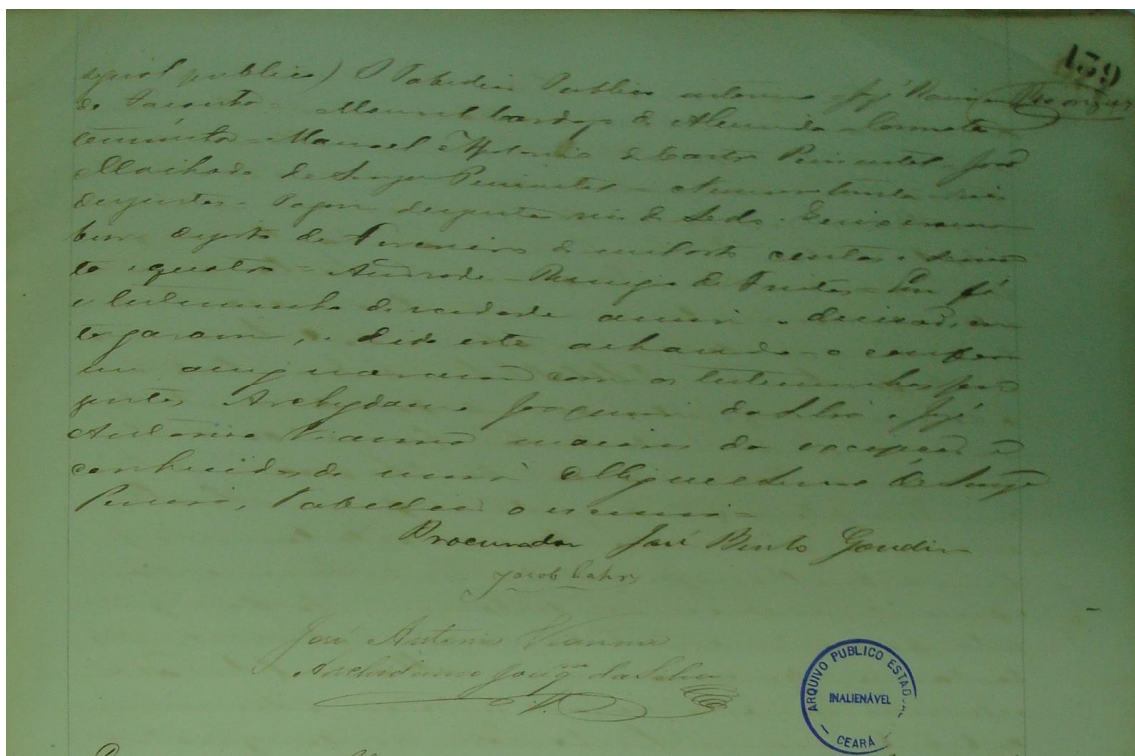
Esriptura de venda da escrava Domingas que fl.43r
faz Joaquim Ribeiro Luis, á Francisco Lopes da Silva por du
zentos e cincoenta mil reis de que pagou a Siza e
Sello como abaixo se declara.

05 Saibão quantos este publico instrumento de
Esriptura de compra e venda virem que sendo
no Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS
Christo de mil oito centos e sessenta e tres, aos
10 sete dias do mez de Outubro do dito anno
nesta Capital do Ceará em meo Cartorio
compareceram como vendedor Joaquim Ri-
beiro Luis, [viuvo], e morador no [termo] desta Cida-
de, e como comprador Francisco Lopes da
15 Silva no M[ilegível], morador no muni-
cipio de Cascavel, ambos conhecidos de mim Ta-
bellião de que dou fé; pelo vendedor me
foi dito perante as testemunhas abaixo, que
tendo herdado por [obito] de sua mulher [nesta]
20 da escravinha Domingas que a esta foi
doadada, vende em metade que lhe toca a
Francisco Lopes da Silva pela quantia de du
zentos e cincoenta mil reis em dinheiro
de contado que ao passar desta recebeo
25 do comprador pelo que lhe dá quitação de
paga, e se obriga a fazer esta venda boa e valio-
za, [destacando] que a escravinha é mulata, de
idade de [sete] annos, natural da Freguezia de
Cascavel. Pelo comprador foi dito acceitar esta Es-
30 criptura me apresentou conhecimento de
haver pago a siza na Thesouraria Provincial
hoje no valor de [vinte mil reis e] [ilegível]
Sello com o sello cujo valor é do théor seguinte
35 Numero dezeseis = reis trezentos = Pagou trezentos reis
de Sello = Ceará sete de Outubro de mil oito centos
e sessenta e tres = F. [Irmão] = Macahiba = Em
fé e testemunho de verdade assim o dicerão
e outorgarão e a pedido dos mesmos faço
40 este instrumento nesta nota por mim ser dis-
tribuido e o qual sendo por mim lido accei-
tarão e assignarão fazendo a [este verdade]
Francisco Feliciano da Costa [ilegível] com
as testemunhas presentes [Hermaleno Sobral]
Macahiba, e [Archisdamo] Joaquim da Silva,
45 maiores da excepção e conhecidos de mim Mi-
guel [Sousa de Lopes Pereira], Tabellião que o escre-
vi =

50 Testemunhas Francisco Feliciano da Costa [ilegível]
Francisco Lopes da Silva
[Archisdamo] Joaquim da Silva
[Hermaleno Sobral] Macahiba

ANEXO J - Exemplo de escritura pública datada de 01 de março de 1864 - fl.69r

Recorte do corpus (*Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865*).



Transcrição - Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos de 01 de março de 1864.

- 05 Escripura publica de venda do escravo Jeronimo que faz Jozé Bernardes da Cunha fez seo procurador Jozé Bento [Gondim] á Jacob [Calen] pela quantia de um conto e cem mil reis, de que pagou o comprador a siza e sello como abaixo se declara. fl.68r
- 10 Saibão quantos este publico instrumento de escriptura de venda virem que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oito centos e sessenta e quatro, aos primeiro dia do mez de Março do dito anno nesta Cidade da Fortaleza Capital do Ceará Grande em meo Escriptorio compareceo
- 15 como vendedor Jozé Bernardes da Cunha por seo bastante procurador Jozé Bento [Gondim], e como comprador Jacob [Calen], ambos conhecidos de mim Tabellião de que dou fé; e pelo procurador do vendedor me foi dito perante as testemunhas abaixo nomidas e assignadas que vende em nome de seo constituinte
- 20 o escravo Jeronimo, crioulo de idade de vinte annos mais ou menos, solteiro, sem officio e natural desta Provincia, e este a

Jacob [Calen], pela quantia de um
conto e cem mil reis em dinheiro de contado que
ao passar desta confessou haver recebido do comprador
pelo que lhe dá plena quitação de paga para lhe não
25 ser mais pedida em tempo algum, e na pessoa do
comprador transfere toda a posse, jus e dominio
que em dito escravo tinha seo constituinte [desse fa-]
[ilegível] rando-se de qualquer lei ou privilegio que o possa
[ezemplar] de cumprimento desta, obrigando-se a fazer
30 esta venda boa e valioza em qualquer tempo. Pelo
comprador me dito que acceita esta escriptura co
mo lhe é passada e pagou da Siza na Thesouraria Pro
vincial a quantia de quarenta mil reis como do
conhecimento que me apresentou, [passando] igualmen-
35 te o Sello como da tapa que com a Procuração alludida
[ilegível] transcrevo e é do theor seguinte = Numero
mile sete = Reis mil e cem - Pagou mil e cem reis de
Sello. Ceará primeiro de Março de mil oito centos e
Sessenta e quatro = [F. Irmão] = Macahiba = Procuração
40 bastante especial que faz [fora de Notas] José Bernardes
da Cunha = Saibão quantos este publico instru-
mento de procuração bastante virem que no Anno do
Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oito
centos sessenta e trez aos sete dias do mez de No-
45 vembro, nesta Cidade de Quixeramobim [Conheço]
do [ilegível] da mesmo [ilegível] Provincia do Ceará
em o meo Cartorio apareceram prezente José Ber-
nardes da Cunha, [morador dessa fazenda]
como [feita] deste termo, conhecido meo e pe-
50 rante as mesmas testemunhas por elle foi dito
que pelo prezente constituia especialmente
seu bastante procurador a seo irmão Manoel
Cardozo de Almeida a qual concede poderes espe-
ciaes para vender o seo escravo de nome Jeronimo
60 crioulo, de vinte annos de idade, mais ou menos, sol-
teiro, sem officio; para o que lhe concede [estes] po-
deres em [dito] escravino, assignando a compe-
tente escriptura de venda, e é [contente] que tenha
validade tudo quanto em [essa] desde outogão
65 pratica e deste seo procurador, que passará [ilegível]
e assignar e que for [ilegível] relatamente
ao objeto de prezente instrumento perante quau
quer autoridades policiaes, [criminaes], civis, commer-
ciantes, administrativas, ficais, judiciaes ou ercle-
70 ziarticas; e para os termos conciliatorios lhe concede
ilimitados poderes, e poderá [sobestabelecer] esta
[ilegível] della, ficando lhe os podere da mesma em
seo [molteriro vizes]. Em fé de verdade assim o dice e ou
torgou, e sendo-lhe esta lida assignarão com as teste-
75 munhas abaixo e comigo Francisco Artemis de
Castro e Silva, Tabellião Publico que o escrevi e assignei
em publico e [rezo] de que rezo - Escrevi e assignei - Dou
fé e testemunho de verdade - Estava o signal Publico O
Tabellião Publico - Francisco Artemis de Castro e Sil-
80 Va = Jozé Bernardes de Castro = [Enerto] Brasil de Mattos

fl.68v

Theofilo dos Santos Lima = Numero vinte seis - reis du
zentos - Pagou duzentos reis de Sello. Quixeramobim
sete de Novembro de mil oito centos e sessenta e trez = Andra
de [Remisio] de Freitas = Substabelecimento = Aos dezoito
85 dias do mez de Fevereiro de mil oito centos e sessenta e [qua-
tos] nesta Cidade da Fortaleza digo de Quixeramobim,
da Provincia do Ceará em meo Cartorio appareceu
prezente o Procurador o Alferes Manoel Cardozo
de Almeida, conhecido de mim Tabelião interino
90 de que dou fé; e por ele me foi dito em prezença
das testemunhas abaixo assignadas, de que subs
tabellecia os poderes que no prezente instrumento
de procuração bastante lhe são concedidos na pes
soa de José Bento Gondim que dessa passará rezar
95 como se elle proprio fora; ficando-lhe salvo o di-
reito de [ilegível] para delle [cuja] quando lhe
convier e de como assim o dice assignou com as
testemunhas abaixo declaradas [ilegível] e por
mim lido. Eu Jozé [Raimundo] Façanha, Tabellião Pu
100 blico que o escrevi. Em fé e testemunho de verdade (Estava
signal publico) O tabelião Publico interino = Jozé Raimundo
de Façanha = Manoel Cardozo de Almeida Castro =
testemunhas = Manoel Alfoncio de Castro Pimentel = José
Machado de Souza [Cemintes] = Numero [cesenta] = reis
105 duzentos = Pagou duzentos reis de Sello. Quixeramo
bim = dezoito de mez de Fevereiro de mil oito centos e sessenta
e quatos = Andrade [Remizio] de Freitas = Em fé
e testemunho de verdade assim o diceram, ou-
torgaram, e dito isto achando-o confe
110 co assignaram com as testemunhas pre
zente [Archigdamo] Joaquim da Silva e José
Antonio Vianna maiores da excepção e
Conhecidos de mim Miguel Silva de Souza
Pereira, Tabelião o escrevi =
115

Procurador. José Bento Gondin
Jacob [Calen]
José Antonio Vianna
Archidamo Joaquim da Silva

fl.69r

ANEXO L - Exemplo de escritura pública datada de 08 de fevereiro de 1865 - fl.127v

Recorte do corpus (Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865).

Escritura pública de venda de escravos Terence, que
foy Sara Francisca Florinda de Araujo, por os procuradores
João Baptista de Silva, e Francisco Boetto da Fonseca,
pelo quantia de sete cento mil reis, como abaixo se de
clara.

Sabão quanto este publico instrumento de escrepta
ra de venda se em que, sendo os annos de nascimen
to de João Surtia Felles Christo de seis cento e qua
ta e cinco dos oito dias do mes de Setembro do dito anno
nesta Cidade da Fortaleza em uns escriptorio fooy
presentes como vendedor, João Baptista de Silva mor
dor nesta Cidade, procurador bastante de Sara Francis
ca Florinda de Araujo morador no Ceará, esta
Provincia, e, como comprador, especificamente Francisco
Boetto da Fonseca residente nesta Capital, sendo a parte
puros de um Tabelião reconhecida, de quem dos fe,
e pelo proceder do vendedor em foy dito tenente
as testemunhas abaixo que, em nome de sua constancia
te vendia o escravo Terence, em pando de idade
de uns annos, natural do Ceará, dos officios alguns,
nesta os compradores Francisco Boetto da Fonseca
pelo quantia de sete cento mil reis em duzentos
contos que, as pando desta, dentro, pelo que se
felleza quitado e transferido em pando de comprador
toda a parte e dominio de dito escravo, obrigando
se a foy esta venda ha e salta em qualquero tempo

ANEXO M - Exemplo de escritura pública datada de 08 de fevereiro de 1865 - fl.128v

Recorte do corpus (Livro de Notas de Escravos, de 26 de Julho de 1861 a 1º de Julho de 1865).

128v

acquiri com os meus signos publicos e selo de que uso - em testa-
mento de verdade - Tabelliao Publico Vitalicio - Joz' de
mao Piffo - Joz' Carlos Piffo - Amiliano Piffo de
Correio de Allaria - Leoborino - Remo e outros e comen-
te Santa Vila de Santa Anna de Acoraen ao dy de
Junho de mil oitocentos e sessenta e tres - Livro proprio
Tabelliao Publico de Acoraen - Joz' Agostinho Piffo - em testam-
ento de verdade - (Letra e signos publicos) - Tabelliao Publi-
co Vitalicio - Joz' Agostinho Piffo - sempre em mi-
sma - Piffo de quanto vis de Ledo - Santa Anna dy de
Junho de mil oitocentos e sessenta e tres - Tabelliao Publi-
co vitalicio - do de seis deos de um de Junho de mil
oitocentos e sessenta e tres, uma Capital de Leoria em
uma escritura por presente Letra e signos publicos e
as testemunhas abaixo assignadas, pessoas que me
e don' p' e perante elles disse que substitueia o p' e
que lhe são outorgados na procuracao retro em Francisco
Cochlo da Souza - Joz' Baptista da Silva - Le come of
fui o de assignado com as testemunhas abaixo - Tabelliao
Publico Joz' Pamploira, Tabelliao que escrevi e assigno
em publico e selo de meus signos de que uso em testa-
mento de verdade - Letra e signos publicos - Primeiro
Tabelliao Publico - Leoborino Joz' Pamploira - Letra e
signos de Acoraen - Testemunhas - Abaenel Joz' de
Oliveira e Joz' de - Nascimento J. C. Castro - Em p' e
testamento de verdade assim o disseram e outorgaram
e pedido dos meus signos e instrumeto uma nota
e qual se de por mim lido e outorgaram e assigna-
ram com as testemunhas presentes e abidamos fo-
quim da Silva - Alberto Joz' da Costa, maiores da comp-
e e carheidos e assim elly em Livro de Joz'
'Pereira, Tabelliao e escribi -
João Baptista da Silva
Francisco da Silva
Test. - Alberto Joz' da Costa
" - Archidamo Joz' da Silva

Transcrição - Escritura Pública de Compra e Venda de Escravos de 08 de fevereiro de 1865.

(Pág.252v)

05 Escriptura publica de venda do escravinho Firmino
que faz Dona Francisca Florinda de Araujo por seo procurador
João Baptista da Silva, a Francisco Rocha da Fonseca
pela quantia de sete centos mil reis, como abaixo se de
clara.

10 Saibão quantos este publico instrumento de escriptu-
ra de venda virem que, que sendo no Anno do Nascimen-
to de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oitocentos e sessen-
ta e cinco aos oito dias do mez de Fevereiro do dito anno
nesta Cidade da Fortaleza em meo escriptorio forão
15 presentes como vendedor João Baptista as Silva mora-
dor desta Cidade, procurador bastante de Dona Francis-
ca Florinda de Araujo moradora no Acaracú, nesta
Provincia; e como comprador o Negociante Francisco Ro-
cha da Fonseca residente nesta Capital, sendo as partes
20 pessoas de mim Tabellião conhecidas, de quais dou fé;
e pelo procurador da vendedora me foi dito perante
as testemunhas abaixo que, em nome de sua constituin-
te nomiadas e assignadas que vendia em nome de seo constituinte
vendia o escravinho Firmino cor parda de idade
de nove annos, natural de Acaracú sem officio algum,
dito ao comprador Francisco Rocha da Fonsenca
25 pela quantia de sete centos mil reis em dinheiro de
contado que ao passar desta [confessou], pelo que dá
plena quitação e transfere em [pessoa] do comprador
toda a posse e domínio do dito escravo, obrigando-
se a fazer esta venda boa e valioza em qualquer tem-
30 tempo. Pelo comprador foi dito que acceita esta escriptura
como lhe é passada e do escravo vendido se dá por confessa-
do. Pagou-se o Sello na Cotação competente e a quantia
de quarenta mil reis de Siza na [] Promicial
em data de hoje, como de conhecimento sob [escravo]
35 trinta e seis = A Procuração bastante da vendedora é do
theór seguinte = Primeiro Translado de Procuração bastante
que faz Dona Francisca Florinda de Araujo, [exauta] a fichas setenta
e sete do livro [sezidor] de Notas = Saibão quan-
tos este publico instrumento de procuração geral e bastan-
40 te virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS
Christo de mil oitocentos e sessenta e trez, aos doze dias do mez de
Marco do dito anno, nesta Villa de Acaracú, Comarca de Sobral, Provin-
cia do Ceará, em caza de morada de Dona Francisca Florinda
de Araujo, onde fui [vindo] a seo chamado, e sendo ali [predi-]
dito Dona Franscisca Florinda de Araujo, conhecida de mim

45 Tabellião, de que dou fé, me foi dito em presença das testemu-
nhas abaixo assignadas, que na melhor forma e irá de [distinto]
constitui em tudo por seo bastante procurador, onde comenta
se apresentou a seu irmão Estevão Ribeiro de Araujo, com jus e
50 no [eszuriaes] para vender o escravinho Firmino, crioulo de i-
dade de sete annos de propriedade della outorgante; e a esta
in solidum dá por ires quanto em [dinheiro] se requer, para
que em nome della outorgante possa em qualquer juizo
ou Tribunal deste Imperio, requerer e allegar toda a sua
justiça, em todas as suas cauzas [movidias] e por [mesmos]
55 tanto civil como crimes, em que for antes em seo, fazer
de citar offerer acções, embargos, [suprições] e outros quaisquer
antigos; contratos das provas, [viguar] e contestar testemunhas
[sirvir] de cisma em supletoria-
inálma desta outorgante e [dessas] este jura-
60 mento inálma das partes, [amisno] antes requeri-
mentos e termos, ainda os de confissão, em facção desis-
tencia; appellas [esgravar] qualquer sentença ou despach-
cho, e seguir aqueles mesmo ainda nas superiores
instancias; tirar sentenças e requeres a execução
65 delas, [repentros], [annunções], as justicações e posses, e
textos os [procatrios encesarias]; vir com embargos
de terceiro outros ou providos; varios de [auces] e
intentos outros de um, seo tabelião esta em [cada]
della; e tudo e que for feito e obrado por esta procura-
70 dor, ou substabelecidos in solidum perante haver por forma a
[valida] por sua posse e bens; e de como
assim e disso forão testemunhas José Francisco Lopes
Auriliano Pezera de Coração de Maria, assignado
a [reza] da outorgante por não saber ter uma [escravo]
75 depois de lhes ter lido e [ilegível] confissão por um Jozé
Ignacio Pessoa, Tabelião Publico de Notas que esta faz e [ilegível]
assignei com os meos signaes publicos e razos de que uso. Em teste-
munho de verdade = O Tabellião Publico Vitalicio Jozé Ig-
nacio Pessoa = José Carlos Pessoa = Auriliano Pessoa do
80 Coração de Maria = Confesso ó [semos] conferi e [ilegível]-
tei centa Villa de Santa Anna de Acaracú aos doz de
Julho de mil oito centos e sessenta e trez [ilegível]
= Tabelião Publico de Notas = Jozé Ignacio Pessoa = Em testemu-
nho de verdade = (Estava o signal Publico=) O Tabellião Publi-
85 co Vitalicio = Em testemunho de verdade = Numero um reis du-
zentos = Pagou duzentos reis de Sello. Santª Anna doz de
Sello Junho de mil oitocentos e sessenta e trez ó O tabelião Pessoa =
[Ser estabelecimento] ó Aos deseseis dias do mez de Junho de mil
90 oito centos e sessenta e trez, nesta Capital do Ceará em
meu escriptorio foi presente Estevão Ribeiro de Araujo e
as testemunhas abaixo assignadas, pessoas que reconheço
e dou fé, e perante ellas disse que [se estabelecia] os [pro ilegível]

95 que lhes são outorgados na procuração [vista] em Francisco
Rocha da Fonseca, João Baptista da Silva. E como as-
[ilegível] o disse assignou com as testemunhas abaixo. Eu
Candido Jozé Pamplona, Tabellião que escrevi e assignei
em publico e raso de meos signaes de que uso Em teste-
100 munho de verdade ó Estava o signal publico = O Primeiro
Tabellião Publico ó Candido Jozé Pamplona ó Estevão Ri-
beiro P. Araujo Costa = Testemunhas ó Manuel Jozé de
Oliveira Figueiredo = Raimundo T. O. Castro = Em fé e
testemunho de verdade assim o disseram e outorgaram e a
pedido dos mesmos faço este instrumento nesta nota
105 o qual sendo por mim lido acceitaram, e assigna-
ram com as testemunhas presentes Archidarsso Joa-
quim da Silva e Alberto Jozé da Costa, maiores da excep-
ção e conhecidos de mim Loreno de Araujo, Tabellião o escrevi =
João Baptista da Silva
Francisco Rocha da Fonseca
110 Testemunhas = Alberto Jozé da Costa
Archidarsso Joaquim da Silva